

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)

Rosilene Wansetto

Avançar na participação com vistas à transformação:

O Movimento Consulta Popular

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)

Rosilene Wansetto

Avançar na participação com vistas à transformação:

O Movimento Consulta Popular

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em **Ciências Sociais** (Ciência Política), sob a orientação do Professor Dr. **Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**.

São Paulo
2009

Banca examinadora:

Aos meus pais, Lourdes e Pedro, que, na simplicidade, me ensinaram o valor do conhecimento, a minha gratidão. Aos meus irmãos Eliane, Edmilson e Edemir, que trilham outros caminhos, a minha admiração.

Ao Edson, com quem compartilho os saberes e os sabores da vida, o meu carinho.

Agradecimentos

Sou grata a muitas pessoas. Muitas dessas, em momentos e circunstâncias diferentes nestes últimos anos.

Agradeço ao professor orientador, Prof. Dr. Lúcio Flávio R. de Almeida, pela sua contribuição teórica, política e metodológica, importantíssima para o desenvolvimento desta pesquisa. Aos professores Félix Sánchez e José Correa Leite, pelas sugestões e contribuições feitas durante o exame de qualificação. À professora Rosemari Ramalho dos Santos, pela ajuda com o francês e Cristina Campos, com o inglês.

Igualmente agradeço aos colegas do Núcleo de Estudo de Ideologia e Lutas Sociais – Neils – e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Aos colegas que durante as aulas contribuíram com sugestões e críticas, potencializando minha formação acadêmica e política. Ao Movimento Consulta Popular, pelo acesso aos documentos e diálogos que, sem dúvida, contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço, especialmente, ao amigo **Padre Bernard Lestienne**, pela ajuda concreta que foi determinante para a conclusão do curso e realização desta pesquisa.

O meu agradecimento ao Padre Alfredo J. Gonçalves, Edson Silva, Marli F. Aguiar, Fátima Ramos e Eduardo Carvalho, Izabel Machado, Ricardo Gebrim, Roseana F. Martins, Terezita Souza Amaral, Joilson J. da Costa, Ivo Lesbaupin, Ari Alberti, Luiz e Luciane Bassegio, Karina da Silva Pereira, Norbert Bolt, Otávio Nagoya, pelas correções, e Marta Cano, pelas orações. Aos amigos da graduação Celso F. do Ó, Henrique Frey, Joice Tremonti, Felipe Duch, Derivaldo dos Santos, Andrea Castro e Carlos Fernandes, pelo incentivo. Agradeço aos companheiros e companheiras da Rede Jubileu Sul pela amizade e apoio.

Agradeço a todos os amigos/as pelo apoio na forma de sugestões, inclusive correções e críticas para esta pesquisa.

Resumo

A democracia participativa é objeto de numerosos estudos. Nesta pesquisa, pretendemos contribuir para a renovação da análise do tema, destacando a ação política participativa com vistas à formulação de um projeto popular para o Brasil.

A realização deste projeto implica transformações sociais profundas e, portanto, se choca com o modelo liberal-democrático de representação política. Por esta razão, a busca de alternativas a este modelo está presente nas lutas dos movimentos sociais contemporâneos, especialmente na América Latina.

Ao analisarmos este desafio, centraremos o foco na perspectiva assumida pelo Movimento Consulta Popular – MCP.

Palavras-chave: participação política; democracia; representação política; movimentos sociais; projeto popular; Movimento Consulta Popular.

Abstract

Participatory democracy is the subject of numerous studies. In this research, we intend to contribute to renewing the analysis of the topic, highlighting the participatory political action with a view to formulating a popular project to Brazil.

The completion of this project requires profound social changes and, therefore, collides with the liberal-democratic model of political representation. For this reason, the search for alternatives to that model is present in the struggles of contemporary social movements, especially in Latin America.

Upon analyzing this challenge, we will focus on the perspective of Movimento Consulta Popular – MCP.

Keywords: political participation; democracy; political representation; social movements; popular project; Movimento Consulta Popular.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I	
Democracia: um mapeamento teórico	14
Democracia representativa: uma breve leitura	18
O ideal democrático: representativo e participativo	37
Capítulo II	
Democracia representativa e participativa no Brasil: uma breve abordagem	45
As corrosões provocadas pelo Estado burguês na cidadania, na representação e na participação política	49
As corrosões da representação política	50
As corrosões da cidadania	57
Desafios da participação política no Brasil	66
Capítulo III	
Participação política: uma abordagem a partir do Movimento Consulta Popular	74
Autonomia participativa na construção do projeto popular para o Brasil	77
O esgotamento de um ciclo e o novo ciclo político	92
A pulverização da democracia representativa	99
Construção programática para o novo ciclo político	103
Democracia, contrapoder e projeto popular	105
A participação popular na construção democrática	111
Capítulo IV	
Participação com vistas à transformação e a construção do projeto popular para o Brasil	114
O Estado, a política e as relações de poder	115
Projeto popular para o Brasil	128
A participação política na construção do projeto popular	131
Considerações Finais	135
Bibliografia	137
Anexos	144

A obstinada resistência da burguesia nacional e estrangeira, em conjunto, não deixa alternativa. A ‘revolução dentro da ordem’ se articula e se confunde com a ‘revolução contra a ordem’. A desagregação do Estado burguês é fatal. Perdido ou anulado pela maioria da população o esteio da violência institucional, ele desaba. O que sempre foram tratados como ‘inimigos da ordem’ e sempre foram excluídos [...] só acham uma saída: construir uma ordem social própria [...] que ligue a revolução nacional-democrática e anti-imperialista à emergência e a vitória do socialismo [...] Os proletários ao se constituírem como classe relativamente autônoma e capaz de desenvolvimento independente, abrem novos rumos para toda a sociedade. (FERNANDES, Florestan. *Nós e o Marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 20-1).

Introdução

A pesquisa aqui é compreendida como compromisso de transformação [...] é com esse entendimento que estamos construindo¹.

O século XX foi marcado por intensas disputas em torno da democracia, seja nos campos político, econômico, cultural e social. A participação política e o seu exercício são preocupações recorrentes, tanto no discurso da esquerda como da direita. Os processos de democratização na América Latina e no Brasil buscaram a edificação de uma institucionalidade democrática conciliando a participação política dentro da ordem.

Nas décadas de 1970 e 1980 a resistência dos movimentos sociais e populares retoma sua força e favorece a instalação das condições indispensáveis para as transformações políticas. As resistências contribuíram para a constituição dos novos atores sociais e espaços de participação política.

O Estado burguês controla a participação política e as demandas populares por múltiplos meios, inclusive, quando existem, as instituições da democracia liberal. No caso brasileiro, a intensa participação política ultrapassa os espaços institucionais e, reconhecidamente, as lutas populares foram determinantes para as transformações políticas. A luta pela redemocratização no Brasil identifica-se no intenso exercício participativo da “cidadania”².

A participação política dos indivíduos em espaços de decisão ou de mobilização social pode gerar mudanças profundas nos sujeitos individuais e coletivos pertencentes às

¹ ITERRA. *O MST e a pesquisa*. Cadernos do Iterra. Ano I, nº 3, 2001, p. 5.

² Na compreensão do direito-jurídico, todo o indivíduo livre e igual nascido em um determinado território delimitado pelas fronteiras nacionais é cidadão e pode exercer a sua cidadania participando da sociedade. Segundo T. H. Marshall, a liberdade individual, a liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de fé, do direito à propriedade e de contrato, o direito à justiça compõem a cidadania. A cidadania nestas duas definições considera todos os indivíduos possuidores dos mesmos direitos, iguais e livres. No capítulo dois examinaremos alguns processos de corrosão da cidadania, figura político-ideológica tão necessária à reprodução do capitalismo e por este reproduzida de forma cada vez mais precária.

classes populares e criar espaços bastante reais para os que deles participam. Indivíduos e grupos empoderam-se³, participando destes espaços, compreendem o valor da ação política e passam a exigir do Estado mecanismos e processos mais democráticos.

O modelo de democracia liberal instalou-se por quase todo o mundo. O capitalismo neoliberal o adota restringindo ainda mais a participação popular. No modelo de democracia, como no caso brasileiro, onde elementos participativos são agregados ao representativo evidenciam-se as disputas, os limites e as contradições do ideal democrático.

Escolhas e imposições feitas historicamente pela classe dominante colaboraram no aprofundamento do problema da participação política. Os dominantes ignoram a luta de classe e, na medida do possível, procuram camuflar e criminalizar os interesses e a participação da classe trabalhadora. A participação de características antissistêmicas se choca com os interesses da classe dominante numa disputa entre a manutenção de um modelo democrático representativo a serviço do capital e a proposta de um *novo tipo* de organização articulado a um projeto popular.

A democracia liberal contribuiu para o fortalecimento do capitalismo ao aprofundar as desigualdades. E o mais grave, sem um projeto para o Brasil, pois a burguesia nunca se preocupou com a elaboração de um projeto nacional.

A perspectiva teórico-ideológica que mais nos interessa, neste trabalho, é dos intelectuais que consideram a participação política como um mecanismo essencial para a ampliação, autonomia e o empoderamento das classes populares e dos próprios indivíduos que dela fazem parte.

No debate sobre a participação política, deparamo-nos tanto com formas de participação direta e semidireta (plebiscitos, consultas populares e referendos, conselhos, sindicatos, partidos), como com outras mais radicais e externas à institucionalidade, assumidas por movimentos sociais e populares (marchas, mobilizações, ocupações).

Diversos ideólogos da democracia participativa consideram, que para a superação e a destruição do Estado burguês, necessária a elaboração de um programa estratégico para

³ Empoderamento compreendido como sendo a construção do poder popular a partir da participação política das classes populares coletivamente e organizados na busca da transformação e da tomada do poder de Estado. (ASSEMBLÉIA POPULAR. *O Brasil que Queremos*. Cadernos da Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil. São Paulo: Expressão popular, 2006).

compor um projeto popular, que favoreça a construção de contrapoderes e fortaleça a organização das massas. Este projeto popular, com propostas concretas no campo político, econômico, social e cultural, volta-se para o enfrentamento. A construção do projeto popular exige importantes passos de formação e educação, de organização, de identidade popular desde os de baixo e à esquerda. Esta abordagem será apresentada, nesta pesquisa, a partir do estudo do Movimento Consulta Popular.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro, buscar-se-á trazer elementos para a análise da democracia e as formas de participação e representação política ao longo da história, percorrendo algumas das principais teorias clássicas. Isso nos dará o embasamento para compreendermos determinadas escolhas feitas no Brasil e as dificuldades de promover mudanças e transformações atualmente.

No segundo capítulo, trataremos de aspectos relacionados ao processo democrático representativo no Brasil, dos anos 1980, com a reabertura política, a 2007, destacando: a) as corrosões da participação cidadã, com o seu decorrente esvaziamento; b) a crise da representação neste último ciclo da política; c) as eleições como ‘mercado dos especialistas’; e d) a participação política como agente de transformação.

Estes dois capítulos nos darão base para o debate que apresentaremos na segunda parte com os capítulos III e IV.

No terceiro capítulo, abordaremos o Movimento Consulta Popular – MCP compreendido como um movimento social⁴ que nos apresenta preocupações, limites e tensões na democracia liberal e, em contrapartida, também apresenta perspectivas de ampliação da participação política. O MCP aponta desafios mais profundos para a transformação e para a alteração das estruturas econômicas, políticas e sociais dentro do Estado burguês. Dentre os desafios está a organização, a formação e a consciência das massas para as lutas contra o modelo capitalista e hegemônico. O MCP, com a participação dos trabalhadores, ensaia uma alternativa, um projeto popular para o Brasil que responda às

⁴ Movimento social compreendido como ator coletivo, com identidade coletiva, cuja orientação e objetivos comuns são a defesa dos direitos sociais, políticos, culturais, econômicos e a dignidade dos trabalhadores não proprietários dos meios de produção. O movimento social com objetivos de transformação e de alteração da ordem estabelecida pelo sistema capitalista. É nos “movimentos sociais [... que os] indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a definir-se a cada feito resultante das decisões e atividades realizadas”, os indivíduos passam a atuar com o objetivo de superar o capitalismo e as desigualdades decorrentes. (SADER, 1995, p. 10).

necessidades do povo e dos problemas do país, construindo, assim, uma democracia socialista, a partir de um instrumento político de *novo tipo*.

No quarto e último capítulo, apresentaremos indicações e desafios da luta pela ampliação e autonomia participativa para superar o atual modelo. Indicaremos os desafios e perspectivas da participação política, a qual deve ir além, superar e romper com o modelo burguês de democracia e de Estado. Consideraremos a lutas de classe, as relações de poder e contrapoder no cotidiano dos movimentos sociais e apresentaremos, principalmente, as propostas alternativas, o projeto popular para o Brasil e os desafios para a luta revolucionária, como defende o MCP.

A opção por estudar o Movimento Consulta Popular não significa que ignoramos outras iniciativas de luta e propostas em debate nos movimentos sociais. Esse movimento apresenta aspectos importantes na luta contra-hegemônica e, fundamentalmente, procura construir um projeto que leve em conta a grande pluralidade e diversidade participativa das classes populares.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se a amplitude do tema, suas complexas relações e as inúmeras possibilidades que se abrem para reflexões e análises. Portanto, com certeza, o debate não se esgota nas elaborações que ora apresentaremos e nem mesmo há pretensões de tal façanha. Tentaremos apresentar apontamentos, pistas e contribuições para a continuidade do debate na academia. E esperamos que esta pesquisa, de algum modo, também contribua para o debate no interior do Movimento Consulta Popular.

Há inúmeras indagações sobre esta temática e muitos já percorreram este caminho. Retomar, reexaminar, fazer memória é o desafio de uma jovem pesquisadora sem pretensões de responder ou esgotar a análise. Pistas sim, respostas prontas jamais. Aprender com as experiências, sim. Analisar o movimento em constante transformação é o desafio que nos colocamos neste trabalho.

Capítulo I

*É preciso construir uma nova cultura política. Esta nova cultura política pode surgir de uma nova forma de ver o poder. Não de tomar o poder, mas de revolucionar sua relação com os que exercem e com os que padecem.*⁵

Democracia: um mapeamento teórico

O século XX foi efetivamente um século de intensas disputas em torno do ideal democrático, especialmente as últimas décadas. No campo da direita como no da esquerda o tema da democracia e da participação política adquiriu uma centralidade significativa no debate político. Foram inúmeras teses e acalorados debates na academia, nos partidos, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos espaços institucionais, nas ruas, enfim, em toda a sociedade, sempre ganhando vários recortes e nuances, seja na esquerda, seja na direita.

A democracia representativa se torna hegemônica após as duas guerras mundiais, onde se restringiram as formas de participação direta, de autonomia e soberania.

A “democracia recebe severas críticas das classes dominantes. O principal temor dos antidemocráticos era o rumo político que a participação das classes populares poderia tomar”⁶ e deste modo as classes dominantes apontam a participação política como uma forma consensualmente perigosa e, portanto, indesejável. Sousa Santos, para quem a democracia participativa é um caminho possível e já em efetivação⁷, tece críticas ao modo

⁵ MARCOS, Subcomandante Insurgente. (Apud Carlos Antonio Aguirre Rojas. *Lutas Sociais*, 17/18. São Paulo: NEILS, 2007, p. 115).

⁶ SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e participação na 'reforma' do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13.

⁷ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Democratizar a Democracia os caminhos da democracia participativa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.39. O autor tece crítica aos ideólogos e defensores do modelo de democracia liberal que consideram a participação como perigo.

como os liberais compreendem a participação dos indivíduos na política. Para Ilse G. Silva, desde Atenas, a democracia recebe severas críticas também das classes dominantes⁸.

Os liberais acreditam que atribuir poder de governo a quem está em piores condições para fazê-lo, a população, a grande massa iletrada, social e politicamente inferior é um grande perigo. Esta posição foi retomada e sistematizada por Joseph Schumpeter, em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*⁹ e hoje desfruta de enorme influência dentro e fora dos círculos acadêmicos.

Para parte da esquerda, o debate sobre a democracia participativa ganha centralidade com a possibilidade de ampliar e de defender a democracia como um *valor universal*¹⁰, a fim de afastar qualquer perspectiva autoritária, devido às experiências da ditadura militar e o desencanto com o “socialismo real”¹¹. Essa parte da esquerda abdica da luta pela transformação social¹² e entra no círculo da democracia como um fim.

A direita, por sua vez, considera ou associa a democracia participativa às tentações totalitárias ou *assembleístas* que devem ser evitadas ou, na pior das hipóteses, controlá-las. A vertente schumpeteriana se consolida na realização de mecanismo de controle e ganha força no círculo liberal. Essa vertente contribuiu para a elaboração de restrições à participação popular em favor de um consenso em torno dos procedimentos democráticos eleitorais (representação e delegação). Esses procedimentos, promovidos pelos ideólogos liberais, instalou-se no imaginário popular como o modelo ideal de democracia para a constituição de governos e Estados nacionais. Essa visão liberal contribuiu enormemente para a promoção da concepção da democracia como um *valor universal*.

Os intelectuais liberais consideraram que a globalização econômica, que se espalha por todo o mundo, contribui, sem dúvida, para a ampliação da democracia e preparou o terreno para que o ideal democrático se tornasse um *valor universal*. Valor definitivo e final para as democracias modernas, segundo estes autores. Nesta mesma linha de pensamento, a

⁸ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 13.

⁹ SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Versão eletrônica consultada através da página web www.ordemlivre.org.br, acessada em 20 de janeiro de 2009).

¹⁰ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 24.

¹¹ IBID.

¹² IBID.

globalização passa a cumprir um papel de apoio ou de resposta política às conquistas democráticas¹³, revitalizando a democracia liberal.

Décio Saes nos alerta sobre os riscos de considerar e defender a democracia como *valor universal*. As diversas manifestações históricas contribuíram para a preparação do “terreno para a eleição da ‘democracia moderna’ (burguesa) como o ‘*modelo universal*’”¹⁴. E, ao mesmo tempo, consiste em fixar a base teórica da “‘democracia moderna’ como a realização histórica final e definitiva do ideal da democracia e como o horizonte político para o qual deverão tender todas as coletividades humanas”¹⁵. O autor, Décio Saes, tece outras críticas a esse modelo de democracia. Argumenta que a democracia passa a dar uma roupagem nova para a exploração, mistificando o Estado burguês.

A democracia moderna passa a ser vista como a realização para a qual todas as nações devem caminhar na visão dos teóricos e políticos liberais. Destacamos que tal modo de conceber a democracia tem a ver com concepções ideológicas. E estas concepções passam a assumir conteúdos diferenciados em “função do projeto societário que se defende”¹⁶, sendo a democracia burguesa, afirma Ilse Gomes Silva, uma “forma de dominação que, para os trabalhadores, constitui um enquadramento político”¹⁷, que impede a luta revolucionária.

A democracia burguesa é, sim, uma forma de dominação, enquadrando politicamente os trabalhadores e as classes populares e inviabiliza a participação política na gestão de alternativas que possam alterar a correlação de forças. Esse modelo de democracia inibe e controla a constituição de um contrapoder que favoreça o avanço da luta revolucionária e a transformação do Estado burguês. Outro questionamento sobre a democracia diz respeito à concepção dos pensadores liberais de que o povo não sabe legislar e precisa de representantes para essa tarefa. Estes representantes assumem (a tarefa) o papel de legislador, fiscalizador, julgam e tomam decisões ativamente em nome de seus

¹³ LEITE, José Correa. *As inovações da política sobre a existência da política e suas transformações*. São Paulo: Doutorado - PUC, 2005, p. 267.

¹⁴ SAES, Décio Azevedo Marques. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1993, p. 49. (grifo nosso).

¹⁵ IBID.

¹⁶ SILVA, Ilse Gomes. *Op.cit.*, 2003, p. 26.

¹⁷ IBID.

representados, em nome do povo. Ação que o povo não faria bem, como afirma Montesquieu, um clássico da democracia liberal¹⁸.

Para os liberais a forma possível (e não necessariamente desejável) de democracia é a representativa. Em função deste modelo promulgam-se restrições à participação, e se fortalecem consensos para a constituição de procedimentos e canais institucionais que passam a agir no controle dos perigos inerentes à participação popular para a consolidação e estabilidade do sistema democrático. Destaca-se a rapidez com que o discurso democrático se molda à realidade criando ambiguidades e limites.

Dentro da política liberal, a burocracia é uma importante aliada. Aliada à burocracia está à ideologia que reforça o burocratismo hierárquico do Estado moldando os indivíduos dentro da lógica democrática representativa.

O Estado com suas estruturas burocratizadas apropriam-se da organização governamental, o qual necessita de um conjunto de especialistas e funcionários para cumprir e manter a ordem hierárquica. Estes especialistas precisam estar dispostos a aceitar o método e as normas do Estado burguês. Estes especialistas passam a ser considerados instrumentos no interior da máquina estatal, apagando de sua identidade o pertencimento de classe e atenuando a sua própria condição de cidadão.

Além dos elementos já apresentados – a apatia das massas, a necessidade dos especialistas, a burocracia –, há outros elementos que a democracia hegemônica nos apresenta, dentre elas a delegação. Para a democracia liberal, a delegação guarda estreita relação com o tamanho da unidade democrática territorial. Os grandes territórios exigem uma nova forma de democracia: a representativa por delegação. E quanto maior for a unidade, maior será a necessidade de delegar aos representantes as decisões, pois o povo não conhece e não compreende os problemas de um Estado e é incapaz de propor soluções.

Os liberais-democráticos acreditam que a representatividade, constitui-se na única solução possível nas democracias de grande escala populacional e territorial. Como observa

¹⁸ MONTESQUIEU, Charles Louis de S. *O Espírito das Leis*. Livro 6, 3ª ed São Paulo: Abril Cultural. 1985, p. 81 et.seq.

Sousa Santos¹⁹, o território passa a ser parte da concepção hegemônica da democracia, assim como a representatividade.

A delegação não responde aos interesses de todos os grupos e classes, observa Maria Vitória M. Benevides²⁰, ao contrário, gera uma profunda insatisfação popular sobre esta forma de representação tradicional. A representação (delegação) política nas democracias modernas “é uma instituição deficiente para exprimir, com fidelidade, a vontade popular e a realização dos interesses do povo, na multiplicidade de suas manifestações”²¹.

Para compreendermos a democracia liberal nos dias atuais é importante investigar como se deu historicamente o processo de delegação e como hoje ocorre o processo de autorização de governos com o voto dos representados. Salienta-se que, para muitos teóricos, este é o modelo de democracia ideal. Portanto, é importante conhecer este modelo de democracia e sua influência sobre as massas, dominando-as, explorando-as, controlando-as, impedindo ou dificultando a participação política e a formação de um projeto popular. Ao limitar e controlar a participação política, impede um possível levante dos que estão embaixo, o levante pode colocar na berlinda os interesses dos dominantes e o poder que o sustenta.

Democracia representativa: uma breve leitura

Este tema foi bastante explorado nestas últimas décadas. Procuraremos, com um olhar histórico sobre o que já se pesquisou a respeito da representação política, identificar os impasses, limites e desafios da democracia representativa, da participação política e do ideal democrático apregoado pelos liberais, bem como procuraremos apresentar o contraponto com ideólogos participativos.

¹⁹ Boaventura de Sousa Santos, no livro *Democratizar a democracia os caminhos da democracia participativa*, elabora um posicionamento crítico e polemiza com Robert Dahl (teórico liberal) que defendeu, com grande ênfase no pós-guerra, o elemento da territorialidade aliado a delegação representativa (SOUSA SANTOS, 2003, p. 48).

²⁰ BENEVIDES, Maria Vitória de M. *A cidadania ativa – referendo, plebiscito e consulta popular*. São Paulo: Ática, 1991.

²¹ IBID., p. 13.

A democracia representativa tornou-se o modelo ideal em todo o mundo. Benevides afirma que a “idéia de representação tornou-se, na prática [...] a] ‘representação teatral do poder perante o povo’, e não como ‘representação do povo perante o poder’”²² o que reforça a idéia hegemônica de democracia como um *valor universal*, sem espaço para construção de novos modelos. Ressalta-se que “uma das deficiências mais sentidas na representação política no Brasil consiste na total ausência de representatividade efetiva dos representantes perante o povo”²³ e de um projeto de nação.

A democracia representativa é considerada um método de escolha e de autorização de governos, é também uma forma de obter acordos institucionais através da competição entre candidatos e pelo voto da população²⁴. As deficiências e os limites da representação política são evidentes, visto o exposto. O modelo de democracia representativa não proporciona emancipação e autonomia participativa real aos indivíduos.

Maria Victória M. Benevides, em 1991, já chamava a atenção para as deficiências do modelo representativo que se preconizava, inclusive de todos os indivíduos, ilustrando uma das preocupações desta pesquisa. A inclusão de todos os indivíduos participando de forma semidireta ou diretamente é incompatível, perigosa e pode desestabilizar a democracia e o próprio sistema capitalista. A representação política ganha força como uma das formas de controle sobre a participação política dos indivíduos, que podem representar perigos ao poder dos dominantes.

A representação política tem a ver com a instituição de um mandato, uma relação política dentro de um determinado território. Não é um mandato ou delegação jurídica. A matriz que define o lugar da representação política moderna, segundo Giovanni Sartori (1962), aparece em 1791 com a Constituição Francesa, quando “os representantes nomeados não são representantes de um determinado departamento, mas da nação inteira”²⁵.

Os escolhidos pelos eleitores através do sufrágio universal passam a definir e influir sobre a política de Estado. Neste momento histórico, desvencilha-se a idéia moderna da medieval, passando o mandato a ser representativo da nação. Assim como as

²² BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 25.

²³ IBID.

²⁴ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 14.

²⁵ SARTORI, Giovanni. *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 22. Belo Horizonte, 1962, p. 19.

instituições representativas nascem no momento em que se estabelece que o deputado não deverá representar seus eleitores, e sim a entidade ‘nação’ [...] o poder dos representantes é um poder que lhes é transmitido pelo eleitorado²⁶.

A representação passa a ser única através do Estado, que figura como o representante da unidade política, do povo-nação. O Estado, para Sartori, representa todas as classes, igualmente, pelo poder transmitido pelo voto do eleitorado. E, com isso, o Estado, como máximo representante de todos os indivíduos e dos seus interesses – dos dominantes, dos burgueses, dos oprimidos, dos trabalhadores –, representa igualmente a todos.

Antes de prosseguir, eis algumas contribuições sobre o Estado.

O autor Giovanni Sartori, não considera os antagonismos de classe e de interesses ao defender essa tese. A priori, não poderemos concordar com o modelo de Estado e de representação apresentado por Sartori, visto que, os interesses das classes são inconciliáveis e antagônicos, e tão pouco, podem ser igualmente representados.

Lênin V. I, em *O Estado e a Revolução*, defende que o Estado “é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados”²⁷. E, Décio Saes, chama nossa atenção sobre o papel que o Estado cumpre em uma sociedade capitalista. “O Estado organiza de [...] modo particular a dominação de classe”²⁸, e, portanto, o Estado não pode assumir a função de representante da nação, visto que, passa a organizar a dominação de uma classe sobre outra.

Destacamos, que “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios da classe burguesa como um todo”²⁹, e, portanto, não pode cumprir a função representativa. Aos detentores do poder dominante, a defesa do método democrático

²⁶ SARTORI, Giovanni. Op.cit., 1962, p. 20-1.

²⁷ LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 25

²⁸ SAES, Décio Azevedo Marques. *Estado e democracia ensaios teóricos*. Campinas: IFCH – Unicamp, 1998, p. 22.

²⁹ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista, 150 anos depois*. São Paulo: Contraponto, 1999, p. 10.

representativo e do Estado como máximo representante, foi uma prioridade para a formação dos governos desde a metade do século XX, e está opção se reflete na história e nos conflitos do mundo Ocidental.

O sistema político no molde democrático representativo, na complexa sociedade industrializada e em pleno desenvolvimento capitalista, foi uma solução encontrada pelos pensadores liberais, como forma de evitar os perigos inerentes à ampliação da participação popular, afirma Carole Pateman³⁰. Neste período de plena expansão, as formas burocráticas de organização do Estado eram fundamentais.

Alguns autores da teoria política passam a defender que toda a sociedade necessitava de um corpo de funcionários especialistas e de dirigentes capacitados no governo, para assim, evitar as tentações totalitárias e assembleístas³¹.

O medo dos teóricos da democracia liberal sobre as tentações totalitárias e assembleístas, reforçou-se com a breve experiência da República de Weimar. Verifica-se o medo devido as

altas taxas de participação das massas com tendência fascista e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, [...] ainda que uma participação forçada pela intimidação e pela coerção, realçam a tendência de se relacionar a palavra 'participação' com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia.³²

Com o fantasma do totalitarismo, reforçaram-se as limitações aos procedimentos participativos e adotou-se a democracia representativa, em definitivo, principalmente no Ocidente. Fortalecendo a opção pela representação liberal-democrática devido às grandes turbulências do sistema político nos países que, no pós-Segunda Guerra Mundial, deixavam de ser colônia e iniciavam processos de organização dos Estados. Especialmente para as classes dominantes das antigas metrópoles, estas turbulências deveriam ser controladas³³. E,

³⁰ PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³¹ IBID., p. 10.

³² IBID, p. 11.

³³ IBID., p. 11-2.

portanto, a representação política seria o ideal proposto, pois somente os melhores e não as massas teriam essa capacidade de legislar, fiscalizar e controlar.

A democracia representativa adota como princípio no sufrágio universal (resultado de intensas lutas das classes populares) a alternância de governos para manter a estabilidade do sistema. Estreitamente vinculadas a este modelo de alternância de governo, operam compromissos como a manutenção das instituições, dos contratos, a manutenção da propriedade privada e a participação política controlada, abafando-se os antagonismos de classe.

Os estudos realizados desde a Segunda Guerra Mundial pelos ideólogos liberais sobre os ‘perigos’ da participação referem-se a outros fatores como, por exemplo, o desinteresse de grupos de baixa renda e de parte dos indivíduos em participar da política³⁴. Portanto, o caminho ideal para a democracia, especialmente, aos indivíduos de baixa renda seria apostar na representação, cabendo ao povo o direito de participar da política votando e, assim, delegar seu poder aos representantes ‘livremente’ no ‘mercado eleitoral’.

Para esses defensores da democracia-liberal, o aumento da participação política do homem comum, por sua condição sócio-econômica e desinteresse político, poderia abalar o sistema, comprometer a estabilidade do Estado e das instituições. Por isso, a representação é o ideal, e não a intensa participação política de todos.

Democracia segundo Schumpeter

Em *Capitalismo, socialismo e democracia* de Joseph A. Schumpeter (1961)³⁵, considerado como o principal teórico da democracia liberal moderna, refere-se a aspectos anteriormente abordados, aponta a necessidade de revisar a teoria democrática e, apresenta de modo sistemático, sua alternativa para a democracia ideal.

Para Schumpeter, a democracia é um método político, um

³⁴ PATEMAN, Carole. Op.cit., 1992, p. 13-4.

³⁵ Cf. nota 9 (neste trabalho).

“certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política [...] e, por isso, mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas”³⁶.

As decisões políticas podem ser legislativa ou administrativa. O ideal democrático, como método político deve professar uma lealdade absoluta ao sistema e revela “a convicção de que a democracia garantirá esses ideais e interesses, tais como liberdade de religião, palavra, direito à justiça, governo decente, etc.”³⁷.

No método democrático, como acordo institucional para se chegar a decisões políticas (legislativas e administrativas), os indivíduos devem escolher os seus representantes, em competição, através do voto, delegando o seu poder de decisão. Mesmo prevalecendo à vontade do povo dentro da norma democrática, em alguns casos, essa vontade deverá ser combatida por ser criminosa ou por demonstrar falta de discernimento.

Para Schumpeter, a democracia “como qualquer outro método, não produz sempre os mesmos resultados nem favorece os mesmos interesses e ideais”³⁸, pois está sujeita a lealdade racional, aos valores e condições de funcionamento da própria sociedade. A lealdade ao modelo faz com que o risco de discriminação dos indivíduos seja quase nulo, a menos que esta discriminação seja necessária para defender os pontos que “interessam aos negócios públicos”³⁹.

Afirma ainda, o autor, que a discriminação neste método democrático nunca estará totalmente ausente. Uma das formas de discriminação é restringir o voto ou o direito de competir a determinados grupos em função da idade, do *status* e da incapacidade de uso do voto. A desqualificação dos indivíduos na democracia, segundo Schumpeter, é dada por opiniões sensatas.

Os motivos, para a desqualificação, podem ocorrer pela

³⁶ SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit., 1961, p. 291.

³⁷ IBID.

³⁸ IBID.

³⁹ IBID., p. 292-3.

situação econômica, religião ou sexo, que fazem parte desta mesma classe de desqualificações que todos nós consideramos compatíveis com a democracia. Podemos discordar delas, evidentemente [...]. Mas se discordarmos, logicamente devemos discordar também das teorias sobre a importância da propriedade, religião, sexo, raça, etc. e não chamar essas sociedades de não-democráticas.⁴⁰

E, por isso, não seria sensato deixar o povo no governo de um Estado, pois os indivíduos são movidos por situações ou sentimentos, tais como: pobreza, religião, desinteresse, sexo ou por paixões. De forma que o povo demonstra-se incapaz para a tarefa de governar. Esta cabe aos especialistas.

Seguindo a linha de análise da democracia schumpeteriana, o Estado deve ser dirigido por um governo aprovado pelo povo e não um governo do povo. O propósito da democracia de Schumpeter é um governo representativo de todo o povo e aprovado por ele e conta com a lealdade de suas classes. Este governo deve estar preocupado com a

dignidade humana, a satisfação de ver que, de maneira geral, os assuntos políticos se desenrolam de acordo com as expectativas da pessoa, a coordenação da política com a opinião pública, a confiança e a cooperação do cidadão com o governo, a dependência deste último do respeito e do apoio do homem nas ruas – tudo isso [...] é satisfatoriamente abrangido pela ideia do governo aprovado pelo povo. [...] é evidente que [...] o povo, como povo, não pode jamais governar ou dirigir.⁴¹

Para o autor o método da democracia representativa é a forma ideal, pois considera impossível que o povo tenha condições de participar politicamente da vida do Estado. Se o povo o fizer, estará desqualificando a sua própria escolha realizada através do sufrágio universal. Schumpeter acredita que a democracia direta contém uma riqueza infinita, mas tal procedimento pode desestabilizar e desqualificar o próprio governo.

⁴⁰ SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit., 1961, p. 294.

⁴¹ IBID., p. 296.

O papel da participação e da tomada de decisão pelo povo está baseado em fundamentos empíricos irrealistas, segundo o autor. Portanto, o ponto central da democracia deve estar na competência dos representantes que tomam as decisões em nome do povo. O povo pode participar do governo influenciando, controlando, fiscalizando os que realmente governam, mas “o eleitorado normalmente não controla seus líderes políticos, exceto pela recusa de reelegê-los”⁴².

O povo, por sua condição, iletrado, não conhece a vida política, é desinteressado⁴³ e deve delegar seu poder e ser representado por um Parlamento. Para que o povo possa fazer um bom uso do voto, deve passar por um processo educativo. O Parlamento recebe a representação somente dos interesses dos grupos, dos setores e categoria, não representa o povo inteiro. Representar o povo inteiro cabe ao Estado, afirma Schumpeter.

O Estado deve ser governado com o objetivo de proporcionar o bem comum a todos. O governo deve ser administrado por especialistas que “agirão simplesmente no cumprimento da vontade do povo”⁴⁴. Para tomar as decisões mais importantes, o conveniente seria consultar o povo por *referendum*, por exemplo. Mas, pelo método democrático, um comitê intermediário nomeado pelos representantes do povo, pode cumprir essa função, afirma Schumpeter.

O povo, por sua vez, escolheria os seus representantes por sufrágio. Os representantes serão consultados em nome do povo e devem agir conforme a vontade geral e o bem comum⁴⁵. Esta é a forma com a qual o Estado daria voz ao povo.

Os indivíduos, por sua vez, podem por meio do voto exercer o único meio de participação direta nas decisões do Estado. As decisões do Estado e do governo são complexas, e o povo por sua condição, seria facilmente influenciado, comprometendo o equilíbrio e não teria a condição necessária para decidir pelo coletivo.

A democracia, como princípio, “significa [...] que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio”⁴⁶, ou seja, aos líderes com destacável

⁴² SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit., 1961, p. 324.

⁴³ IBID., p. 298-9.

⁴⁴ IBID., p. 300.

⁴⁵ IBID., p. 301-2.

⁴⁶ IBID., p. 325.

capacidade de discurso, são determinados, sabem negociar e oferecem ao povo sua competência para agir na política. E, em troca, aguardam o voto para eleger-se como representante dos interesses de determinado grupo, setor e/ou categoria.

E, por fim, Schumpeter destaca cinco princípios básicos para que a democracia representativa funcione de maneira eficiente. O primeiro é a *qualidade do material humano*, com lideranças bem treinadas, capacitadas para a função; o segundo, o *alcance limitado* das decisões políticas; o terceiro, a *burocracia bem treinada*, um corpo de especialistas que aceitem as decisões hierárquicas; o quarto, o *autocontrole democrático* representado no pacto de sustentação dos governos e do Estado; e o quinto, a *tolerância à diversidade*⁴⁷.

Segundo Schumpeter, as proposições que normalmente se faz sobre a democracia somente serão verdadeiras para os governos que contam com a adesão geral da maioria da população. Essa adesão ocorre quando a dignidade humana é respeitada, quando há uma boa coordenação política em relação à opinião pública e desperta uma da atitude de confiança e de cooperação entre os indivíduos e o governo.

Democracia como Poliarquia

Os pluralistas contribuíram na efetivação deste modelo de democracia representativa. Ao teorizar sobre a *Poliarquia*⁴⁸, Robert Dahl se refere às relações entre as múltiplas minorias, em um sistema de disputa e de múltiplas escolhas que, supostamente, produz um governo estável e com condições de produzir um equilíbrio entre a oferta e a demanda de bens políticos. Eis uma teoria que vem na esteira schumpeteriana.

uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. [...] o termo 'democracia' para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos.⁴⁹

⁴⁷ SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit., 1961, p. 325-6.

⁴⁸ DAHL, Robert A. *Poliarquia*. 1ª ed. reimpressa. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁴⁹ IBID., p. 25-6. (conforme original)

Dahl afirma que os indivíduos *podem ser considerados* iguais politicamente com os mesmos direitos (de votar e ser votado: um indivíduo é igual a um voto). Porém, não se pode concordar com a afirmação que todos os indivíduos são cidadãos com os mesmos direitos e iguais, pois as relações sociais, de poder econômico e político e o próprio jogo de interesses de grupos e das classes são determinantes para a atuação do cidadão na vida pública.

O autor acredita que o governo deve ser de equilíbrio entre as minorias e as maiorias, promovendo a *igualdade política* de todos os cidadãos adultos. Esta igualdade age como fator limitador e de equilíbrio político. O governo deve ser responsivo no modelo de democracia apontado pelo autor.

Robert Dahl aponta que todos devem ser considerados cidadãos politicamente iguais. Todos devem ter plenas condições para formular suas preferências e expressá-las aos seus concidadãos, individual ou coletivamente. Os cidadãos devem ter suas preferências igualmente consideradas na condução do governo, sem qualquer discriminação decorrente do conteúdo ou das fontes de preferências. Estas características parecem ser condições necessárias à democracia, ainda que, provavelmente, não sejam suficientes⁵⁰, afirma o autor.

As instituições para funcionar em uma sociedade, em um Estado, devem ser fortes, deve oferecer as garantias de condução do governo⁵¹ e favorecer as condições para que os cidadãos formulem e expressem suas preferências.

Robert Dahl parece ignorar a desigualdade existente entre as classes provocada pelo sistema capitalista, ignora o desgaste sofrido pela ‘cidadania’ quando trata todos igualmente e com as mesmas condições. O autor parece não considerar a enorme desigualdade de oportunidades e poder existente entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção dentro do Estado burguês, mesmo que este se revista de uma forma democrática. Mesmo em uma democracia, os indivíduos são diferentes quanto à classe sócio-econômica, a forma de compreender a política e de participar dela.

Convém ressaltar que, embora mais otimista que Schumpeter em relação à racionalidade do eleitor, Dahl concorda amplamente em conferir à democracia o caráter

⁵⁰ DAHL, Robert A. Op.cit., 2005, p. 26.

⁵¹ IBID., p. 27.

fundamental de arranjos institucionais sem qualquer ilusão quanto a um pretense poder do povo.

O autor confere à democracia outras duas dimensões: “contestação pública e direito de participação em eleições e cargos públicos”⁵². A contestação pública deve ocorrer dentro dos marcos democrático e não é “equivalente à democratização plena”⁵³. Já a participação deve ocorrer através dos grupos de interesse como um método de controle e resistência contra a tirania e o poder absoluto, evitando, assim, a tirania dos que estão no poder.

O controle na democracia pode ocorrer através do sufrágio universal e ou pela ação responsável (*accountability*⁵⁴) dos indivíduos ou ainda dos representantes. Sendo que, o potencial participativo dos indivíduos está relacionado à sua capacidade de articular os interesses e de mobilizar as condições necessárias para competir em períodos pré-determinados pela burocracia do Estado (eleições).

Tanto para Dahl como para Schumpeter, o controle e a participação dos cidadãos é uma contradição, visto que, as possíveis tentativas de controle político, sejam quais forem os instrumentos utilizados (cartas, manifestações, incidência, revogação de mandatos,...) constituem uma completa negação da escolha feita pelo cidadão no pleito eleitoral.

O indivíduo, para Robert Dahl, é um cidadão isolado dentro do sistema político e, este indivíduo ignora a constituição do próprio sistema, que delimita, imobiliza e estratifica a sociedade em classes sociais.

Considerados isolados ou individualmente, os cidadãos, podem não corresponder ao ideal de democracia ou podem não corresponder ao sistema democrático representativo⁵⁵, mesmo nos moldes do Estado burguês. Em suma, manter os cidadãos isolados, imobilizados, estratificados é necessidade para o sistema que, assim, mantém a baixa participação sem resolve as contradições.

⁵² DAHL, Robert A. Op.cit., 2005, p. 29.

⁵³ IBID.

⁵⁴ *Accountability*, não há uma tradução exata para o português. A palavra remete a uma ação responsável, responsabilidade social ou também, responsabilização. Ainda, pode ser traduzido como uma ação de prestação de contas aos seus representados ou as instâncias de controle. (tradução livre)

⁵⁵ DAHL, Robert A. Op.cit., 2005, p. 30-1.

A representação política defendida por Robert Dahl serve apenas para amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes sociais, políticos e econômicos, diminuir os conflitos e, principalmente, para camuflar as mudanças estruturais necessárias no sistema político e no próprio Estado. A participação das minorias, no sufrágio universal, cumpre o papel da estabilidade, da alternância de governos, e da flexibilidade necessária para o funcionamento do sistema democrático. Para que o sistema democrático funcione na concepção de Robert Dahl⁵⁶, deve-se limitar a intensidade dos conflitos e manter a estabilidade social e econômica. É preciso também, que haja organização social plural, além de consenso básico.

A democracia ideal, segundo Dahl, se concretiza pelo equilíbrio entre o sistema político representativo e a desconcentração sócio-econômica, ou seja, a democracia ocorreria na medida em que o direito de participar, votando, ou o direito de participar candidatando-se a cargos públicos estivesse em pleno equilíbrio. Essa situação não ocorre plenamente nas democracias atuais, pois o desequilíbrio socioeconômico é determinante para a participação dos indivíduos.

Ao fazer eco a Schumpeter, Dahl defende que, a participação política deverá ocorrer somente através do sufrágio. O sufrágio é o espaço para a disputa dos líderes, espaço de exercício de opiniões e de escolhas de quem melhor representará determinado grupo ou interesses. As eleições, afirma Dahl, é a melhor forma e a mais eficaz para o exercício do controle social⁵⁷. A parcela da população mais interessada, capaz, instruída e educada poderá participar e exercer seu direito de cidadão livre e participará da vida política influenciando e pressionando seus líderes.

Para que o cidadão exerça essa pressão sobre os representantes, afirma Dahl, será necessário um *treinamento* que, pode ocorrer na família, nas escolas, nas igrejas ou mesmo por meio dos meios de comunicação. O autor não detalha como seria esse *treinamento* e sua efetividade para o controle social dos representantes.

Por fim, Dahl retoma ao seu modo os argumentos de Schumpeter sobre os perigos inerentes à participação popular para além do sufrágio. Fica evidente a preocupação do autor com um possível aumento da participação política dos indivíduos ao liberalizar para a

⁵⁶ DAHL, Robert A. Op.cit., 2005, p. 75 et.seq.

⁵⁷ IBID., p. 27-8.

“contestação pública”⁵⁸. O aumento da participação gera perigos e instabilidade ao sistema, podendo levar os governos e instituições a adotar atitudes autoritárias, ou seja, “hegemonias fechadas”⁵⁹, portanto, o controle burocrático do Estado deverá prevalecer.

Para Schumpeter, Dahl e Sartori, que estudaremos a seguir, as democracias variam conforme a proporção da população habilitada a participar e, como ideal e método básico, só podem ser instaladas se houver liberdade para votar e ser votado.

Democracia no Estado moderno

Os riscos de desequilíbrio e instabilidade nas democracias, apresentados por Schumpeter e Dahl, podem, segundo Giovanni Sartori⁶⁰, ser evitados no Estado moderno, através de mandatos representativos, visto que o “Estado democrático é realmente um estado representativo”⁶¹ e a representação deve ser determinada pelas eleições.

Destaca, ainda, que um dos riscos da instabilidade democrática pode vir da relação inadequada entre democracia ideal e a prática. Na medida em que há um grupo no poder, esta minoria seguirá os interesses do seu próprio grupo⁶², nem sempre representará os interesses do povo inteiro. Existe, neste caso, o risco de um regime autoritário, como já abordado. Sartori, como seguidor de Schumpeter, acredita que os perigos da inatividade e da participação do cidadão médio⁶³ na política, também, podem levar a democracia à bancarrota, de forma que, quanto menos participação, menos risco representará ao sistema político.

O indivíduo de baixo nível sócio-econômico (Schumpeter e Dahl) ou o cidadão médio (Sartori) pode representar sérios riscos quando participam da política. O controle desta ação participativa deve ocorrer, seja coletiva ou individualmente, através dos

⁵⁸ DAHL, Robert A. Op.cit., 2005, p. 30.

⁵⁹ IBID.

⁶⁰ SARTORI, Giovanni. Op.cit., 1962.

⁶¹ IBID., p. 39-40.

⁶² IBID., p. 10-1.

⁶³ É o indivíduo com baixa instrução e condições de fazer a melhor escolha. Estes cidadãos médios, mesmo com algum grau de instrução deveriam ser excluídos do processo decisório político, pois o cotidiano deles não os habilita para a atividade e escolha política (IBID., p. 29 et.seq.).

processos representativos, preservando a democracia, afirmam. O homem comum, segundo os autores, não tem a prática e o conhecimento político, tem somente domínio sobre as coisas experimentadas em seu cotidiano, a política não é real para estes indivíduos.

E “quando o homem comum se depara com assuntos políticos ‘perde completamente [...] a noção da realidade’ e se desloca para um nível mais baixo de desempenho mental assim que ingressa no campo da política”⁶⁴. A partir desta afirmação, para estes importantes liberais-democratas, fica evidente a defesa do governo representativo democrático como a melhor escolha.

Por outro lado, segundo Sartori, os representantes do Estado-Nação, escolhidos por seus eleitores passam a expressar a vontade nacional e não mais a vontade e os interesses dos eleitores.

Isto porque a nação, como tal, é um sujeito que não pode manifestar-se, senão pelos seus porta-vozes [...] O povo ou a nação não pode ter senão uma voz, a da Legislatura nacional. O povo não pode falar, não pode agir, senão através dos seus representantes.⁶⁵

O povo, deste modo, passa a não contar com os representantes de seus interesses sendo deslocado à margem da política.

Adam Przeworski chama a atenção para o fato de que “tudo o que conhecemos de democracia, e seguimos copiando, foi conseguido há 200 anos. A melhor forma que se conhece de democracia é exercê-la por meios de eleições [...], mas não basta”⁶⁶. Tampouco no plano das instituições, algo de novo foi construído.

Marco Maciel, político liberal-democrata da atualidade, confirma essa linha de pensamento de Adam Przeworski, quando afirma que

o voto e pleitos eleitorais são as duas derradeiras grandes invenções da democracia representativa. Temos, todavia, de concordar que são requisitos

⁶⁴ SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit., 1961, p. 309-310.

⁶⁵ SARTORI, Giovanni. Op.cit., 1962, p. 10-1; 22.

⁶⁶ Palestra proferida na Universidade de São Paulo – USP, outubro de 1995 em visita ao Brasil.

necessários, embora não suficientes para a preservação do regime democrático.⁶⁷

Para os ideólogos da democracia liberal parece claro que os arranjos políticos institucionais da representação são as melhores escolhas para uma sociedade.

O resultado de tal sistema político, como vimos, pode ser antidemocrático. Pois através de eleições democráticas, pode-se escolher um ditador de modo legítimo ou ainda preservar o poder aos que sempre estiveram no comando do Estado, e pouco se altera, além do governo. Então, podemos observar que mesmo um governo eleito legitimamente, através de eleições livres, pode governar gerando incertezas.

Segundo Ilse Gomes Silva, o resultado deste processo de escolha de representantes, pode ser antidemocrático, pois a forma de escolha dos representantes é marcada por enormes incertezas, dado que a oferta de especialistas na democracia para administrar a política

é concebida como um mecanismo de mercado em que os consumidores são os votantes e os políticos são empresários. A participação nas disputas para a representação está restrita a grupos auto-escolhidos, pois aos consumidores cabe escolher o melhor ‘produto’.⁶⁸

A participação política do eleitor é reduzida à escolha periódica dos competidores (especialistas ou líderes notáveis) de grupos ou setores que se apresentam como *produto democrático no mercado eleitoral* através dos partidos políticos sem um programa ou mesmo um projeto. Os competidores se “transformam em unidades intercambiáveis de trabalho abstraídas de qualquer identidade social ou pessoal”⁶⁹ com os eleitores.

Somos, assim, levados a crer que o modelo de democracia liberal (representativa) carrega em si uma contradição profunda, que vai além dos aspectos participativos ou

⁶⁷ Folha de S. Paulo. 21/01/2009, p. a3.

⁶⁸ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 13-4.

⁶⁹ WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 182.

representativos, tem a ver com a coexistência entre as desigualdades socioeconômicas e o sistema capitalista.

As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta.⁷⁰

Essa contradição está relacionada com a dissociação entre identidade política da cidadania e o *status* socioeconômico, o que permite a coexistência de ambas: a igualdade política no plano formal e as desigualdades de classe na prática. Aos liberais, essas contradições não são fundantes. Elaboram e conceituam a democracia como uma sociedade de sujeitos iguais e com os mesmos direitos.

A democracia liberal

A democracia liberal pode ser exemplificada quando observamos a construção da democracia estadunidense. A criação deste modelo tem como princípio fundamental centralizar as propensões mais ativistas de cidadania. E com o

capitalismo tornou possível conceber uma democracia formal, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a ‘elite’ e a ‘multidão trabalhadora’.⁷¹

Na democracia nos Estados Unidos da América, pensada pelos federalistas, antecipa a linha teórica schumpeteriana, de minimizar a participação das massas, deixando esse papel reservado aos especialistas, à burocracia e aos administradores.

⁷⁰ WOOD, Ellen. Op.cit., 2003, p. 184.

⁷¹ IBID.

Na “teoria democrática [...] a participação não tem um papel especial ou central. Tudo que se pode dizer é que um número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral [...] reduzida aos líderes”⁷².

No modelo de democracia estadunidense, se deveria combinar a manutenção dos interesses aristocráticos, com a preservação da riqueza e as virtudes republicanas e, ao mesmo tempo, manter uma oligarquia proprietária, com apoio da população votante.

Nesta concepção liberal da democracia, diluir totalmente o poder popular era uma necessidade para inibir e controlar a participação política dos cidadãos. Com essa concepção, os federalistas atingiram outro objetivo: a separação ideológica dominante e a multidão de cidadãos governados.

Os federalistas desejavam, ainda, “construir uma nação política exclusiva, uma aristocracia de cidadãos proprietários”⁷³. Para isso, conceberam a democracia representativa. Esta idéia de democracia representativa, até então não existia no mundo antigo, sendo uma invenção totalmente estadunidense.

Na concepção liberal dos federalistas, a multidão trabalhadora – os indivíduos inferiores – deveria buscar voz política em seus superiores sociais. O grande medo dos federalistas era o modelo de democracia antiga (que deveria ser evitado expressamente), ou seja, o governo da multidão ou a ‘tirania’ da maioria.

O grande desafio nesta construção da democracia liberal para os federalistas residia na preservação do que fosse possível das divisões entre os dominantes e as massas, tentar resolver os conflitos surgidos da base da sociedade estadunidense, como a exclusão das mulheres, o *apartheid* social e racial e o colonialismo que massacrou as populações indígenas. Conflitos que não foram resolvidos com o novo modelo de democracia.

Assim, os Estados Unidos ofereceram ao mundo moderno uma nova definição de democracia, “uma definição em que a diluição do poder popular é ingrediente essencial”⁷⁴, modelo que passa a ser seguido na totalidade ou serve, ao menos, como referência para as novas democracias.

⁷² PATEMAN, Carole. Op.cit., 1992, p. 14.

⁷³ WOOD, Ellen. Op.cit., 2003, p. 185.

⁷⁴ IBID.

Neste modelo, os federalistas apostaram na ideia, um tanto visionária e utópica de que todas as classes estariam representadas, todas as classes teriam uma voz capaz de defendê-los. Deste modo a democracia representativa passa a ser critério de reconhecimento para as democracias. E esta voz viria dos representantes, que seriam os especialistas: comerciantes, advogados e proprietários de terras.

Por outro lado, com o fortalecimento do sistema e das estruturas capitalistas evidencia-se o esvaziamento ou a alteração do significado da participação dos indivíduos na perspectiva da cidadania (todos os indivíduos são livres e possuem direitos iguais). A cidadania, assim compreendida, não altera as relações de poder e de propriedade, mas as mantém.

É o próprio “capitalismo que torna possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração”⁷⁵. Ou seja, todos são considerados cidadãos, mas uns podem ser mais que outros pela sua condição sócio-econômica, sem com isso, alterar as relações de poder e propriedade, visto que o capitalismo por sua natureza produz desigualdade. Torna-se perceptível a corrosão da cidadania⁷⁶, tanto, no conceito quanto na prática.

A democracia liberal ganha espaço, mas a sua efetivação depara-se com a mobilização das massas, que mesmo controladas, impõem imperativos e restrições às classes dirigentes. As massas não ficam imóveis, organizam-se a partir dos interesses das categorias, setores, grupos e das classes sociais exploradas.

Os governantes, quando realmente queriam dizer o que pensavam, deviam fazê-lo na obscuridade dos corredores do poder [...] atmosfera bem diversa daquelas das gladiatórias comédias dos debates parlamentares dos comícios. A era da democratização, portanto, veio a ser a era da hipocrisia pública, ou antes, da duplicidade e, conseqüentemente, da sátira política.⁷⁷

⁷⁵ WOOD, Ellen. Op.cit., 2003, p. 193.

⁷⁶ ALMEIDA, Lucio Flávio R. de. *Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo*. Lutas sociais, São Paulo: NEILS, 1995. (Versão digital).

⁷⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. 2002, p. 130-1.

Nas democracias do século XIX, a transparência das classes dominantes era a menor das preocupações, buscavam maneiras diversas de limitar a prática democrática das massas, adotando estratégias ideológicas que tinham como objetivo principal limitar a própria democracia. Houve uma *domesticação* da democracia, incorporando interesses particulares dos dominantes⁷⁸.

O conceito de democracia liberal foi submetido a novas formas ideológicas da classe dominante, procurando isolar a mobilização das massas. A ideologia das classes dominantes exigia a alienação do poder democrático com a separação clara entre democracia e o *demos*, o povo. Afastava-se, deste modo, totalmente a idéia de poder popular como critério democrático.

O efeito foi a mudança de foco da ‘democracia’, que passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual.⁷⁹

A democracia passa a ser identificada com o liberalismo. O liberalismo traz consigo pré-condições fundamentais de um Estado e de um governo centralizados, com limitações de direitos e liberdades para parte da sociedade o que pode levar ao impedimento da participação do povo na política. O “liberalismo entrou no discurso político moderno não apenas como um conjunto de ideias e instituições criadas para limitar o poder do Estado, mas também como um substituto da democracia”⁸⁰.

O liberalismo absorve a democracia para garantir as liberdades, o poder e os privilégios dos dominantes, apropriando-se do sufrágio universal, dos valores democráticos e dos direitos sociais. O liberalismo buscou ocultar ou substituir qualquer forma de democracia que poderia conter um “projeto contra-revolucionário, ou no mínimo de conter as revoluções em andamento, não permitindo que ultrapassassem limites aceitáveis”⁸¹. O

⁷⁸ HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. 2002, p. 131 et.seq.

⁷⁹ WOOD, Ellen. Op.cit., 2003, p. 196.

⁸⁰ IBID., p. 198.

⁸¹ IBID.

controle da participação e das mobilizações foi ainda mais necessário em tempos de instabilidade do próprio capitalismo.

O ideal democrático: representativo e participativo

O ideal democrático contém nuances, conforme a linha de pensamento e a escola política. O ideal democrático está intrinsecamente relacionado com o que apresentamos anteriormente e, diretamente, com a democracia liberal e com o capitalismo. Procuraremos identificar, a partir do ideal democrático, qual o tratamento dado à participação política como possibilidade de ampliação e gerador de autonomia nas transformações e rupturas no Estado burguês e, propriamente, na democracia liberal.

Giovanni Sartori, ideólogo liberal italiano, adverte para o fato de que o ideal democrático deve ser nivelado para baixado ou minimizado no que se refere à participação política, pois a participação dos indivíduos pode agravar os problemas reais das democracias ao invés de solucionar. O autor defende a verticalidade da representação, pois, assim, afasta os perigos da mediocridade dos próprios líderes e dos antidemocráticos e aponta a necessidade de ter “controladores e controlados”⁸² na democracia.

Ação participativa deve ser reduzida a *reação* e não a *ação* dos indivíduos. A reação participativa ou a “manifestação de vontade fica um acontecimento absolutamente acidental e alheio à natureza do instituto”⁸³ democrático, visto que o espaço ideal para a participação é o sufrágio universal. Ao Estado, reserva-se a tarefa de controlar através da coerção qualquer aumento participativo dos cidadãos médios que por ventura possa comprometer a ordem.

O ideal de democracia estadunidense, modelo concebido pelos federalistas, continha como princípio a formalidade democrática, onde todos os indivíduos na sociedade seriam considerados iguais e com os mesmos direitos. Este modelo federalista de democracia mantém as desigualdades sociais e as relações econômicas entre a classe dominante (proprietários dos meios de produção) e as massas (não proprietários) intocadas.

⁸² SARTORI, Giovanni. Op.cit., 1962, p. 47.

⁸³ IBID., p. 39.

O objetivo dessa dinâmica democrática era de minimizar a ação ativa dos indivíduos e controlar as mobilizações. Para isso, os federalistas elaboraram um modelo ideal de democracia que preserva dois elementos centrais: a) a divisão entre as massas e os dominantes, sendo esta para administrar e controlar um corpo de cidadãos, onde já não poderia existir a possibilidade de “opção de cidadania ativa”⁸⁴; e b) a criação de uma Constituição e de instituições políticas para administrar e controlar as massas e, assim, “criar um corpo de cidadãos inclusivos, porém passivos”⁸⁵ e, de um papel ativo para passivo *decrecente* para a *inércia crescente*.

Ellen Wood, afirma que o ideal democrático pensado pelos federalistas era na prática uma fórmula para “manter uma oligarquia proprietária com o apoio eleitoral da multidão popular”⁸⁶ e, considera, em última instância, como antidemocrática. Assim, os federalistas redefiniram a democracia para que “disfarçasse as ambiguidades de seu projeto oligárquico”⁸⁷ e possibilitou que os Estados Unidos oferecessem ao “mundo moderno a sua definição de democracia, uma definição que a diluição do poder popular é ingrediente essencial”⁸⁸.

A diluição do poder popular é parte da concepção do modelo ideal de democracia, mantendo esta mesma fórmula entre representantes e representados. Nesta dinâmica, o povo passa de *comunidade de cidadãos iguais com os mesmos direitos* para uma “coleção desagregada de cidadãos privados”⁸⁹ impactados individual e coletivamente pelas políticas liberais e capitalistas.

Em contraposição ao ideal democrático representativo liberal, simbolizado na construção federalista, identificamos o ideal democrático participativo.

No ideal democrático participativo, é um espaço onde os indivíduos participam das mais variadas formas de decisão, dos acontecimentos políticos da pequena e da grande política de um Estado.

⁸⁴ WOOD, Ellen. Op.cit., 2003, p. 185.

⁸⁵ IBID.

⁸⁶ IBID.

⁸⁷ IBID.

⁸⁸ IBID.

⁸⁹ IBID., p. 189.

Sem dúvida, é uma nova prática de inserção das massas, dos sujeitos e atores sociais como projeção e inclusão política na vida pública. Como podemos perceber, é uma prática que os trabalhadores, organizações sociais, movimentos sociais e populares estão se apropriando. Esta prática é divulgada em espaços de articulação global, por exemplo, o Fórum Social Mundial - FSM⁹⁰.

Que massas, que atores e sujeitos se mobilizariam para este tipo de ação política? Para este tipo de ação política participativa a mobilização vem das “classes de estratos sociais até então abaixo e fora do sistema político”⁹¹ que formam alianças heterogêneas, coalizões e ‘frentes populares’.

Estes estratos sociais e classes populares até então excluídos do sistema político e econômico ganham centralidade como ator coletivo e passam a exercer a participação política muito além do voto e da escolha de um representante. A participação política dos indivíduos neste cenário coletivo gera movimento e remove os indivíduos do isolamento político. Isso tudo dentro do modelo de democracia liberal.

Na compreensão dos intelectuais participativos, a participação política deve ocupar espaços institucionais onde ocorre a formulação das políticas públicas; deve atuar no controle das políticas públicas e ocupar espaços de intervenção e de tomada de decisão dos Estados.

No ideal participativo é essencial a entrada de novos personagens na cena política. A entrada de novos atores na cena política transforma e provoca a

sociabilidade fundada na solidariedade de classe e pela qual as chamadas classes populares passariam a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação e, com isso, ‘constituíram um espaço público além do sistema da representação política’ permitida, ou seja, o espaço da participação cívica trabalhista.⁹²

⁹⁰ O Fórum Social Mundial - FSM é uma organização plural da sociedade civil dos mais diversos segmentos populares. A primeira edição aconteceu no ano de 2001 em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O FSM é uma referência para a esquerda mundial – www.forumsocialmundial.org.

⁹¹ HOBSBAWM, Eric J. Op.cit., 2002, p. 131.

⁹² SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 3ª edição. São Paulo: Paz e terra. 1995, p. 15.

Destacados teóricos participativos acreditam que, o ideal democrático liberal – as eleições, a representação e a delegação –, apresenta-se como um modelo limitado, em esgotamento e não representa a todos os indivíduos e os interesses. A participação política como as marchas, mobilizações, atos, plebiscitos populares, etc., são as formas possíveis de gerar transformação e rupturas no modelo hegemônico e capitalista.

No ideal participativo é possível ter objetivos momentâneos e ou prolongados. Pode ser desde aderir a uma marcha que reivindica melhores salários e condições de trabalho ou participar de alguma organização local, por exemplo, que luta por moradia, transporte, escolas e postos de saúde, etc. Podem ser ainda, a participação em movimentos sociais, sindicatos e organizações que promovem greves, atos de protesto e paralisações para reivindicar melhores condições de trabalho, salário ou ainda lutas ideológicas.

Estas lutas, também, articulam laços com indivíduos, movimentos sociais e populares, internacionalmente, com os mesmos objetivos, ou seja, a transformação social, política, econômica com participação popular.

As lutas, nesta categoria do ideal democrático participativo, têm um caráter ideológico e de classe. A participação política nos conselhos, partidos, sindicatos, etc., pode ser para um enfrentamento pontual das políticas de governo (curto prazo) ou mais ampla e ideologicamente (em longo prazo) somando-se a luta pela ruptura com o Estado burguês e construindo um projeto de outra natureza.

O que mais nos interessa neste trabalho é a participação coletiva desenvolvida em movimentos sociais e populares com potencial de contribuir e avançar nas transformações estruturais. Essa transformação está relacionada à perspectiva de luta autônoma com vistas à superação da forma de sociedade capitalista, passando a um processo de mudanças, onde, o povo todo poderá participar das decisões.

Tanto o ideal democrático representativo quanto o ideal democrático participativo possuem características e projetos que, podem parecer semelhantes, mas devemos lançar nosso olhar criterioso ao analisar. Em determinados momentos assemelham-se em alguns

pontos, no entanto, essas semelhanças servem para camuflar seu conteúdo e o projeto o qual servem⁹³. Já que ambos se encontram dentro do Estado burguês.

A participação política por estar dentro do Estado burguês não deixa de apresentar limites, mas estes, por sua vez, podem ser superados através da luta popular.

A participação política para os que nela atuam, não é necessariamente apática e limitada politicamente às coisas do cotidiano. Ao contrário, é ativa e precisa constantemente de motivação para a ação. Não é seletiva e busca superar a atomização dos indivíduos das classes populares. Procura juntá-los numa ação coletiva contra as formas de exploração capitalista e imperialista.

A democracia participativa

A democracia participativa ganha notoriedade na Europa, durante a década de 1960, e, foi forjado a partir da intensa luta e mobilização social, política, popular e sindical devido à grande insatisfação com os regimes do Leste Europeu. Esse modelo difundiu-se rapidamente dentro dos movimentos sociais e, também, “fazendo com que alguns governos nacionais da chamada ‘Nova Esquerda’ assumissem essa proposta”⁹⁴.

As atuais democracias apresentam processos participativos eleitorais limitados e compõem “um painel pouco animador da representação política, ao qual se agregam, conseqüentemente, aquela descrença do povo na política e nos partidos”⁹⁵. Maria Vitória M. Benevides nos alerta sobre a possibilidade de se ter uma boa governabilidade com estabilidade política numa democracia participativa direta e semidireta⁹⁶. A democracia participativa direta e semidireta não são uma utopia, menos ainda uma aspiração inatingível, inalcançável. A participação política se fortalece e avança na própria ação dos indivíduos e da classe trabalhadora em luta.

⁹³ SILVA, Ilse Gomes. Op. cit., 2003, p. 26.

⁹⁴ IBID.

⁹⁵ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 25. (conforme original)

⁹⁶ IBID.

Mas fazemos uma ressalva, esta fórmula participativa, seja direta ou semidireta, esta dentro do modelo de Estado burguês e da democracia liberal e se acomoda à ordem sem provocar rupturas ou transformações profundas e estruturais.

A democracia participativa tem como característica a voz ativa que gera movimento, gera luta e ações coletivas contra a hegemonia do capitalismo. Alertamos que no discurso dos dominantes as palavras *democracia e participação* política são, também, muito utilizadas na retórica, mas não no contexto e importância que é abordado pelos movimentos sociais e por intelectuais participativos.

A principal característica do modelo de democracia participativa é a prática, aliada com à informação, à elaboração de propostas e na busca de soluções para os problemas. Outra característica é a forma como as decisões são tomadas, isto é, através dos conselhos, assembleias, plenárias consultivas ou ainda por plebiscitos, referendos ou consulta popular. A participação política coletiva agindo contra a *fraude* da representação individual e, necessariamente, aliada a processos de luta é outra característica.

Esses procedimentos participativos contribuem para o envolvimento de todos na gestão do Estado. Mas essa participação política, por si só, não gera a transformação.

A participação política direta significa que “o indivíduo participa, ele mesmo das deliberações que lhe dizem respeito”⁹⁷ e entre os indivíduos deliberantes e a deliberação não deve existir nenhum intermediário. Sem dúvida, essa é uma demanda dos movimentos e organizações sociais que defendem a participação política direta ou por mecanismos como: plebiscitos, consultas populares e ou referendos. Esta forma de participação direta na política pode gerar temores e instabilidade na visão dos dominantes.

O fundamental nesta construção é o fato de que a participação na democracia coloca o povo numa função de legislador e fiscalizador, muito além da função de votante. A função de legislar e fiscalizar pode agregar um forte elemento educativo e contribuir na formação da identidade de classe e na ação política contra o modelo capitalista e nas lutas antissistêmicas.

⁹⁷ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 9ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 63.

Os mecanismos institucionais de participação política – plebiscito, referendo, consulta popular, partidos, sindicatos, associativismo, conselhos – contribuem para ampliação e para a autonomia dos sujeitos. Mas os instrumentos alternativos de participação política, por exemplo, os movimentos sociais, as marchas, plebiscitos populares, mobilizações, cursos alternativos para compreender a realidade, debates, seminários, manifestações podem contribuir mais significativamente no processo de transformação e de luta. Tanto os mecanismos institucionais como os alternativos, são essenciais para a ampliação participativa⁹⁸.

A democracia participativa poderia encontrar sua forma de funcionamento com a “democracia direta na base e com um sistema representativo nos outros níveis”⁹⁹, afirma Ilse Gomes Silva. Mas a autora nos alerta, antes que a democracia participativa pudesse ser exercida na prática, faz-se necessário resolver dois outros problemas imperativos da democracia liberal, um econômico e outro participativo, propriamente.

No primeiro, o econômico, o qual trata igualmente a todos como cidadãos dentro de uma situação e condição de completa desigualdade, “impedindo os indivíduos de participarem em iguais condições da vida social e política”¹⁰⁰. Os indivíduos são tratados como consumidores de bens públicos.

No segundo, propriamente a participação. O tratamento dado aos indivíduos é de consumidores, substituindo a “percepção de executores e de agentes do desenvolvimento de suas capacidades”¹⁰¹. Os indivíduos permanecem numa condição reativa, de resistência e pouco propositiva. Exatamente como desejam os democráticos liberais. Ilse Gomes Silva nos alerta, ainda que a democracia participativa, mesmo com as várias contribuições teóricas e práticas, ainda não conseguiu se libertar do conteúdo liberal e econômico capitalista.

A democracia participativa “inova ao ampliar os aspectos de atuação para além da escolha do governo e ao colocar na agenda política formas de autogestão ou de democracia

⁹⁸ BENEVIDES, Maria vitória de M. Op.cit., 1991, p. 33.

⁹⁹ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 17.

¹⁰⁰ IBID.

¹⁰¹ IBID.

direta”¹⁰². Ao mesmo tempo em que inova na proposta de ampliar a participação política, mantém o interesse de controle sem romper com o atual modelo. E prossegue a autora:

com a noção de que a política deve ser para os ‘especialistas’ ou de que as classes populares somente estarão aptas a participar se forem ‘educadas’ de modo a não oferecer riscos ao poder das classes dominantes.¹⁰³

Somente os processos eleitorais não poderão resolver os problemas da participação política e das desigualdades econômicas, por exemplo. Por isso, a articulação da participação popular dentro de um projeto estratégico, com forte intervenção nos espaços de decisão das estruturas de poder do Estado, se coloca como fundamental. Mesmo que, a priori, a democracia participativa se proponha a estas mudanças e transformações de pequena magnitude, continuará sendo parte ou estará inserida dentro do modelo liberal-democrático.

O desafio se coloca no sentido de construir um projeto com a participação das massas e trabalhadores provocando as rupturas e transformações no Estado burguês. Aqui reside um dos principais desafios na leitura dos movimentos sociais: ampliar a participação política com identidade de classe, com organização política estratégica com o objetivo de romper com as estruturas do Estado burguês capitalista. Esse processo deve levar a uma democracia ou a uma sociedade de *novo tipo*.

¹⁰² SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 20.

¹⁰³ IBID.

Capítulo II

*É o oportunismo social-democrata que coloca a contradição entre as mudanças graduais e a ruptura da ordem burguesa.*¹⁰⁴

Democracia representativa e participativa no Brasil: uma breve abordagem

No capítulo anterior, desenvolvemos um mapeamento dos principais aspectos da liberal-democracia, tal como apresentados por alguns de seus intelectuais mais destacados. Indicamos os imperativos, os limites, as contradições, assim como, os mecanismos de controle utilizados pela democracia representativa. Este modelo de representação política foi adotado como ideal para os países democráticos, dentre eles o Brasil.

A democracia representativa foi apresentada como forma de controle e de solução frente às massas iletradas e intelectualmente inferiores, assim como, para evitar desequilíbrios que podem decorrer da participação política, segundo os liberais.

Neste capítulo, apresentaremos uma breve abordagem da democracia representativa no Brasil, dos anos 1980 aos nossos dias, destacando os principais aspectos deste período de redemocratização e de intensa participação popular. Não faremos uma retrospectiva histórica de todo o processo político-eleitoral de nosso país, por não ser o objetivo desta pesquisa. Além do que, não se trata de um debate novo, muitos já o fizeram.

¹⁰⁴ CARVALHO, Horácio Martins. *Tática reformista, estratégica revolucionária*. Porto Alegre: UFRGS. 2002b, p. 255. (o autor é simpatizante do Movimento Consulta Popular)

Nosso desafio é abordar o tema da democracia representativa e da participação política no Brasil no que possa contribuir para o avanço da própria participação com vistas às transformações e rupturas da ordem burguesa¹⁰⁵, a partir da compreensão de um movimento social – Movimento Consulta Popular - MCP. Nossa preocupação não é com a periodização histórica, mas, sim, com os elementos importantes para o debate político sobre a participação com o objetivo de transformar a ordem estabelecida pela liberal-democracia.

A democracia representativa, como o próprio nome diz, se realiza através de representantes eleitos, isto é, escolhidos pelos cidadãos, considerados iguais e dotados dos mesmos direitos. A democracia compreende a participação dos cidadãos dentro dos limites do processo eleitoral – sufrágio universal, organizado pela burocracia ou a partir dos mecanismos permitidos pelo Estado burguês. O Brasil adota o modelo de democracia representativa, indicado pelos liberais-democráticos, como ideal para os Estados-Nação.

O interesse pela democracia na América Latina ressurgiu, mais fortemente, com o fim dos regimes ditatoriais¹⁰⁶ e com o período de redemocratização. No Brasil, segundo Ilse Gomes Silva, não foi diferente e, mais especificamente, a

esquerda partidária e intelectual seguiu a mesma rota de suas congêneres latino-americanas e européias assumindo a democracia como a mais valiosa de suas bandeiras, enquanto abdicava da luta pela transformação social.¹⁰⁷

Neste período histórico (fim dos anos 1970 e início dos anos de 1980), a adoção da bandeira da democracia pela esquerda tem, em parte, uma relação direta com o desencanto com o *socialismo real*. A idéia da “*democracia como valor universal*”, lançada, por Carlos Nelson Coutinho, em 1979¹⁰⁸, foi abraçada por vários intelectuais como a alternativa para o Estado, atenuando ou mesmo dissolvendo qualquer estratégia revolucionária.

¹⁰⁵ CARVALHO, Horácio Martins. Op.cit., 2002b, p. 256.

¹⁰⁶ IBID.

¹⁰⁷ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 24.

¹⁰⁸ IBID., p. 24. (grifos originais)

Nesse caminho, podemos dizer que

a democracia passa de dependência e subordinação à luta por transformações sociais, nos anos 1960, à centralidade da cena política, assumida como *valor universal*, no final dos anos 1970.¹⁰⁹

A possibilidade de sair de uma ditadura militar, como vivido no Brasil, une tanto a esquerda quanto a direita, em uníssono, na defesa da democracia como bandeira alternativa. O marchar, em casos isolados, ao lado da burguesia, dos dominantes ou da direita não significa fundir-se a ela ou aos seus ideais, pois os socialistas revolucionários devem ter clareza na estratégia, na tática e no projeto que defendem¹¹⁰, destaca o ativista Horácio M. Carvalho.

A democracia assumida como um conjunto de regras e condicionamentos liberais, segundo Schumpeter e demais autores apresentados no capítulo anterior, ressurge negando os pressupostos marxistas, negando as relações de classe e as ideologias. A democracia neste contexto de regras e condicionamentos liberal passa a ser “concebida como um mecanismo de mercado em que os *consumidores são os votantes*, e os políticos são os empresários”¹¹¹. De modo que, a democracia transformou-se em um *mercado de trocas* dentro de um *jogo político* de interesses individuais e globalizados.

O modelo de democracia, que ganha força no pós-guerra, pós-ditaduras nega o surgimento de uma revolução e, restringe, controla a participação política, as lutas e as mobilizações dos movimentos e atores sociais. A classe dominante se utiliza dos instrumentos de controle democrático – eleições, conselhos, partidos, sindicatos, burocracia, instituições estatais –, sejam eles diretos ou indiretos, para minimizar e atomizar as lutas e a participação política, pois esta fórmula beneficia mantendo o poder e a ordem do Estado.

Após períodos críticos, por exemplo, de ditadura, a própria esquerda contribuiu na mistificação do Estado burguês e da democracia como alternativa, ignorando ou negando a máquina repressora e coercitiva do Estado. A máquina Estatal, após a redemocratização,

¹⁰⁹ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 25.

¹¹⁰ CARVALHO, Horácio Martins de. Op.cit., 2002b, p. 257.

¹¹¹ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 12-3. (grifo nosso)

passa a adotar e aplicar medidas da política econômica neoliberal, a partir dos ideais social-democratas¹¹² que agem contra as classes populares e, agem, propriamente, contra a soberania popular e a participação política¹¹³.

Desde os tempos de Atenas, a democracia recebe severas críticas das classes dominantes. O principal temor antidemocrático era o rumo político que a participação das classes populares poderia tomar. As classes dominantes passaram a aceitar a democracia somente quando perceberam que ela poderia ser uma forte aliada na dominação de classe. Portanto, os diversos modelos têm um conteúdo classista que se expressa nos limites e na forma de controle da participação das classes populares.¹¹⁴

O modelo democrático liberal que conferia igualdade de direitos a todos os indivíduos, como elaborado pelos ideólogos liberais, nunca foi aceito tranquilamente desde Atenas. Mas para os liberais era a forma ideal para controlar, limitar e manipular a participação das classes populares. Por certo, o caso brasileiro é interessante para nosso estudo, visto que muito se justifica em nome da democracia, da cidadania e da igualdade de direitos conferidos a todos os cidadãos¹¹⁵.

¹¹² Social-democracia utiliza-se, na prática, para designar os movimentos que se movem rigorosamente e exclusivamente no âmbito das instituições liberal democráticas, aceitando a posição do mercado, da propriedade privada, e movem-se na direção de reformismos, do Estado mínimo, privatista. (BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Volume 2, 6ª edição. Brasília: Editora UnB, 1994.)

¹¹³ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 15.

¹¹⁴ IBID., p. 13.

¹¹⁵ Os argumentos que apresentaremos neste capítulo serão oportunos para compreendermos o debate de nosso ator social, o Movimento Consulta Popular, que apresentaremos no capítulo seguinte.

As corrosões provocadas pelo Estado burguês na cidadania, na representação e na participação política

No Brasil, mesmo com toda a movimentação social, com a reabertura política e a redemocratização, com destaque a ampla participação política de grande parte da sociedade na formulação da Constituição Federal de 1988, é possível identificar corrosões na participação, na cidadania e na representação política.

Segundo, Celso Furtado, mesmo com todo o processo redemocratizante e com a larga participação política

não foi mais possível abrir o debate sobre nenhum tema crucial. [...] E caso consiga mobilizar as forças sociais, poderá identificar os problemas que afligem a população – pobreza, fome, miséria, desemprego. [...] A possibilidade de se autogovernar é reduzida. Mas só se pode mudar isso mudando o projeto social.¹¹⁶

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST¹¹⁷ na luta pela Reforma Agrária, e outros movimentos, partidos, agremiações, sindicatos enfrentam a dificuldade de debater temas centrais, assim como, dificuldades para mobilizar as forças sociais, visto que a ordem estatal, como constatou Celso Furtado, impõe-se sobre os movimentos imobilizando-os ou criminalizando-os em suas lutas e reivindicações.

Estes movimentos populares e sociais não deixam de motivar à participação política geradora de uma opinião crítica e radical nas lutas populares alicerçado no objetivo revolucionário estratégico de construção de um projeto popular transformador. Mesmo com estas movimentações da esquerda e dos movimentos sociais “o Brasil foi arrastado a uma

¹¹⁶ FURTADO, Celso. *A Alca é o fim da soberania*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 14-5.

¹¹⁷ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado em janeiro de 1984 com a realização do I Encontro nacional do movimento ocorrido na cidade de Cascavel no estado do Paraná.

situação de crescente subordinação, no quadro do sistema econômico internacional [...] que não basta falar em projeto nacional, é preciso saber para onde você quer ir”¹¹⁸.

Este é um dos desafios de nossa pesquisa: saber, apontar qual projeto para o Brasil é possível com a ampliação e a autonomia da participação política. Neste sentido, a contribuição do Movimento Consulta Popular é fundamental, posto que, o movimento nasce das mobilizações, das lutas, das reivindicações e marchas do MST em conjunto com outras forças populares. Voltaremos essencialmente a este debate, nos capítulos seguintes.

Na opinião de Carvalho (2002b), os mecanismos da democracia representativa (parlamento, partidos, conselhos, etc.) e da participação política (movimentos sociais e populares, sindicatos, etc.) na atual forma como se apresentam, podem representar uma oportunidade tática para a construção do projeto popular e numa visão, em longo prazo, a superação do modelo capitalista. Seria uma oportunidade tática para fazer o debate político, organizativo que contribuiria para a ampliação e a autonomia do povo, principalmente para a elevação da consciência dos envolvidos, mesmo que sob um sistema político, econômico e democrático neoliberal¹¹⁹.

A corrosão dos mecanismos de participação e de representação política é mais evidente frente ao oportunismo socialdemocrata e reformista dos dominantes aliado à fragilidade política de mobilização social da esquerda.

As corrosões da representação política

Nos anos de 1980, especialmente na segunda metade desta década, atores sociais e políticos convergem para a construção de um projeto político redemocratizante, que tem um significado qualitativo sobre a vida política do país.

Este novo momento da política brasileira rearticula e restabelece os espaços de representação política (eleições) e os espaços de participação direta e semidireta (plebiscitos,

¹¹⁸ FURTADO, Celso. Op.cit., 2006, p. 14.

¹¹⁹ CARVALHO, Horácio Martins de. Op.cit., 2002b, p. 257.

referendos, consultas populares, conselhos, sindicatos, partidos). E, ainda, abre espaços de rearticulação e mobilização a partir dos movimentos sociais e populares. Buscaremos analisar estes espaços democráticos dentro do Estado burguês, visto que, mesmo com a redemocratização política o sistema capitalista não foi alterado.

A corrosão da cidadania no Estado burguês tem relação direta com o que vínhamos apresentando sobre a democracia liberal e as opções históricas dos dominantes.

O Estado reformista socialdemocrata adaptou às demandas da população de maior participação políticas, dando novo significado para a representação e à cidadania, como mecanismos de participação de todos os cidadãos igualmente e com os mesmos direitos. Neste contexto democrático das relações entre ideologia, poder, Estado, propriedade privada, liberdade e igualdade entre os cidadãos e a mobilização social (popular) estão entrelaçadas e não é possível tratar nenhuma delas isoladamente.

A participação política dos indivíduos, nesta teia onde se entrelaçam as relações sociais e políticas no Estado e na sociedade, segundo Maria Vitória M. Benevides¹²⁰, ocorrem duas situações: o cidadão mantém-se apático e outra passa a ter uma atitude ativa. A autora afirma, que no caso brasileiro, o cidadão brasileiro segue as duas situações, a apática e a ativa.

Na postura ativa, identificamos a ação do indivíduo que não se sente representado, somente, pelos legisladores escolhidos por sufrágio universal e busca espaços de participação para que os seus interesses sejam atendidos e respeitados, não confiando, plenamente, nos métodos da democracia liberal. Estes espaços extrapolam o institucional, os indivíduos passam a atuar em outros espaços não institucionais, como os movimentos sociais e sindicatos, etc., e, assim, passam a defender os interesses coletivos.

No espaço institucional da democracia liberal, o indivíduo torna-se um cidadão que participa votando, mas é passivo politicamente. A população não se sente “‘bem representada’ no Legislativo”¹²¹, ou seja, pelos especialistas. O que evidencia uma das contradições do ideal da democracia.

¹²⁰ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991.

¹²¹ IBID., p. 25.

Já em 1991, Maria Vitória de M. Benevides, confirma essa contradição ao apontar que:

a população brasileira, [...] não se ‘sente representada’ [...]. O cidadão brasileiro pode ser ignorante e acreditar nos milagres de um ‘salvador da pátria’ [...] Mas, decididamente, não confia nos ‘representantes do povo’. O que sem dúvida não é bom para a democracia.¹²²

Parte da apatia política pode estar relacionada com o modo de escolha dos representantes, ou seja, a escolha de um ‘*salvador da pátria*’ dentro do mercado eleitoral a partir da indicação partidária. O eleitor escolhe pelo voto o seu representante, sem muitas vezes, ter uma identificação política, de classe, ideológica ou de projeto político.

A passividade política pode estar relacionada também, com a “total ausência de responsabilidade efetiva dos representantes perante o povo”¹²³. E, deste modo, é possível evidenciar alguns dos problemas referentes à representação e a sub-representação política. Sendo que,

as críticas mais moderadas à representação parlamentar apontam os vícios decorrentes de uma tradição oligárquica incontestável (o que leva à extrema ‘privatização’ da política) e de defeitos inerentes à legislação, como sub-representação [...]. As críticas mais radicais apontam o que se convencionou chamar de verdadeiro ‘estelionato político’, decorrente da perversão da representação.¹²⁴

Diversas instituições da democracia representativa, como os partidos, os conselhos, os sindicatos, também são atingidos pela apatia. Esta passividade política não nasce isoladamente, é fruto do modelo de democracia liberal, da sub-representação e do modo como operam os mecanismos de controle social. Ou seja, é o modo liberal-democrático pelo qual mantém-se o equilíbrio e afasta-se os perigos da participação.

¹²² BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 25.

¹²³ IBID.

¹²⁴ IBID.

Nas análises mais moderadas, atualmente, sobre a representação política e suas corrosões, reapresenta-se a idéia de que a “representação tornou-se, na prática, coerente com aquele tipo de crítica que a denuncia como ‘representação teatral do povo perante o poder’”¹²⁵. De certo modo, reforça a ideia de ‘mercado eleitoral’ e de sub-representação.

Outros limites da representação política na democracia liberal estão calcados: i) na ausência de responsabilidade dos legisladores para com os representados; ii) na ausência de identidade dos representantes com o povo; iii) na inexistência da defesa dos interesses do povo pelos legisladores. E, o mais complexo reside na alternância de governos sem a alternância de poder de Estado. Neste quadro de contradições e limites, pode-se agregar o frágil papel das instituições.

Do lado participacionista anti-sistêmico vê-se como oportunidade este embate, pois as lutas institucionais podem servir como meio e tática para atingir o objetivo maior, a superação do atual modelo capitalista¹²⁶.

[...] a discussão [...] sobre a representação política no Brasil pode ser apresentada como reflexo do confronto de idéias liberais, democráticas e participacionistas, de um lado, e idéias autoritárias, elitistas e corporativistas de outro. É claro que não se trata de uma divisão homogênea; de ambos os lados identificam-se variações teóricas e práticas.¹²⁷

Segundo João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST e ativista do Movimento Consulta Popular, a superação do modelo e suas corrosões “não acontecerá através do voto”¹²⁸ e nem mesmo a burguesia aceitará tranquilamente as mudanças e rupturas. O enfrentamento se dará no campo das idéias e na luta pelo poder de Estado, assim como ocorreu historicamente.

¹²⁵ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 25.

¹²⁶ CARVALHO, Horário M. Op.cit., 2002b, p. 257.

¹²⁷ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 26.

¹²⁸ STÉDILLE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 321.

Neste cenário do modelo representativo brasileiro, cabe incluir outros dois elementos: o coronelismo e o clientelismo¹²⁹. Elementos, estes, que fazem parte e são em certa medida determinantes na política brasileira e foram práticas predominantes em monopólios eleitorais.

A incapacidade, os limites e a deterioração da democracia representativa como a única forma e método ideal para os Estados são determinantes para que o povo não se sinta representado. Em suma, a representação política se depara com

a deterioração [...] de referências morais e ideológicas [...]; a representação transforma-se em mera representação de interesses e a relação representante/representado em mera troca de serviços; a dupla lealdade dos partidos – aos eleitores e [...] aos poderes constituídos, em nome da estabilidade política [...]; a progressiva ‘instabilidade’ do eleitorado é enfrentada com recursos nocivos de busca do ‘consenso passivo’ pela propaganda do medo, do caos, dos perigos do terrorismo ou do desemprego [...] a manipulação do medo em troca de ‘proteção’; os representantes não têm a competência esperada (ou alardeada).¹³⁰

São notórias as contradições da democracia representativa e as práticas e propostas de ampliação participativa. A representação política refuta todos os instrumentos e mecanismos, como: as consultas populares, os plebiscitos e referendos no caso brasileiro, previstos na Constituição Federal, que podem alterar as relações de poder e de classe na sociedade. Na medida em que a liberal-democracia utiliza estes instrumentos como espaço de decisão corre o risco de fragilizar o seu próprio poder.

Os partidos políticos, para Maria Vitória de M. Benevides, desempenham um importante papel no processo democrático representativo, ou seja, contribuem para diminuir

¹²⁹ O coronelismo revela o sistema de reciprocidade entre os ‘chefes’ do Estado – município, estado ou federal, e os coronéis. De um lado o Estado com seu erário, a polícia, a burocracia e de outro os coronéis proprietários de grandes fazendas com grande número de empregados que ‘conduzem’ o voto de cabresto. Gerando assim um círculo vicioso de troca de favores entre os coronéis e o Estado. O clientelismo perpetua o privatismo e as ‘lealdades’ exigidas dos coronéis e as trocas de favores destacadas no coronelismo. (BENEVIDES, 1991, p. 29).

¹³⁰ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 32.

o impacto dos conflitos e problemas sociais, assim como, colocam-se como interlocutores da participação política de toda a sociedade brasileira.

Os partidos respondem mal – quando respondem – às novas demandas dos cidadãos (questões relativas aos direitos humanos, às novas aspirações da classe operária, das mulheres, de grupos sociais), mantendo-se ‘surdos’, fechados e hierarquizados, frente à pluralidade de identidades ou à heterogeneidade de interesses sociais.¹³¹

No Brasil, os partidos seguem diversas linhas, uma primeira clientelista, na qual prevalece o modelo de representação conservadora, excluindo o povo ou os representados de qualquer decisão política, seja partidária ou de interesse nacional, pelos motivos já expostos e o medo do desequilíbrio do poder dominante. Os partidos populistas, nos quais prevalece uma concepção mais progressista, mas a relação com os membros do partido ou mesmo com o povo é de tutela. E os partidos de vanguarda, o mais complexo de todos, manifestam-se “ao mesmo tempo, como de tutela, de favor, pedagógico e de ‘encarnação da verdade’; *considera o sujeito político como agente de transformação, mas o substitui pela vanguarda*”¹³².

O papel dos partidos políticos na democracia liberal representam controle, tutela e cumprem a tarefa de impedir ou minimizar o impacto dos problemas sociais, políticos e econômico entre o sujeito e o Estado. Para os pesquisadores da participação na América Latina, segundo Maria Vitória de M. Benevides, a representação política formal pela via partidária é questionável¹³³.

A descrença popular com a via partidária como espaço de representação política e de interlocução é notória¹³⁴, mas essa descrença popular não é mérito exclusivo dos partidos, outros espaços, como: sindicatos, conselhos, fóruns consultivos, também, sofrem desta incapacidade.

¹³¹ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 31.

¹³² IBID., p. 25. (conforme original).

¹³³ IBID.

¹³⁴ IBID.

Identificamos *novos* espaços de participação e são considerados *novos* por não fazerem parte dos instrumentos tradicionais (partidos, conselhos, fóruns consultivos) e acontecem com a participação dos indivíduos na elaboração, na deliberação e na gestão de políticas públicas em diversos níveis. Um exemplo, o *orçamento participativo* que delibera sobre uma porcentagem da peça orçamentária, mas gera um sentimento de controle social despertando nos indivíduos o direito e o gosto pela participação.

O *orçamento participativo* está inserido dentro do modelo de democracia representativa e dentro do Estado burguês, portanto, sofre com as limitações e influências do sistema capitalista e das políticas neoliberais.

O surgimento do orçamento participativo (OP), ao que tudo indica, foi a primeira experiência ocorrida na sociedade contemporânea em que uma administração local, nascida de lutas sociais e de um partido popular e socialista [...] criou um mecanismo de gestão democrática e participativa das políticas para decidir a melhor alocação dos recursos. O surgimento do OP configura uma nítida ruptura com o clientelismo na política brasileira, principalmente com a tradição política fortemente marcada pelo patrimonialismo e pelo autoritarismo burocrático.¹³⁵

O orçamento participativo, assim como os demais espaços participativos na democracia brasileira, conquistados por intensa mobilização e lutas sociais favoreceu o descortinar das tensões, as contradições e os conflitos da democracia liberal¹³⁶. Para os ideólogos da liberal-democracia estes espaços participativos são contraditórios com a própria escolha dos eleitores na democracia representativa (eleições).

O enfraquecimento da participação política e o aumento da apatia dos cidadãos no cenário democrático¹³⁷, conseqüentemente aprofunda os limites, as contradições e a corrosão da própria representação no cenário político. Neste cenário enfraquecido e com baixo

¹³⁵ SÁNCHEZ, Felix. *Orçamento participativo, teoria e prática*. Coleção questões da nossa prática. São Paulo: Cortez, 2002, p. 13-4.

¹³⁶ DAGNINO, Evelina, et.al. (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Unicamp e Paz e Terra. 2006.

¹³⁷ HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007, p. 107.

interesse político por parte dos trabalhadores, do operariado a cidadania é apresentada como solução participativa. A participação cidadã, de todos os homens e mulheres de uma sociedade, em importantes momentos da história desempenhou um papel significativo para os avanços e conquistas, mas nos dias atuais sofre um esvaziamento¹³⁸ e uma corrosão.

As corrosões da cidadania

A cidadania em países da Europa, após as revoluções burguesas, passou pela instauração das liberdades política, pela adoção de medidas democráticas como o sufrágio universal e pela constituição da igualdade a todos os cidadãos sem distinção. A essas mudanças a classe dominante se opôs ferozmente, alardeando argumentos sobre os perigos das instituições políticas democráticas se voltarem contra as liberdades civis¹³⁹.

A verdadeira preocupação da classe dominante, neste caso, segundo Décio Saes, relaciona-se com a perda de suas liberdades econômicas e, principalmente, a perda da propriedade privada e do poder do Estado.

Desde o início da construção da cidadania, as classes dominantes parecem ter visualizado a possibilidade perigosa de uma dinâmica contínua de criação de direitos que agiria a favor dos interesses da maioria social e em detrimento dos seus próprios interesses; e essa compreensão burguesa de ‘perigo da cidadania’ foi se transmitindo aos segmentos burocráticos mais poderosos.¹⁴⁰

O Estado burguês e a democracia liberal considera e trata todos os indivíduos, que se encontram dentro da mesma fronteira territorial, como cidadãos iguais e competitivos. O

¹³⁸ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003.

¹³⁹ Liberdades civis compreendidas como o conjunto de “direitos fundamentais à vida, a liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei [...] as garantias de ir e vir” (CARVALHO, 2005a, p. 9).

¹⁴⁰ SAES, Décio Azevedo Marques. *Cidadania e Capitalismo (uma abordagem teórica)*. São Paulo: Coleção de estudos avançados, nº 8 – USP, 2000, p. 13.

capitalismo procura nivelar todos os indivíduos dentro de uma mesma categoria de cidadãos para dirimir as desigualdades provocadas pela dominação e pela exploração da classe dominante sobre os trabalhadores.

Na busca por dirimir as desigualdades, tanto a esquerda quanto a direita, utilizam-se do mesmo discurso: ampliação da cidadania, ampliação da participação dos cidadãos. Em parte essa retórica da cidadania é utilizada pela direita para justificar a dominação, a exploração e o método da democracia representativa. Já à esquerda, utiliza para justificar a ação dos indivíduos na busca pelo controle dos governos ou na disputa pelo poder do Estado.

A cidadania, na definição de T. H. Marshall, “é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade [... e] são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes aos *status*”¹⁴¹. Marshall completa, a cidadania é a capacidade do indivíduo de fazer demonstrações, tomar decisões, participar ativamente da vida social, política, econômica de uma sociedade com o livre direito de associação individual e político¹⁴².

Por outro lado, Marshall afirma que a cidadania e as classes sociais podem estar baseadas em um sistema de desigualdades em um conjunto de ideais, crenças e valores conflitantes. As classes sociais e a cidadania têm no seu crescimento e no seu desenvolvimento o capitalismo, o qual não é um sistema de igualdade, é sim de desigualdade¹⁴³ e, portanto, o *status*, para o autor, não poderá fazer parte ou ser o elemento definidor da cidadania.

O desenvolvimento e a dominação capitalista contribuíram no aprofundamento das contradições ideológicas nacionais e com o advento do imperialismo, a intensa globalização e as mudanças promovidas pela industrialização capitalista afetaram o próprio estatuto e provocou profundas corrosões na cidadania.

A crise que se iniciou com a alvorecer do capitalismo monopolista incidiu fortemente sobre a configuração da ideologia nacional e, com isto, na

¹⁴¹ MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 76.

¹⁴² IBID.

¹⁴³ IBID., p. 76-7.

maioria das formações sociais hegemônicas, afetou o próprio estatuto da cidadania¹⁴⁴.

O avanço do capitalismo e a instituição da democracia liberal, em definitivo, contribuíram na desvalorização da cidadania na esfera política e das relações sociais, transferindo o poder de decisão para o campo econômico e do mercado¹⁴⁵. E, portanto, a cidadania não pode ser tomada como sinônimo de democracia.

No Brasil, a cidadania toma uma dimensão significativa nas mobilizações contra a ditadura, na redemocratização e na defesa dos direitos políticos, por exemplo. A cidadania, com a transição democrática, passa a ter um conteúdo ativo e de participação popular.

[...] a *cidadania ativa através da participação popular* é aqui considerada um princípio democrático, e não um receituário político, que pode ser aplicado como mediada ou propaganda de um governo [...]. *É a realização concreta da soberania popular*, mais importante do que a atividade eleitoral que se esgota na escolha para cargos executivos e legislativos. [...] a) *cidadania ativa* supõe a participação popular como possibilidade de *criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes*.¹⁴⁶

A *cidadania ativa*, na análise de Maria v. de M. Benevides, atua coletivamente e supõe participação política como ação transformadora. A cidadania atua em conjunto “com as novas experiências da esquerda à frente de funções executivas no plano local, contando com a adesão dos setores da sociedade civil, potencialmente participativos”¹⁴⁷. Ou seja, cidadão é o indivíduo que passa a ser sujeito de “uma coletividade que elabora uma identidade e se organiza em práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”¹⁴⁸. A cidadania passa a

¹⁴⁴ ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. Op.cit., 1995, p. 5. (Versão digital).

¹⁴⁵ WOOD, Ellen. Op.cit., p 182-3.

¹⁴⁶ BENEVIDES, Maria Vitória de M. Op.cit., 1991, p. 19-20. (grifos originais)

¹⁴⁷ SOUKI, Lea Guimarães. *A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil*. Porto Alegre: Civitas & Ciências Sociais, volume 6, nº 1. 2006, p. 41.

¹⁴⁸ SADER, Eder. Op.cit., 1995, p. 11.

ser compreendida como um ator social que participa politicamente dos processos democráticos, no caso brasileiro.

Preocupa-nos a definição de que a cidadania é um espaço de participação política de todos igualmente e com os mesmos direitos. A priori, se concordamos que o capitalismo gerou desigualdades em seu desenvolvimento, essas mesmas desigualdades estão presentes na forma e na potencialidade participativa dos indivíduos e na organização da sociedade. Deste modo, uns podem participar e incidir mais que outros, isto é, os indivíduos dependendo do posto e de sua condição sociopolítica e econômica na sociedade podem ser mais cidadãos que outros.

Os ideólogos liberais tem feito um enorme esforço ideológico de convencimento que a democracia é um sinônimo da ‘comunidade dos cidadãos iguais’, onde todos participam dos espaços e mecanismos democráticos. Tanto, que a própria palavra, passa a fazer parte do vocabulário cotidiano da classe dominante. Estes acreditam que a cidadania vem da sensibilização individual e não de uma ação coletiva, sendo o resultado da pura e individual inserção¹⁴⁹.

A cidadania, como participação política teve conquistas importantes na defesa dos direitos, mas por outro lado carrega ambiguidades, contradições e desigualdades provocadas pelo desenvolvimento capitalista, no qual os sujeitos não são tratados como iguais, há graus de ‘igualdade’ diferente conforme sua condição¹⁵⁰. A cidadania como a comunidade dos cidadãos “é uma construção ideológica da qual o capitalismo não pode, até o presente momento, prescindir”¹⁵¹. A cidadania, como participação passiva e dentro dos marcos da democracia liberal, constitui um dos pilares da reprodução ideológica da dominação burguesa, o outro pilar é a Nação¹⁵².

A afirmação de que todos são ‘cidadãos iguais e com os mesmos direitos’ é uma falácia, como apresentado por Almeida (1995; 2007), pois se por natureza o capitalismo gera desigualdades e se alimenta delas, como poderá considerar a todos igualmente? Se o próprio capitalismo se encarregou de gerar as desigualdades entre os ‘iguais’, estratificar os

¹⁴⁹ WOOD, Ellen. Op.cit., 2003, p. 183.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. Op.cit., 1995. (Versão digital)

¹⁵¹ ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. *Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões*. São Paulo: Lutas sociais, nº 17/18. São Paulo: NEILS. 2007, p. 66-7.

¹⁵² IBID.

indivíduos por classe social, gerando acumulação entre proprietários e mazelas aos não proprietários, não será neste sistema que todos os homens e mulheres serão cidadãos iguais.

Para os intelectuais que estudam o tema da participação e da cidadania, o capitalismo corroeu a cidadania e a reduziu ao ‘mercado eleitoral’ ou a pequenos espaços participativos, consultivos e controlados pela burocracia Estatal, passando a exigir dos cidadãos poucas horas de participação. Outra contribuição do capitalismo foi de esculpiu nos indivíduos a busca incessante pela satisfação pessoal, econômica, social e desqualificando a dedicação à ações coletivas de cunho político-ideológico e de classe. Deste modo, homens e mulheres passam de um papel ativo e de resistência para um papel passivo e reativo. Não cumprindo a função *ativa* que a ela se atribui em processos históricos.

Brevemente, ao observar a história da cidadania no exercício do poder, mesmo nos casos nos quais a esquerda chega ao governo em Estados democráticos, a participação ativa do povo não ocorre. Efetivamente, um elemento verificador, refere-se ao fato de que a esquerda chega ao governo, mas não ao poder de Estado¹⁵³, ou seja, o poder político e econômico continua com as grandes corporações nacionais ou internacionais pertencentes à classe dominante.

Décio Saes alerta-nos, que neste caso dos governos de esquerda, ocorre uma adaptação do poder político aos interesses da classe dominante e ao capitalismo hegemônico. Os governos, mesmo sendo de esquerda, tiveram que curvar-se frente à pesada burocracia estatal, que cumpre um papel de obstaculizar a efetiva extensão e autonomia participativa (do povo no poder político ou da cidadania como agente transformador). A burocracia estatal age no controle da inserção participativa (da cidadania), das classes populares e dos trabalhadores nos processos democráticos no sentido de evitar a ampliação e a autonomia que tem como objetivo a transformação, a superação do capitalismo ou que objetive alteração do poder de Estado¹⁵⁴.

A burocracia do aparelho Estatal e a democracia liberal impõem limitações e controle sobre o exercício da *cidadania ativa* ou da participação política. O controle ocorre através dos espaços de formulação e de decisão política, onde apenas alguns representantes

¹⁵³ SAES, Décio Azevedo Marques. Op.cit., 2000, p. 23.

¹⁵⁴ IBID., p. 24, et.seq.

são consultados, dentre eles o patronal, sindical, alguns fóruns e conselhos consultivos¹⁵⁵. O ‘verdadeiro’ espaço de participação política da cidadania (dos iguais), segundo a democracia liberal, está no sufrágio universal.

Para o capitalismo e para a democracia liberal, o cidadão tem seu espaço de participação ao escolher os seus representantes, ou seja, os indivíduos têm poucas condições de analisar e posicionar-se sobre a grande política. A democracia liberal valoriza o grande déficit de participação, pois o efetivo resultado da participação de todo o povo (organizado) alteraria os resultados de uma eleição e estaria substituindo a democracia representativa e, por conseguinte, desestabilizando o poder da classe dominante.

Décio Saes nos traz uma importante contribuição. A forma representativa democrática no Estado burguês não responde ao poder político da cidadania (de todo o povo) e, completa, não é possível migrar do poder político burguês ao poder político das classes trabalhadoras através da ‘cidadania’ ou do sufrágio universal (representação política). Pelo sufrágio universal sequer se altera a hegemonia política da classe dominante, e, tão pouco, “se passa do poder político burguês ao poder político das classes trabalhadoras através de eleições”¹⁵⁶.

A democracia liberal está instalada dentro de uma estrutura capitalista hegemônica que se retroalimenta e utiliza o próprio *povo* como potencial apático para garantir a estabilidade do poder da classe dominante. Os dominantes em nome da estabilidade democrática permitem pequenos procedimentos participativos, nada radical ou que coloquem em xeque o poder de Estado, mantendo na retórica a cidadania e a participação como princípio e valor da democracia.

Manter a atomização dos indivíduos, a criminalização das lutas e dos movimentos sociais faz-se necessário para sustentar o modelo capitalista e, assim, manter as massas afastadas e fragmentadas, sem que estas demonstrem qualquer perigo ao poder dominante, nem mesmo pelo voto no ‘mercado eleitoral’¹⁵⁷. Para Saes (2000), Stédile (2002) e Almeida

¹⁵⁵ Um exemplo de espaço consultivo foi o Fórum Nacional da Previdência Social criado em 2007 pelo atual Presidente da República – Luis Inácio Lula da Silva, que tinha por objetivo o diálogo com a sociedade para verificar os consensos e dissensos presentes entre o setor patronal, sindical e o governo. Este fórum teve seu fim ainda em 2007 após um período de atuação conforme o decreto presidencial.

¹⁵⁶ SAES, Décio Azevedo Marques. Op.cit., 2000, p. 26.

¹⁵⁷ STÉDILE, João Pedro. Op.cit., 2002, p. 321.

(2007) a cidadania e as massas trabalhadoras são lançadas para fora dos processos eleitorais, ignoradas, ‘usadas’ no ‘mercado eleitoral’ e a elas resta a ‘cidadania’ do voto que não altera o modelo e nem mesmo leva a transformações estruturais. As massas trabalhadoras são alijadas da vida política do Estado.

Mecanismo de controle social

Os intelectuais da democracia liberal defendem que não é necessário criar novos ou ampliar espaços de participação política, haja vista, que o Estado já possui mecanismos de participação e controle social. Os funcionários e os especialistas da burocracia do Estado devem cumprir esse papel sem a necessidade de que a cidadania seja ampliada. O Estado democrático burguês defende a forma de controle social de três modos: *accountability*¹⁵⁸ horizontal, vertical e societal.

A primeira forma é a *accountability* horizontal, que consiste na “existência de agências estatais que têm o direito, o poder legal [...] e] dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanção legal ou até o impeachment”¹⁵⁹. Uma segunda forma, considerada por autores liberais eficaz no controle social nas democracias é a *accountability* vertical. Este método de controle social consiste na prestação de contas dos especialistas do Estado frente aos seus eleitores, que tem como parâmetro o governo e o povo.

O instrumento de controle vertical se dá através do voto com as eleições periódicas e com a alternância de governo. No Brasil o controle social através de *accountability* vertical ocorre a cada dois anos – com eleições municipais (vereadores e prefeitos) e eleições federais (presidente, deputados estaduais e federais, senadores e governadores).

Segundo Guillermo O’Donnell,

a existência de *accountability* vertical assegura que esses países são democráticos, no sentido específico de que os cidadãos podem exercer seu

¹⁵⁸ Cf. nota 54 (neste trabalho).

¹⁵⁹ O’DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. Lua Nova, nº 44 – Instituições. São Paulo: CEDEC, 1998, p. 40.

direito de participar da escolha de quem vai governá-los por um determinado período e podem expressar livremente suas opiniões e reivindicações [...] as eleições são verdadeiramente um instrumento pelo qual os eleitores podem punir ou premiar candidatos, mesmo em poliarquias formalmente institucionalizadas.¹⁶⁰

Os instrumentos de *accountability* horizontal e vertical, destacado pelos intelectuais liberais contemporâneos, são dados como suficientes e definitivos nas democracias para medir e controlar os representantes e, por conseguinte, possibilita a participação. Tais instrumentos são reducionistas e, como já debatemos, os problemas da democracia representativa são de outra ordem, são parte da ‘máquina eleitoral’ e das opções do sistema capitalista. Pode-se dizer que a forma de controle, através de *accountability*, faz parte das amarras da democracia burguesa restringindo a participação dentro dos limites e da ordem do Estado burguês.

Ideólogos mais próximos dos participacionistas, como, por exemplo, Peruzzotti e Smulovitz (2002), afirmam que há outras formas de controle social com *responsividade* e participação, isto é, *accountability* societal. Essa forma seria exercida pela sociedade, por organizações como a mídia, organizações não-governamental, associações, partidos políticos e propriamente por cidadãos individualmente que podem agir através do judiciário¹⁶¹.

O controle social através dos mecanismos *horizontais* e *verticais* depende de atribuições constitucionais ou da burocracia estatal. O controle *societal* pode ocorrer através dos mecanismos não institucionais como atores coletivos¹⁶² ou individuais que atuam na vigilância dos parlamentos, sem necessariamente possuir atribuições constitucionais.

Os mecanismos de *accountability horizontais* (agências estatais) e *verticais* (eleitorais) diferem-se do *societal*, já que para este as sanções que os controla são, na maioria dos casos, simbólicas. Peruzzotti e Smulovitz¹⁶³ destacam que o controle e a

¹⁶⁰ O'DONNELL, Guillermo. Op.cit., 1998, p. 30.

¹⁶¹ PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. *Controlando la política, ciudadanos y medios en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Temas, 2002, p. 32, et.seq.

¹⁶² Movimento Voto Consciente; Movimento Nossa São Paulo; Movimento Pró-Conselho de Representantes; dentre outros.

¹⁶³ PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Op.cit., 2002, p. 33.

mediação através dos partidos políticos é simbólica, sem uma eficiência prática. O simbólico é significativo, segundo Bourdieu¹⁶⁴, mas neste caso pouca eficiência pode alcançar no sentido de alterar fundamentalmente as relações de poder.

Estes mecanismos de controle – *accountability* horizontal, vertical e societal –, defendidos pelos ideólogos da democracia liberal, são formas de controle ineficazes, pois agem dentro da estrutura tradicional e burocrática do Estado burguês.

Os partidos políticos, segundo estes autores, pode ser um instrumento ou mecanismo de controle nas democracias. Como já analisamos, os partidos políticos não cumprem essa tarefa de controle democrático, as incongruências, as lacunas e as contradições do sistema representativo imperam sobre eles. Os partidos passam a fazer parte da máquina eleitoral, e não dão conta da tarefa de amplificar a participação política, visto que passam a disputar o poder de governo com as mesmas práticas clientelista, autoritária, personalista e de favorecimento que indicam a precariedade da função assumida como mediadores e representantes.

O controle social e a participação política do povo na democracia liberal

está restrita a grupos auto-escolhidos, cuja função é dirigir o processo político, pois os votantes/consumidores cabe apenas o ato de votar nos que se apresentam no mercado político. [...] No mecanismo de disputa, está presente a competição entre duas ou mais ‘empresas políticas’ que através dos votos, qualificam-se ao governo. Esse sistema de disputa e de múltiplas escolhas, supostamente, produz um governo estável, capaz de estabelecer o equilíbrio entre a demanda e a oferta de bens públicos”.¹⁶⁵

No ‘mercado político’, só terão condições de fazer alguma interferência na política os indivíduos que estiverem organizados de algum modo. Por outro lado, permanece o

¹⁶⁴ O poder simbólico como instrumento de conhecimento e de comunicação pode exercer um papel na construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem entre as classes. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 9-10.

¹⁶⁵ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 14.

desafio para os movimentos sociais¹⁶⁶: organizar a classe trabalhadora e as massas para que a correlação de força se altere desde baixo.

Os movimentos sociais manifestam os impasses e contradições do modelo de democracia liberal e as desigualdades provocadas pelo sistema capitalista. Frente à luta dos movimentos sociais contra-hegemônicos, os setores da classe dominante (mídia conservadora, partidos tradicionais, associações de industriais e comerciários) atuam na manutenção do poder e da dominação, permitindo pequenas autorizações e concessões participativas para que os ‘cidadãos médios’ não almejem disputar o poder.

Desafios da participação política no Brasil

A ação política que tem como objetivo a construção de um projeto de sociedade onde todos possam participar é incompatível dentro do atual modelo de democracia. A “incompatibilidade radical entre democracia e capitalismo, no sentido de que o capitalismo é cada vez mais, nesse modelo globalizado e neoliberal, o inimigo principal da democracia”¹⁶⁷, este pode ser um dos principais desafios para os movimentos sociais. E paralelamente a essa questão, ganha força ideias de outro modelo de democracia, direta e ativa, ou, ainda, a construção de outras instituições de *novo tipo* que têm como objetivo a transformação.

No caso brasileiro, é possível verificar que a apatia política, o conformismo e o desinteresse pela vida política se manifestam com consequências na macro-política. Para isto contribuiu o fato de que o processo de *conquista* da cidadania não foi de todo o povo, mas sim, de uma parcela engajada em movimentos sociais, partidos, sindicatos, conselhos e intelectuais.

¹⁶⁶ Movimentos sociais, aqui compreendidos, como antissistêmicos, anticapitalistas e que fazem a luta contra-hegemônica que subvertem a ordem do Estado burguês e das relações de dominação. Diferentemente dos movimentos citados na *nota 162*, que são movimentos que agem dentro da estrutura do Estado.

¹⁶⁷ SÁNCHEZ, Felix. Op.cit., 2002, p. 51.

Para concretizar a participação política e alcançar o objetivo de construir um *novo tipo* de democracia, transformando e rompendo com o Estado burguês, outros desafios devem ser enfrentados, afirma Sánchez.

Deve-se enfrentar os argumentos defendidos pelos liberais nos debates democráticos, que são:

1. *A participação aumenta a lentidão na tomada de decisões*; tem de se consultar mais gente; tem de aceitar mais pontos de vista; tudo torna-se longo e complicado. 2. *A participação aumenta os custos da tomada de decisões*; [...] deixar as pessoas participarem implica aceitar pontos de vista diferentes e, portanto, modificações nos projetos e custos mais elevados. 3. *A participação não incorpora valor agregado à decisão*; por muito que participem as pessoas, isso não significa nenhum tipo de melhoria no processo de decisão, já que se trata de um tipo de participação de pessoas leigas, carentes de conhecimento sobre a maioria dos complexos temas que cercam as decisões públicas. 4. *A participação provoca um excesso de particularidades*; abrir o processo de decisão para pessoas significa aceitar a particularização da problemática [...], já que cada um dos participantes atua na defesa dos seus interesses particulares [...]. 5. *A participação somente leva em conta o curto prazo*; a mesma defesa dos interesses particulares dos participantes costuma situar no curto prazo, impedindo que se possam contemplar perspectivas de médio e longo prazo, [...]. Provocam, além disso, problemas de inconsistência entre decisões. 6. *A participação provoca a erosão de instituições e partidos*. Os mecanismos representativos à margem dos canais democráticos tradicionais provocam [...] uma erosão de legitimidade e autoridade [...], pois leva à desconfiança sobre sua capacidade de representação.¹⁶⁸

Dentre todos os desafios e argumentos colocados para os movimentos sociais antissistêmicos, nos dias atuais, destacamos a necessidade de transformar a apatia e o desinteresse político em força e potencial participativo para destruir e romper com o Estado

¹⁶⁸ SÁNCHEZ, Félix. Op.cit., 2002, p. 52-3. (grifos originais)

burguês. Esta, com certeza, não é tarefa fácil e alguns movimentos sociais, têm se colocado como tarefa central – organizar as massas para superar o sistema capitalista.

O ativista, João Pedro Stédile, argumenta que as vitórias das “lutas que os trabalhadores vão acumulando, em termos de capacidade organizativa, em termos da capacidade de mobilização, em termos da consciência da classe trabalhadora”¹⁶⁹ são acúmulos fundamentais para derrotar politicamente a burguesia “e chegar a um Estado de nova índole: socialista”¹⁷⁰.

Para os movimentos sociais que desenvolvem lutas contra hegemônicas os desafios devem superar o discurso imobilista e apático da cidadania para, em seguida, dar passos na construção de um projeto para o Brasil com participação popular.

É preciso fazer as lutas para dar poder ao povo para que tenha mais poder do que a classe capitalista. Só, assim, dessa forma, a gente pode ir fazendo as várias transformações. [...] O diálogo, agora tem que ser nas ruas ¹⁷¹.

Além das críticas desfavoráveis à ampliação e a autonomia participativa e na construção do projeto popular, vale lembrar, outros argumentos recorrentes dos defensores liberais para uma cidadania controlada e dentro da ordem democrática. As críticas liberais sobre a cidadania são:

1. *Os cidadãos, de fato, não querem participar.* [...] os cidadãos não querem se envolver realmente no processo complicado e cansativo [...] de decisões públicas. 2. *Os cidadãos, quando participam, o fazem de uma forma muito inconstante.* Não se pode garantir um funcionamento regular das instâncias participativas [...]. 3. *Os cidadãos dispostos a participar são sempre os mesmos;* [...] os cidadãos potencialmente capacitados ou dispostos a participar acabem constituindo uma pequena minoria [...]. 4. *Os*

¹⁶⁹ STÉDILE, João Pedro. Op.cit., 2002, p. 321.

¹⁷⁰ IBID.

¹⁷¹ PLÍNIO, Arruda Sampaio. *Plano de Reforma Agrária parou no Palocci*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.109-111.

*cidadãos que se mobilizam e pretendem participar, muitas vezes, só representam a si próprios e a seus interesses.*¹⁷²

A estrutura do capitalismo transforma e altera o significado da cidadania e da participação política e, por conseguinte, a universalidade dos direitos. A participação somente reativa, dificilmente, poderá ser considerada como alavanca para as transformações democráticas e, principalmente, estruturais do sistema capitalista. Já a ação dos cidadãos que se mobilizam e participam defendendo os interesses da classe trabalhadora com greves, marchas, paralisações de rua estão em uma ação de reação, de resistência, são pró-ativos e propositivos. Essas formas são inadmissíveis para os democráticos-liberais.

Para os democrático-liberais e para o capital, os indivíduos devem continuar exercendo a cidadania de modo apático, inerte e reativo, como criticado por Sánchez.

O progresso permitido para a participação política (cidadania) está limitado aos parâmetros pré-fixados pelo capitalismo¹⁷³ e pela democracia burguesa, ou seja, o sufrágio universal. O sufrágio universal, como direito e cidadania, não altera as relações de poder, não altera as relações de dominação, ao contrário, as mantém. Por isso, se faz necessário redescobrir formas e métodos novos para o enfrentamento político e a mobilização das massas na construção do projeto popular.

A participação política como exercício da democracia direta (plebiscitos, referendos e iniciativa popular) no Brasil tem acontecido, em grande parte, de ‘modo informal’, fora dos marcos institucional e da ordem, segundo a classe dominante. Um exemplo, a convocação de plebiscitos populares¹⁷⁴ pelos movimentos sociais relativamente fora da lógica institucional.

Estes instrumentos de participação direta (plebiscitos, referendos e consulta popular), na concepção liberal da democracia, significam a negação das escolhas realizadas pelos cidadãos livremente através do sufrágio e podem representar perigos, haja vista, os

¹⁷² SÁNCHEZ, Felix. Op.cit., 2002, p. 54-5. Sánchez lista as críticas que os liberais desenvolvem contrariamente à participação e à cidadania. (grifos originais)

¹⁷³ SAES, Décio Azevedo Marques. Op.cit., 2000.

¹⁷⁴ Nestas duas últimas décadas os plebiscitos populares foram convocados pelos movimentos sociais três vezes. Estes sem valor institucional, mas de enorme valor político popular. Ver anexo 1 (a, b e c).

argumentos já apresentados sobre a cidadania e sobre a própria democracia representativa e participativa.

A participação direta, só pode, hoje na democracia, ser convocada, oficialmente, pelo executivo ou pelo legislativo. Mas existem Projetos de Lei (PL)¹⁷⁵, em tramitação no Congresso Nacional brasileiro, para alterar essa forma de convocação destes instrumentos, ou seja, a partir do povo.

Os plebiscitos podem ser instrumentos de correlação de força, de exercício e espaço de participação direta e ativa do povo. No caso dos plebiscitos populares demarcaram ações contra a política neoliberal capitalista, e, demarcam as lutas contra o sistema hegemônico internacional e demonstrou a grande interesse participativo da população.

No Brasil, a sociedade foi convocada apenas duas vezes, pelo governo federal, nestas últimas três décadas para participar de decisões através destes instrumentos, sendo um referendo e um plebiscito¹⁷⁶. Estes instrumentos estão previstos e garantidos na Constituição brasileira em seu artigo 14º, para definição sobre assuntos relevantes à Nação, mas a convocação é restrita ao Congresso e ao Executivo. No caso dos plebiscitos populares convocados pelos movimentos sociais, as temáticas eram de grande relevância para o Estado brasileiro, mas os temas seguiam na contramão do poder e dos interesses dos dominantes e, portanto, não deveriam ser plebiscitados¹⁷⁷.

¹⁷⁵ O projeto de lei (PL) nº 6.928/02 complementado pela PL nº 4.718/04 propõe a regulamentação da convocação de plebiscitos, referendos e consultas populares por iniciativa popular. A PL prevê que o povo poderá convocar e decidir por meio de plebiscitos, referendos ou consulta popular sobre assuntos relevantes à nação. A matéria, a PL, é da mais alta importância para o exercício da democracia participativa direta fundada na soberania popular, segundo o Dep. Roberto Freire, que acolheu o projeto em 2004. A PL não entrou em debate no Congresso, nem mesmo, tramitou na Casa.

¹⁷⁶ O único plebiscito convocado pelo governo brasileiro no âmbito federal, nestas últimas três décadas, aconteceu em 1993 sobre a forma de governo República ou Monarquia, e o sistema de governo Presidencialismo ou Parlamentarismo. E, o único referendo nacional convocado, foi sobre o comércio e porte de arma de fogo no ano de 2005. Não estamos considerando os pequenos plebiscitos envolvendo o desmembramento de municípios e criação de novos. Esclarecendo a diferença básica entre plebiscito e referendo. O primeiro significa que a população irá posicionar-se definindo sobre determinada situação, lei, acordo, etc., uma “decisão soberana da plebe” (BENEVIDES, 1991, p. 34). Já o segundo, o referendo, é quando a população irá pronunciar-se sobre alguma lei, decisão já tomada pelo governo (executivo ou legislativo) referendando ou não a decisão, seriam “consultas à população para que se tornem válidas as votações” já realizadas (IBID.). O que também, pode se considerar, como: “ambos são pronunciamentos populares sobre assuntos de importância constitucional; mas, unindo-se os dois termos, define ‘referendo plebiscitário’ como a manifestação que signifique julgamento ou arbitragem, distinto do mero ‘referendo consultivo’” (IBID, p. 35).

¹⁷⁷ Nestes últimos 8 anos, três plebiscitos populares foram convocados pelos movimentos sociais sobre temas complexos e com uma significativa parcela da população participando espontaneamente. O primeiro aconteceu

Os plebiscitos populares evidenciam-nos que o povo tem formação e condições de participar politicamente da vida política do país. Não sendo possível concordar com os argumentos democráticos liberais de que o povo não participa, é indiferente, apático sobre a vida política da nação, não agrega valor e é lento nas decisões. Estes plebiscitos expressam o alto índice de participação e elevada capacidade de organização e mobilização dos movimentos sociais¹⁷⁸.

Numa sociedade ao exercer o direito de participar da vida política do país, os indivíduos, passam de um papel passivo para protagonistas. Vale lembrar que a sociedade é dividida entre os que sempre participaram (proprietários e a classe dominante) e os que disputam o direito de participar (as classes exploradas e os trabalhadores).

Destacamos que quando nos referimos ao direito de participar da política, estamos falando dos indivíduos ‘desde baixo’, ou seja, dos trabalhadores e das classes exploradas. Estes indivíduos passam de um papel coadjuvante para uma ação coletiva, que pode ser desde o papel de fiscalizador, de controle social e de legislador do Estado, ou ainda em espaços institucionais, como o Orçamento Participativo¹⁷⁹ ou mesmo em espaços alternativos.

Estes mecanismos de controle social, como o orçamento participativo, os plebiscitos, os referendos e os movimentos sociais, servem, não apenas como espaço de formulação de políticas, mas de negociação com o Estado. O resultado destes processos pode influenciar no rompimento, em alguns casos, com o ‘jogo’ preestabelecido pelas grandes corporações econômicas que tem acesso direto ao poder político do Estado. Sem significar rupturas do poder.

A democracia representativa não expressa controle sobre os representantes, nem participação efetiva, nem um pretense poder político da cidadania e como já apresentado,

no ano 2000 e tratou sobre suspensão dos pagamentos da Dívida Externa e com o Fundo Monetário Internacional – FMI, o referido plebiscito obteve uma participação de mais de 6 milhões de pessoas, ver anexo 1a. No ano de 2002 um novo plebiscito sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (acordo que envolveria todos os países do Continente, exceto Cuba), participaram mais de 10 milhões de pessoas, ver anexo 1b. O último, no ano de 2007 sobre a Companhia Vale do Rio Doce com mais de 3 milhões de votantes, ver anexo 1c. Importante, são plebiscitos populares, convocados e organizados pelos movimentos sociais sem interferência dos governos.

¹⁷⁸ AVRITZER, Leonardo. *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 15.

¹⁷⁹ Exemplos de gestão em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, e outras cidades brasileiras. Para análise mais aprofundada sobre o tema sugerimos, o livro *Orçamento participativo teoria e prática*, de Félix Sánchez. São Paulo: Cortez, 2002.

não será possível migrar do poder político burguês hegemônico numa sociedade capitalista para o poder político das classes trabalhadoras através do sufrágio universal¹⁸⁰.

A participação política com identidade de classe, mobilização sócio-política, consciência e organização dos trabalhadores pode favorecer a alteração do poder dominante. A ampliação e a autonomia da participação política favorecem a correlação de força capaz de inverter e reorientar politicamente o aparelho do Estado¹⁸¹, mas sem, efetivamente, transformar e destruir o Estado burguês. Essa inversão e reorientação ocorreriam dentro da estrutura do Estado burguês.

As contradições políticas, sociais e ideológicas da democracia liberal, põem às claras, as deficiências do próprio argumento. Visto que a burocracia possui uma estrutura específica que lhe imprime ideologia e ação política própria e não há uma predisposição para assumir uma posição política que favoreça uma tônica popular. Somado a isso, encontramos às “disposições burocráticas de confinamento da democracia”¹⁸² sustentando e mantendo o poder centralizado.

Neste sentido, nos alerta Erminia Maricato, sobre

a alternativa em qualquer conflito que envolva as classes dominantes [...]. Não se trata, [...] de ignorar a luta por espaços institucionais por via eleitoral ou qualquer outra via, mas de dar a ela a devida dimensão no processo de construção de outro mundo marcado por outras relações sociais¹⁸³.

A luta pela superação do modelo capitalista está relacionada, com o processo de ampliação e autonomia da participação política, construindo outro mundo possível e pondo um fim as desigualdades sociais provocadas pelo sistema. Esta é uma luta constante e histórica dos movimentos sociais. Mas não impossível de ser travada. A capacidade das massas, dos trabalhadores deve ser amplificada, para assim, lograr mudanças estruturais e

¹⁸⁰ SAES, Décio Azevedo Marques. Op.cit., 2000, p. 26.

¹⁸¹ STÉDILE, João Pedro. Op.cit., 2002, p. 321.

¹⁸² SAES, Décio Azevedo Marques. Op.cit., 2000, p. 29.

¹⁸³ MARICATO, Erminia. *Nunca fomos tão participativos*. Sem Terra, ano X, nº 43. 2008, p. 19

provocar a alteração de modelo político e econômico hegemônico e efetivar um contrapoder desde as classes populares.

Diversos movimentos sociais buscam ampliar a participação das classes populares, a partir da formação de lideranças, articulando as lutas pontuais e organizando o povo para as lutas mais prolongadas e ideológicas. Portanto, processos formativos que contribuem para a compreensão da realidade, elevação da identidade e consciência de classe, podem potencializar a luta contra-hegemônica, que em sua complexidade requer, estratégias diferenciadas e unidade das massas.

O Movimento Consulta Popular procura trabalhar este conjunto de elementos, a partir de uma análise sobre estes limites, contradições do sistema democrático liberal e propõe alternativas para a superação.

Capítulo III

O proletariado percorre diversas etapas em seu desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência. [...] O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente. [...] O proletariado, a camada mais inferior da sociedade atual, não pode levantar-se, colocar-se de pé, sem mandar pelos ares todas as camadas superpostas que constituem a sociedade oficial. [...] O proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia.¹⁸⁴

Participativa política: uma abordagem a partir do Movimento Consulta Popular

A democracia participativa é considerada uma das novas prática e formas de inserção dos indivíduos e, também, de inserção de novos atores sociais e sujeitos coletivos¹⁸⁵. É introduzida como projeção da inclusão social, como inovação cultural e, de modo mais profundo, como a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática¹⁸⁶.

É positivo todo o processo de construção em torno da participação política, mesmo com as contradições e impasses impostos pela democracia liberal e pelos entraves da representação política e da cidadania controlada pelos instrumentos e mecanismos burocráticos do Estado, como já apresentados no capítulo anterior.

Há sinais importantes nos movimentos sociais, já pontuados nos capítulos anteriores, que visam à superação do modelo de democracia liberal e, principalmente, a transformação e

¹⁸⁴ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Op.cit., 1998, p. 5-17-19. (trechos)

¹⁸⁵ SADER, Eder. Op.cit., 1995.

¹⁸⁶ SOUSA SANTOS, Boaventura de. Op.cit., 2003, p. 58.

destruição do Estado burguês. O Estado burguês, que historicamente é sustentado pela democracia liberal, é visto hoje como um modelo em crise e em esgotamento. Essa é uma análise debatida e apresentada por ativistas do Movimento Consulta Popular¹⁸⁷, que apresentaremos adiante.

A luta dos movimentos sociais antissistêmicos para a ampliação e a autonomia participativa segue um propósito maior, construir uma estrutura de sociedade a partir de outro marco – ideológico e de classe –, rompendo com o *ideal* de democracia liberal implantado pela classe dominante e sustentado com a desigualdade capitalista.

Como analisamos nos primeiros capítulos, a democracia liberal e a burocracia especialista foram implantadas com objetivos claros: diminuir a participação das massas consideradas ‘incapazes’, controlar a participação e a cidadania ativa, controlar os instrumentos políticos e os mecanismos de mediação (partidos, sindicatos,...). Enfim, para controlar o poder, a propriedade privada e manter o povo dominado.

É inegável, por todo o exposto, que há um descrédito, limites e contradições em relação ao sistema político representativo e, conseqüentemente, em relação à democracia liberal. Os movimentos sociais de diversos campos da esquerda acreditam que este momento se desenha como um *bom momento* para debater sobre a democracia e propor um projeto para o Brasil.

Este *bom momento* se torna “um poderoso estímulo para aqueles que defendem o uso de plebiscitos, consultas populares e outras formas de exercício da democracia direta”¹⁸⁸ para, assim, ampliar a participação e o próprio debate sobre um projeto para o Brasil. Mesmo que ainda ocorra dentro dos marcos do Estado burguês.

¹⁸⁷ Faz-se necessário esclarecer que trataremos o Movimento Consulta Popular, como movimento social de caráter político, em vista de sua história e trajetória de organização, mobilização desde 1997. Pois, desde o seu início, assim se identificava como um movimento social. Nestes últimos dois anos, definitivamente, 2008 e 2009, o Movimento Consulta Popular, passa a identificar-se, como apresentaremos mais adiante, com um instrumento político, uma agremiação política de *novo tipo*, e utiliza “o conceito de ‘movimento político’ e não o termo *partido*” (GEBRIM, 2006, p. 238). Por isso, esclarecemos, vamos continuar considerando o Movimento Consulta Popular como um movimento social de *novo tipo*, até porque, o movimento nestes últimos 10 anos de sua trajetória, foi assim identificado pelos seus ativistas e no início desta pesquisa era assim identificado. Compreendemos e respeitamos as mudanças definidas, neste último período pelos ativistas e pela direção do Movimento Consulta Popular.

¹⁸⁸ JORNAL DO SENADO. Brasília. 11 a 17 de maio de 2009, p. 8.

Neste momento político, para diversos movimentos sociais, a democracia representativa não necessariamente deverá ser abolida em definitivo, mas pode articular-se plenamente com modelos mais efetivos de participação direta (plebiscitos, referendos e consultas populares). Fazer esta articulação como parte do objetivo em longo prazo, acumular força para a sua superação e transformação do modelo de Estado capitalista.

O Movimento Consulta Popular aponta a participação política como um elemento favorável no processo de construção do projeto para o Brasil. Projeto popular que deve ser construído desde a classe trabalhadora, das massas e que se fortalece frente à atual “crise de credibilidade do sistema político brasileiro e que reacende o debate sobre a democracia direta, na qual o eleitor tem o poder de decidir sobre tudo”¹⁸⁹.

Os movimentos sociais que lutam contra o sistema de exploração, capitalista, hegemônico rejeitam esse modelo democrático liberal e defendem mudanças profundas e acreditam na necessidade construir um projeto que possa provocar a ruptura com o Estado burguês, com o imperialismo e com o capitalismo. Para construir um projeto para o Brasil e para a América Latina, deve-se iniciar por derrotar as burguesias nacionais.

A ruptura com o subimperialismo é possível. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário planejar-executar uma política contra-hegemônica que, além de se contrapor à ordem dominante burguesa mundial, concretize um projeto de desenvolvimento e de poder diferenciado.¹⁹⁰

O Movimento Consulta Popular, em dez anos de organização e luta, explorou aspectos sobre a democracia, sobre a burguesia e sobre a necessidade de construir um instrumento político que, com participação política dos desde baixo, com a organização da classe trabalhadora chegasse ao objetivo maior, pudesse contribuir para a efetiva elaboração de um projeto popular para o Brasil.

Para melhor compreendermos as posições do Movimento Consulta Popular procuraremos reconstruir a história e sua trajetória política, a partir de aspectos que

¹⁸⁹ JORNAL DO SENADO. Brasília. 11 a 17 de maio de 2009, p. 8-9.

¹⁹⁰ TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Brasil-Venezuela: o nacional burguês versus o nacional popular*. Brasil de Fato, 16 a 22 de abril de 2009, p. 2. (Educadora, economista e ativista do Movimento Consulta Popular).

interessam nesta pesquisa. Aspectos que vão desde o posicionamento político ideológico, compreensão de Estado, burguesia, burocracia, governo popular, democracia, até as propostas para a organização dos trabalhadores na construção do projeto popular para a superação, transformação e ruptura do Estado burguês capitalista.

Autonomia participativa na construção do projeto popular para o Brasil

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdadeiras descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las [...] em elemento de coordenação de pessoas [...] e de maneira unitária a realidade presente. (Concepção Dialética da História - Gramsci).

Movimento Consulta Popular: a história

Essa pode ser mais uma tentativa, como já vivido em vários momentos da história do Brasil e da própria esquerda, em construir instrumentos, ferramentas de luta, capazes e eficientes para a tarefa revolucionária de transformar a realidade, promover as rupturas necessárias para alcançar a democrática justa, soberana e socialista. Pode ser mais uma tentativa organizativa de romper, em definitivo, com o modelo dominante capitalista da democracia liberal.

O ator social, em estudo, possui uma presença significativa na sociedade, em diferentes espaços de luta e de organização social e popular. Contribui para o desenvolvimento e organização de atividades formativas, ideológicas, políticas, para a mobilização e ampliação da participação política que busca da autonomia dos indivíduos atomizados pelo sistema.

Os ativistas do movimento acreditam na formação sociopolítica das lideranças como um fator potencializador, para que os indivíduos compreendam a realidade e a modifiquem,

através das lutas anti-hegemônicas e anticapitalistas. O povo e, principalmente, as classes populares e os trabalhadores possuem conhecimentos e capacidades para agir, pensar, elaborar, participar e desenvolver ações responsáveis coletiva e individualmente, social e politicamente. Utilizar o processo educativo e formativo não como um fator isolado da realidade, mas partir das coisas do cotidiano para o macro. A ideia é de que o indivíduo se forme na ação, na prática.

A intensa e incansável motivação à participação política dos jovens, mulheres, adultos, trabalhadores de todos os setores e categorias em espaços diversos, como: movimentos sociais, sindicais, pastorais/igrejas, organizações populares e partidos torna-se fator determinante para o surgimento e concepção de um novo instrumento político. Este novo instrumento político tem por objetivo aglutinar e gerar unidade na luta das classes populares e dos trabalhadores.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento incansável na luta pela Reforma Agrária desde 1984, organizou no ano de 1997 inúmeras marchas por todo o Brasil para debater os problemas brasileiros e em especial a Reforma Agrária. As marchas obtiveram grande receptividade das comunidades eclesiais de base, igrejas, sindicatos e dos movimentos (estudantil, jovens, mulheres, agricultores,...), tanto na construção das marchas estaduais, quanto na marcha nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essas marchas, simbolicamente, constataram a enorme capacidade de organização da esquerda e das forças populares em busca da unidade na luta, a partir de outras premissas democráticas diferentemente das liberais. O processo de construção das marchas do MST em 1997 se traduz em uma estratégia de resistência que resultou em “mais uma tentativa de unificar as forças populares e de esquerda em torno de um projeto de transformação social, de um programa de transição anticapitalista”¹⁹¹. A marcha reuniu milhares de pessoas que sobre as ruas de Brasília caminharam denunciando as desigualdades vistas e vividas pela população em todo o país (desemprego, fome, falta de escolas, creches, hospitais e postos de saúde, etc.). Os participantes da marcha, em Brasília, aproveitaram para debater com os estudantes das universidades e escolas os problemas brasileiros.

¹⁹¹ BUZETTO, Marcelo. *O antiimperialismo na luta do MST: questão agrária e a questão nacional na construção de um projeto popular para o Brasil*. São Paulo: dissertação de mestrado - PUC, 2002, p. 102.

Ao final das marchas, ficou o desafio de dar continuidade ao debate sobre os problemas brasileiros e as possíveis soluções. Reuniram-se mais de trezentos (300) ativistas indicados como representantes dos movimentos sociais em âmbito estadual e nacional, intelectuais e personalidades¹⁹², que participaram diretamente das marchas, na *Conferencia de Itaiaci* (cidade de Indaiatuba, interior do estado de São Paulo), nos dias 08 a 11 de dezembro de 1997.

A conferência tinha como “objetivo a sistematização das idéias e propostas surgidas durante as marchas”¹⁹³ ocorridas no primeiro semestre de 1997. Durante a *Conferencia de Itaiaci* questionou-se os rumos da esquerda institucional e iniciou-se a elaboração de propostas para o resgate dos valores e práticas militantes rumo à *revolução brasileira*. O debate foi sistematizado e publicado no livro *Opção Brasileira*¹⁹⁴.

As propostas, debatidas durante as marchas pelo país e sistematizadas, surgiram num momento histórico fundamental e com o objetivo de constituir as bases teóricas, práticas e de luta para a elaboração de um *projeto popular para o Brasil*¹⁹⁵. Contribuindo na organização da esquerda para disputar o poder de governo e de Estado. Neste processo de debate instalou-se a necessidade de estabelecer um processo contínuo de elaboração do *Projeto popular* e para essa tarefa percebe-se a falta de um instrumento político aglutinador. Foi então que surge o Movimento Consulta Popular – MCP.

Para a tarefa de elaboração do projeto popular, o MCP utiliza-se de obras clássicas, alicerces para a interpretação da realidade e para a elevação das consciências a partir da reflexão da teoria e da prática. Dentre os autores, podemos citar: Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Milton Santos, Carlos Marighela, Emir Sader, Marta Harnecker, V. I. Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Marx, Mao Tse-tung e ativistas do próprio movimento que contribuem nesta tarefa teórico-intelectual, como: João

¹⁹² Listamos alguns dos participantes: Luiz Inácio Lula da Silva (presidente de honra do PT – Partido dos Trabalhadores no período, e atual Presidente da República), João Pedro Stédile (coordenador do MST e ativista do MCP), José Albino (Central de Movimentos Populares), Dom Thomás Balduino (Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT), Emir Sader (sociólogo), Cesar Benjamim, (economista e ex-membro do MCP), Tânia Bacelar de Araujo (economista), Plínio de Arruda Sampaio (advogado).

¹⁹³ GEBRIM, Ricardo. *Brasil: O Movimento Consulta Popular*. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 237.

¹⁹⁴ A obra foi organizada por Cesar Benjamim com a colaboração de Ari José Alberti, Emir Sader, João Pedro Stédile, José Albino, Lúcia Camini, Luiz Bassegio, Luis Eduardo Greenhalgh, Plínio de Arruda Sampaio, Reinaldo Gonçalves e Tânia Bacelar de Araujo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

¹⁹⁵ CARTILHA Nº 1. *Projeto Popular para o Brasil: para debates em grupos*. São Paulo: Expressão Popular, dezembro de 1997; CARTILHA Nº 11. *O Brasil precisa de um projeto popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Pedro Stédile, Ademar Bogo, Horácio Martins de Carvalho, Ricardo Gebrim, Frei Sergio Görgen.

A *Conferência de Itaiçi* apontou para a desconstrução da identidade nacional da esquerda e elaborou críticas às instituições políticas tradicionais, como por exemplo, os partidos e os espaços controlados pela burguesia, assim como, as estruturas burocráticas do ‘mercado eleitoral’. Estes instrumentos ou espaços podem ter dois destinos: esgotar-se numa introversão corporativa eleitoral tradicional ou recriar uma nova maneira de fazer política com uma recomposição do tecido social, a partir das massas, articulando-se sob a forma horizontal¹⁹⁶ e desde as classes populares.

A experiência principal do movimento tem se consolidado, fundamentalmente no trabalho de base (formação através de seminários, cursos, e a participação de ações locais, regional e internacional), na organização e na mobilização dos trabalhadores. Essa dedicação do movimento ao aspecto formativo dos indivíduos tem como objetivo central resgatar valores, identidade e a confiança degradados nestes últimos vinte anos. A experiência

mostra que simples alterações na política econômica não são suficientes para reverter [...] a falsa esperança, a crise estrutural do país, a crise de identidade, de valores, de confiança [...] e se agrava, moldando no tempo uma trajetória de degradação.¹⁹⁷

O MCP aposta em processos organizativos de base (núcleos e brigadas populares) e de mobilização em conjunto com as forças sociais que podem contribuir na construção da unidade e de processos unitários. Dentre as forças e processos unitários, destacam-se: o próprio MST, o Grito dos Excluídos¹⁹⁸, as Semanas Sociais Brasileira da CNBB¹⁹⁹, os plebiscitos populares (no ano 2000, contra o pagamento da Dívida Externa e o fim do acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, no ano de 2002 sobre a Área de Livre

¹⁹⁶ HARNECKER, Marta. *Estratégia e tática*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

¹⁹⁷ CARTILHA Nº 16. *Documentos básicos*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 7.

¹⁹⁸ Processo que ocorre desde 1994 na Semana da Pátria, especialmente no dia 07 de setembro. Iniciou por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Pastorais sociais) quando da 1ª Semana Social Brasileira que tinha por objetivo os problemas brasileiros. O Grito dos Excluídos acontece a 15 anos e debate diversos temas. Neste ano de 2009 a temática é oportuna à nossa pesquisa: ‘Vida em primeiro lugar – a força da transformação está na organização popular’.

¹⁹⁹ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Comércio das Américas e em 2007 sobre a Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, ver anexo 1 as letras a, b e c). Também o MCP empenha esforços na Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS, o Fórum Social Mundial – FSM, na articulação em redes, campanhas e fóruns. O MCP acredita que através da organização e da mobilização a sociedade, poderá atingir o patamar da ‘revolução brasileira’, objetivo central do movimento.

O surgimento do movimento e as propostas da organização ganham um reforço frente à realidade política e o esgotamento de modelos considerados como ideal para as sociedades contemporâneas. Dentre estes modelos a democracia liberal que impregnou as sociedades como a alternativa definitiva para os países.

Os movimentos sociais e populares não perderam o horizonte e a esperança sem deixar-se levar por esse ideal de democracia representativa, como definitivo. O movimento iniciou, sim, “um novo processo que permitiu que não fossem absorvidos pela lógica eleitoral que homogeneizou a esquerda”²⁰⁰. Também, alguns partidos políticos do campo da esquerda buscaram manter sua autonomia política não se deixando hegemonizar pelo jogo eleitoral, alguns com sucesso outros nem tanto.

O surgimento do MCP faz parte do processo histórico de uma crise ideológica, de uma crise da democracia, como a conhecemos, e programática dos partidos políticos de esquerda nos anos de 1990 e início dos anos 2000. Somado a isso, o esgotamento de um ciclo político, simbolizado no Partido dos Trabalhadores – PT.

O Movimento Consulta Popular – MCP passa a ser considerado como uma alternativa para o debate político e de luta no qual se aglutinam diversas forças populares, movimentos sociais, atores e personalidades, como já explicitados. Grande parte destes atores, personalidades, movimentos fazia parte das bases da esquerda partidária petista. Alguns destes atores, personalidades e movimentos apostaram na criação de novas agremiações políticas partidária para a disputa eleitoral e de luta política.

Na compreensão do Movimento Consulta Popular a esquerda partidária, principalmente, o Partido dos Trabalhadores – PT desistiu de propor qualquer alternativa programática que fosse às raízes da crise democrática, às raízes do modelo econômico

²⁰⁰ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p. 237.

capitalista gerador, por natureza, das desigualdades, limitando-se à disputa do poder de governo.

Quanto ao surgimento do MCP, deve-se destacar o papel político e programático fundamental desempenhado pelo MST, que favoreceu para que o movimento se tornasse referência ideológica, uma alternativa de luta para as demais forças políticas e partidárias, assim como já se tornara para os demais movimentos sociais antissistêmicos. Ao colocar-se nesta perspectiva de uma alternativa programática e de luta que debate as raízes da crise democrática, política, social e econômica, o MCP, chama a atenção para a necessidade de estar “em profunda ligação com o povo, respeitando os seus ritmos e sua cultura”²⁰¹.

Diante da realidade e dos desafios apontados frente à crise democrática liberal e da própria esquerda, o movimento procura juntamente com outras forças sociais

discutir e agir coletivamente para buscar soluções para os problemas que atingem a classe trabalhadora como um todo, não se limitando nem se fechando dentro de um corporativismo [...] que só tende a levar à institucionalização, à burocratização ou à destruição do caráter classista de qualquer organização autônoma²⁰².

Na perspectiva de encontrar soluções para os problemas da classe trabalhadora, o Movimento Consulta Popular, define-se como um instrumento político articulador (aglutinador) a serviço dos trabalhadores. Este instrumento deverá contribuir intensamente na luta de classe, na construção de um projeto político popular para o Brasil e que favoreça a organização e as lutas das classes populares ao se contrapor com a intransigência “frente à intolerância das classes dominantes”²⁰³.

O final dos anos 1980, 1990 e início dos anos 2000 evidenciaram a grande ofensiva das forças do capitalismo e do neoliberalismo que permanece até nossos dias. Para fazer o enfrentamento a essas forças opressoras, seria necessário, na opinião do Movimento Consulta Popular, que a esquerda compreendesse as particularidades desta realidade e

²⁰¹ CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 7.

²⁰² BUZETTO, Marcelo. Op.cit., 2002, p. 105.

²⁰³ Documento publicado e disponível no site www.consultapopular.org.br/quemsomos. Consulta eletrônica efetuada no dia 23 de março de 2009.

desenvolvesse novas teorias, novas formas organizativas e novas ações sócio-políticas de luta popular.

Para o enfrentamento as novas formas organizativas, sejam quais forem, de modo algum devem renegar as experiências exitosas da esquerda no passado, mas sim, considerar as experiências passadas na tentativa de construir algo novo que possibilite aos setores populares da esquerda maior participação política, autonomia e intervenção nas estruturas do atual sistema capitalista. A continuidade da luta, “com uma qualidade superior, pois toda a ação”²⁰⁴ deverá estar relacionada, direta ou indiretamente, e “à disposição [...] para a realização de grandes transformações no país, de construir, no campo e na cidade, um espaço de debate sobre o chamado *Projeto Popular Para o Brasil*”²⁰⁵.

O MCP se coloca o desafio de contribuir com o conjunto da esquerda na busca por alternativas para superar as lutas isoladas e recolocar esforços na unidade frente aos dominantes e construir um projeto popular para o Brasil. O Movimento Consulta Popular compreende-se como uma “organização política vocacionada para a luta, cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo”²⁰⁶. O movimento passa a identificar-se como uma *organização política de novo tipo* inspirada em experiências de libertação popular²⁰⁷.

Essa denominação de *organização política de novo tipo* é bastante influenciada pelos ideais da Revolução Cubana, da Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua e mais recentemente pelo processo venezuelano e boliviano na América Latina. O MCP toma para si três ensinamentos centrais: a) construir a unidade, a partir de metas mínimas; b) identificar o inimigo principal corretamente; e c) saber valorizar a contribuição de todas as forças, de todos os indivíduos, abrindo-se à participação política de todo o povo em luta²⁰⁸.

²⁰⁴ BUZETTO, Marcelo. Op.cit., p.106. (grifo do autor)

²⁰⁵ IBID.

²⁰⁶ CARTILHA Nº 19. *Resoluções da 3ª Assembléia Nacional da Consulta Popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 8.

²⁰⁷ Organização inspiradas nas experiências de luta de libertação nacional e contra o imperialismo na África, na América Latina (Sandinistas, Zapatistas, Revolução Cubana,...) e Ásia, e essas experiências podem ser determinantes para uma organização com tão alto objetivo, construção de um projeto para o Brasil com participação de todo o povo. BUZETTO, Marcelo. Op.cit., p. 107.

²⁰⁸ IBID., p. 111.

O tema da unidade, da identificação do *inimigo* e a valorização das forças sociais na luta antiimperialista e anticapitalista não são novidades para os movimentos sociais, mas para a Consulta Popular ocupam uma centralidade significativa. Talvez, a novidade do MCP possa residir no caráter de se assumir como um instrumento, uma agremiação ou movimento político para o trabalho formativo, organizativo e de elevação das consciências, sem um objetivo direto, neste momento, eleitoral. Esta pode ser a novidade.

Outra novidade, que merece destaque, está caracterizada pelo método, pela estratégia e a tática, na elaboração das ideias e definições, na ação e na organização da participação popular com objetivo maior: a construção do projeto popular para o Brasil²⁰⁹.

A forma organizativa do MCP e alguns desafios

O movimento possui uma estrutura organizativa²¹⁰ que contempla os diversos níveis, do local ao regional, do estadual ao nacional e busca na ampliação, articular-se internacionalmente com grupos, movimentos e setores de identidade semelhante. A estrutura organizativa do movimento ocorre, segundo a própria definição da Consulta Popular, de fora para dentro e de baixo para cima.

A organicidade está intrinsecamente relacionada com o processo formativo das lideranças, dos dirigentes e dos militantes (ativistas) para a sustentação do movimento e no acúmulo de força nos diversos campos: ideológico, setorial, social, político e democrático, todos necessários para as transformações pautadas no projeto popular.

A Consulta Popular, assim também conhecida, defende que a forma de estruturação e organização do movimento não deve ser fechada e nem mesmo voltada para dentro, perdendo, assim, o contato com o povo, com a vida e, principalmente, com as agruras e problemas da população. A organicidade e a estrutura interna devem corresponder às necessidades da luta e a busca por soluções para os problemas do povo, sendo que “o limite

²⁰⁹ BUZETTO, Marcelo. Op.cit., p. 112-3.

²¹⁰ Ver anexo 4 sobre a organicidade do Movimento Consulta Popular; e CARTILHA Nº 17, *Os Núcleos*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

de nossa organização revolucionária chega até onde alcança nossa influência e nossa capacidade revolucionária”²¹¹. Caso contrário perde a razão de existir.

Neste modelo organizativo, destaca-se como a principal característica e valor o exemplo pedagógico. O exemplo na prática deve ser uma referência. Ao invés de construir um instrumento pela hegemonia, pela disputa de cargos, pela instrumentalização dos indivíduos e das entidades, a busca deve ser constante na construção de baixo para cima e sempre à esquerda, rompendo com modelos burgueses. Sempre respeitando a autonomia de cada movimento e incentivando a participação política, primordialmente, dos que sempre foram deixados a margem.

Para participar do MCP não é necessário preencher qualquer formulário, pagar qualquer taxa de inscrição ou filiação, sequer fazer parte de alguma organização, movimento, sindicato ou partido. Todos podem participar e integrar-se ao processo de construção, sendo que a única ressalva apontada pelo movimento reside no compromisso profundo com os valores, os princípios, no caráter revolucionário do movimento e o compromisso com as lutas do povo. Vejamos parte destes compromissos na carta compromisso do MCP:

[...] confiantes na organização e na força do povo brasileiro, assumimos o compromisso de alimentar a esperança em cada coração e seguir em frente na construção desta grande causa. Nos comprometemos a sermos fiéis aos anseios e princípios que orientam nosso Projeto, e jamais pensar em fraquejar ou desviar o caminho, que nos deverá levar a libertação completa dos filhos oprimidos desta grande nação. É com o coração aberto que pretendemos edificar esta nova pátria socialista e solidária, com todas as nações do mundo, que plantam e semeiam valores que dignificam os seres humanos em harmonia com a vida de todas as espécies. Certos de sermos vencedores, reafirmamos nossa disposição de combater toda e qualquer injustiça, enfrentar o poderosos e os oportunistas, desamarrar as correntes da ignorância e da opressão, que aprisionam o nosso povo, mas que não nos impedem de sonhar com a liberdade. Seguiremos em marcha sem temer o futuro.²¹²

²¹¹ Site do MCP – www.consultapopular.org.br/quemsomos . Site consultado em 23 de março de 2009.

²¹² CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 12.

O Movimento Consulta Popular, internamente, enfrenta desafios, para os quais necessita construir respostas. Um primeiro desafio tem a ver com a ausência de uma base orgânica própria e de massas que possa dar sustentação ao movimento propriamente e, de modo mais fundamental, ao projeto popular. A ausência de uma base orgânica pode estar relacionada com a forma, pela qual nasceu o MCP, isto é, nasceu de outra organização, o MST e, de uma mobilização de vários atores sociais, movimentos, especialmente, das marchas em 1997.

Esta *certa dependência* em relação ao MST e aos demais movimentos da Via Campesina²¹³ é, sem dúvida, uma preocupação constante. Tanto que se pode perceber pelo esforço e empenho dos ativistas em construir núcleos e, estes possam atuar como parte do MCP nas lutas travadas nos estados, nas regiões e nos diversos níveis.

Deparamo-nos com um desafio estratégico. Construir nossa organização assentada em núcleos que se transformem em estruturas vivas, democráticas, com funcionamento regular e voltado para a construção das lutas. [...] Não existe receita pronta e acabada. Apenas podemos contar com o aprendizado de outras experiências e muita persistência.²¹⁴

Através da análise dos documentos do Movimento Consulta Popular, desde 1997, é perceptível a preocupação constante, da busca e a consolidação de uma base orgânica, autônoma como parte do resultado esperado com os processos formativos (cursos alternativos) dos participantes dos núcleos de estudo. Sendo que o segundo desafio tem a ver com a formação e a elaboração teórica permanente das lideranças, dos ativistas e dos iniciantes.

Nosso trabalho formativo é voltado para a transformação da realidade. [...] Para os dominadores, o povo é analfabeto, ignorante, bárbaro e a educação

²¹³ Via Campesina é uma articulação internacional que coordena organizações camponesas de pequenos agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e de comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. No Brasil, a Via Campesina reúne os movimentos sociais do campo, como: Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB, Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Fórum Nacional pela Reforma Agrária, dentre outras. Fonte: http://www.viacampesina.org/main_en. Consultado no dia 10 de abril de 2009.

²¹⁴ CARTILHA Nº 17. *Os núcleos*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 5.

viria então para domá-lo. [...] Nosso trabalho formativo não será para domar o povo, ao contrário. Será para que ele entenda que a violência, a miséria e a infelicidade no meio em que vive não é fatalidade. Elas têm uma causa e é essa que precisa ser descoberta, compreendida e combatida. A formação prepara, elabora e assimila a teoria da transformação revolucionária.²¹⁵

Um terceiro desafio tem a ver com a elaboração programático em construir um projeto popular para o Brasil sem uma base concreta de sustentação. O esforço do Movimento Consulta Popular em construir o projeto popular, como veremos mais adiante, passa a ser partilhado, concebido em parceria, em conjunto com outras forças políticas hoje reunidas num coletivo identificado como *Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil*²¹⁶. Este novo processo tem dado passos, mais significativos de análise e proposição de um projeto, além do que foi sistematizado, inicialmente, no livro *Opção Brasileira*, em 1997.

As elaborações deste novo processo estão presentes no caderno *O Brasil que Queremos*²¹⁷ e versa sobre vários problemas brasileiros, estando dividido por grandes eixos temáticos: soberania e relações internacionais, desenvolvimento, economia, valores, gênero e etnias, bioma (pantanal, pampas, Amazônia, cerrado, caatinga, mata atlântica), sistema político, reforma agrária e urbana, educação e cultura, trabalho e saúde.

A Assembléia Popular é por um lado um espaço de reagrupamento e articulação dos movimentos populares, por outro um modo de proceder, um método e uma pedagogia de consulta e de debate, através do qual o povo pode levantar os seus problemas e aspirações. Esse processo participativo tem como objetivo, através da promoção de lutas conjuntas,

²¹⁵ CARTILHA Nº 17. Op.cit., 2006, p. 23.

²¹⁶ A Assembléia popular – Mutirão por um novo Brasil faz parte de um processo que vem de campanhas e plebiscitos, semanas sociais da CNBB, da Campanha Jubileu Sul, do Grito dos Excluídos e de diversos outros processos. Realizou sua 1ª assembléia em Brasília em 2005 com mais de oito mil pessoas de onde sistematizou uma proposta para o projeto para o Brasil reunida num caderno intitulado “O Brasil que Queremos”. Reuniu representantes de todos os estados do Brasil e de mais de 200 movimentos e organizações sociais e populares do Brasil e do exterior. Nasce da busca uma forma de democracia que organize a vida social, política, economia e ambiental em outro patamar e com ampla participação popular. Fonte: <http://www.assembleiapopular.com.br>. Consultado no dia 27 de março de 2009.

²¹⁷ ASSEMBLÉIA POPULAR. Op.cit., 2006.

de um amplo processo de debate, de formação e informação, desembocar na construção (desde a base até o plano nacional) de um Projeto Popular para o Brasil, que dê conta de transformar profundamente as estruturas de nossa sociedade.²¹⁸

Parece-nos uma atualização em outros termos do conteúdo do livro *Opção Brasileira*, sem dúvida. Uma importante ressalva, a *Assembléia Popular* não é uma organização ligada ou integrante do MCP, mas, ao contrário, o MCP faz parte da *Assembléia Popular*.

A proposta contida no projeto '*O Brasil que Queremos*' responde com mais propriedade e atualiza o debate sobre o projeto, já que é um documento produzido mais recentemente, em 2005. O conteúdo do projeto '*O Brasil que Queremos*' não explicita tão claramente, quanto os documentos do movimento, temáticas como: socialismo, revolução, democracia socialistas, ruptura do Estado burguês, mas nem por isso o MCP deixa de estabelecer tal parceria política²¹⁹.

O MCP acredita que, para a efetivação deste projeto popular e a tomada do poder, faz-se necessário um *instrumento* político, que não necessariamente deva ser um partido, podendo ser outro tipo de ferramenta:

a) O instrumento político é uma forma coletiva de aglutinar forças sociais e idéias, rumo a um projeto estratégico; b) Essa forma organizativa de quadros, [...] sua função é articular os lutadores do povo [...] O objetivo é a transformação, o instrumento é meio organizativo, articulado; c) Precisamos organizar um instrumento político que não se prenda a luta institucional (para a luta institucional os atuais partidos correspondem). Sua função principal é organizar o povo para fazer as lutas sociais, para resolver os problemas imediatos e construir um projeto alternativo de longo prazo.²²⁰

²¹⁸ CARTILHA Nº 17. Op.cit., 2006, p. 7.

²¹⁹ CARTILHA Nº 20. *Resoluções sobre a tática, 2ª Plenária nacional*. São Paulo: Expressão popular. 2009, p. 47.

²²⁰ GEBRIM, Ricardo. *A questão política do Brasil para aprofundar*. Goiânia. 2005, p. 15.

Para melhor compreendermos o significado que se dá a *instrumento político* ou *organização política de novo tipo*, temos o dever de interrogar sobre a ideia de partido político, mesmo que este seja um debate recente no processo organizativo do MCP. O Movimento Consulta Popular é ou poderá tornar-se um partido?

Para o ativista Ricardo Gebrim²²¹, o MCP não é um partido na forma como as gerações formadas nos últimos 25 anos compreendem e no que se tornaram os partidos políticos, tradicionalmente na democracia liberal. A forma atual dos partidos nos mostra que “são apenas as organizações que apresentam candidatos e disputam eleitoralmente os cargos parlamentares e legislativos”²²². Os partidos não são mais vistos com potencial formativo, organizativo das massas e nem mesmo contribuem na mediação dos conflitos, tornaram-se parte da máquina e do ‘mercado eleitoral’.

Na concepção dos liberais democráticos, os partidos deveriam representar o povo, atuar no controle social e agindo como um canal de mediação entre os candidatos ao Legislativo, Executivo e o povo. Os partidos foram se transformando em representantes dos interesses dos dominantes e instrumentos de sustentação da democracia liberal e, tradicionalmente, disputando a administração do Estado e contribuindo na alternância dos governos, sem disputar o poder de Estado.

O partido, aos poucos, foi ganhando forma não apenas no sentido de estruturação orgânica na sociedade, tendo a palavra o significado de ‘associação’ da parte, com programa, princípios e métodos de ação, tendo em vista a tomada do poder e a administração do Estado. [...] o partido passou a representar ‘parte do todo’. Ou seja, uma organização ligada à sociedade e, conseqüentemente, ao chegar ao governo, ligada ao Estado.²²³

Ademar Bogo ativista e intelectual do Movimento Consulta Popular, corrobora na crítica aos partidos políticos, pois com algumas exceções, foram ou transformaram-se em instrumentos ou agências da representação da democracia liberal não mais servindo aos interesses do povo e para a revolução.

²²¹ Advogado, ativistas e membro da direção nacional do MCP.

²²² GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p. 238.

²²³ BOGO, Ademar. *Teoria da Organização Política*. Volume I. São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 12.

Os partidos são canais de expressão. São um instrumento ou uma agência, de representação do povo, expressando suas reivindicações [...] Os partidos tronaram-se os meios de expressão juntamente com o processo da democratização da política.²²⁴

Os partidos passaram a servir aos interesses dominantes e possuidores do poder de Estado e, ainda, contribuem na administração da máquina burocrática do governo.²²⁵

Para o MCP, a definição de partido deve ser na linha marxista-leninista de novo tipo, como uma forma superior de organização e representa a união do socialismo com o movimento operário e das massas na organização política.

É perceptível na teoria política, em todos os clássicos do materialismo histórico e dialético, a importância da organização de classe e a natureza revolucionária do partido político. ‘Sem um partido que saiba conduzir a classe operária e o povo, através de todas as fases da luta de classes, de todos os conflitos e combates econômicos, políticos, ideológicos, à conquista do poder, jamais haverá uma revolução socialista’.²²⁶

Por outro lado, afirma Ricardo Gebrim, cada período histórico e cada realidade de diferentes países determinarão qual será o instrumento mais eficaz para a luta da classe trabalhadora. A utilização do termo *partido* para identificação de uma agremiação política depende da cultura política de cada país, sendo que:

o termo ‘partido’ está identificado com um formato determinado pelo último ciclo da esquerda brasileira. Da mesma forma que o termo ‘movimento’, atualmente expressa melhor a capacidade de luta e de enfrentamento na luta de classes, o termo ‘partido’ é identificado com um instrumento de luta eleitoral.²²⁷

²²⁴ BOGO, Ademar. Op.cit., 2005, p. 15.

²²⁵ IBID., p. 15.

²²⁶ IBID., p.15-6.

²²⁷ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p. 239.

Portanto, o que é importante, segundo os ativistas do MCP, é compreender o conceito de organização não como algo estático, nem dogmático, pois não existe segundo a teoria marxista-leninista nenhuma organização em abstrato ou com um formato definitivo. A organização deve estar a serviço de uma determinada linha política. E, qualquer mudança na qualidade do movimento revolucionário determinará mudanças na qualidade da organização revolucionária²²⁸.

Por estes argumentos, o termo ‘partido’ perde a centralidade para o movimento e o que passa a ter centralidade é o ‘movimento revolucionário’ com participação política dos trabalhadores na definição de um projeto, com tarefas e conteúdo organizativo do povo em luta.

Quanto ao

formato de cada organização é determinado pelas condições apontadas na luta de classe. A organização é uma ferramenta e não existem ferramentas universais senão aquelas que são mais adequadas à tarefa que se pretende realizar.²²⁹

Atualmente, a forma que melhor expressa esta capacidade de luta de classe, de participação política dos trabalhadores, de enfrentamento na luta contra-hegemônica é o termo movimento²³⁰. O movimento, como instrumento político, não pode alimentar a burocracia ou ainda alimentar as estruturas de poder, mas deverá ser uma ferramenta política na construção da ‘democracia socialista’ como prática cotidiana para alavancar a luta revolucionária brasileira.

Neste contexto organizativo e de definição da própria identidade do Movimento Consulta Popular, identificamos a clareza ideológica e política de que o movimento não pode ser um fim, mas deve colocar-se como meio de chegar ao objetivo central, à ruptura do Estado burguês e à construção da revolução brasileira. Caso, o movimento deixe de ter essa função, perderá o sentido político revolucionário.

²²⁸ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p. 239.

²²⁹ IBID.

²³⁰ IBID.

Como citado brevemente, nestes últimos anos a esquerda passou por diversas fases ou ciclos. O Movimento Consulta Popular, acredita que vive-se hoje na turbulência do fim de um ciclo da esquerda e em uma crise do sistema democrático representativo. Com o esgotamento de um ciclo, faz-se necessário criar instrumentos que possam responder aos desafios da atualidade e contribuir para a organização do povo num novo ciclo. Para tal tarefa, o movimento social em estudo se coloca a serviço da luta revolucionária neste novo momento da política brasileira.

O esgotamento de um ciclo e o novo ciclo

O Brasil passa por diversas crises e corrosões, dentre elas: a crise da esquerda, crise da prática organizativa e militante, crise político eleitoral – eleições a cada dois anos e, propriamente, uma crise do modelo ‘ideal’ de democracia liberal como a conhecemos. Uma crise pautada pelo modelo de desenvolvimento e civilizatório alimentado pelas políticas neoliberais econômico-financeiras, uma crise de valores e de prática.

A opção do movimento de demarcar os processos históricos do Brasil em ciclos ou períodos tem por objetivo diminuir os riscos de cair em temporalidades cronológicas. A divisão em ciclos fornece vantagens no método pedagógico possibilitando, demonstrações sem a exigência de determinar uma temporalidade, já que é difícil determinar com exatidão quando termina um ciclo e inicia-se o seguinte.

Historicamente, a esquerda no Brasil viveu dois grandes ciclos. O mais antigo e prolongado teve seu eixo propulsor com o Partido Comunista Brasileiro. O segundo, mais recente e mais curto na avaliação do próprio movimento, iniciou-se com o surgimento do Partido dos Trabalhadores - PT²³¹.

²³¹ O Partido dos Trabalhadores – PT, que foi fundado pelos trabalhadores na década de 80 e vem sofrendo uma forte inclinação programática para a política social-democrata, se distanciando da construção histórica feita em conjunto com a classe trabalhadora e como forma de oposição ao período duro da política brasileira, pós-ditadura militar. Desempenhou importante papel no processo de redemocratização e na elaboração e defesa dos direitos constitucionais. GEBRIM, Ricardo. *Paper sobre o Instrumento Político*. São Paulo, 2005.

No segundo ciclo, a esquerda brasileira, foi marcada por três características, segundo o MCP. A primeira característica refere-se à interpretação dos problemas vividos pelo povo, que serve de base para a formulação de um programa para as mudanças; a segunda é a percepção da luta estratégica que conduz com êxito a correlação de força entre as classes e inaugura um novo período de luta; e a terceira característica, uma organização que se apresenta com legitimidade aos olhos do povo, como instituição mais autorizada para propor, defender, aperfeiçoar e com condições para conduzir a luta estratégica. A instituição propulsora destas três características e deste último ciclo, nestes últimos 25 anos, segundo o MCP, foi o Partido dos Trabalhadores, instituição que “enquanto ferramenta transformadora [...] está chegando ao fim”²³².

O momento atual está posto como um tempo de transição, ou seja, “quando o velho ainda não morreu e o novo não nasceu”²³³ é um tempo de refundar à esquerda, para assim, refundar o Brasil, afirma o movimento social que ora estudamos. Os ativistas do MCP observam que o ‘ciclo do Partido dos Trabalhadores’ foi sem dúvida um dos mais prolongados e que proporcionou uma

organização de massas que se converteu no principal modelo de instrumento político nos últimos 25 anos, o PT influenciou decisivamente em todas as experiências de partidos institucionais surgidos após seu nascimento. Portanto, o debate sobre o processo que determinou o esgotamento do PT enquanto ferramenta transformadora é essencial para a estratégia revolucionária.²³⁴

O instrumento político ‘petista’ que se fortaleceu com o reascenso das massas que se produziu desde 1977 fica conhecido como um partido

desaguador de agrupamentos e militantes [...] pólo atrativo de todos que lutavam contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião,

²³² CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 19.

²³³ IBID.

²³⁴ IBID., p. 20.

por anistia, eleições diretas, etc. Um partido de massas, que se definia como anticapitalista, plural, com forte presença operária.²³⁵

Esse partido que se projetou como um novo paradigma da esquerda mundial, hoje faz parte do ‘espetáculo democrático’ e foi absorvido por concepções atrasadas, neoliberais e hegemônicas provocando o esgotamento do ‘ciclo petista’. Estas concepções sócio-político-transformadoras de organização anticapitalistas foram completamente abandonadas, especialmente quando o partido é atingido pela “onda neoliberal, incrementada pela nova correlação de força”²³⁶ que atingiu o mundo do trabalho provocando forte desarticulação sindical e do operariado.

Essa onda neoliberal acelerou os processos de privatização, desmantelamento e enfraquecimento dos Estados nacionais, enfraquecendo o principal mecanismo de sustentação do Partido dos Trabalhadores, os sindicatos. A opção petista, dentro desta nova conjuntura política, foi fortalecer e investir na luta eleitoral na tentativa de ampliar as bancadas no parlamento como possibilidade de provocar as transformações dentro da ordem.

Com a guinada que o Partido dos Trabalhadores realiza para o campo e para o jogo democrático eleitoral, passa conseqüentemente, a enfrentar as agruras provocadas pelas políticas hegemônicas neoliberais, ou seja, enfraquecimento da base de sustentação, principalmente dos trabalhadores (grande onda de desemprego). O partido passa a agregar ideais reformistas, ampliando a dependência com a máquina administrativa estatal (prefeituras, governos estaduais e o parlamento) e abandona a luta e a defesa dos trabalhadores e as transformações mais profundas de cunho antineoliberal e anticapitalista. Esse processo tem conseqüências na indefinição e descaracterização programática das resoluções do partido, com “definições amplas e ambíguas para contemplar a diversidade política ideológica em suas fileiras”²³⁷.

Para caracterizar o novo ciclo da esquerda e a ambigüidade ‘petista’ é possível verificar pelo surgimento de novas siglas partidárias, neste período. Alguns destes

²³⁵ CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 21.

²³⁶ IBID., p. 23-4.

²³⁷ IBID., p. 25.

instrumentos partidários²³⁸ procuram resgatar, em certa medida, as formas de participação política e programática da experiência inicial do PT sem ter como prioridade a luta eleitoral, e outros apostam em processos eleitorais (representação eleitoral e partidária) atuando dentro da máquina democrática.

Estes instrumentos partidários não chegaram a construir hegemonias novas e duradouras, nem alterações no *status quo* ou mesmo acumular força suficiente para a ampliação da participação política na luta de classe. Por outro lado, estes instrumentos partidários são necessários na correlação de força dentro do jogo democrático, mas com pouca eficiência programática e com poucas condições de agregar força popular. Pois, seu objetivo é participar do ‘mercado eleitoral’ que no atual modelo de democracia liberal serve para sustentação capitalista.

A democracia liberal, como vimos, prioriza a alternância de governos e a representação política eleitoral através do sufrágio universal, como ideal de democracia. Esta forma alimenta as crises do pensamento e de prática, pois enquanto as lideranças estiverem envolvidas a cada dois anos em processos eleitorais, poucas condições terão para formular um pensamento abrangente, que ao mesmo tempo seja generoso, crítico e radical.

Este modelo de democracia contribui e aprofunda a crise de prática, pois os militantes do partido passam a servir à burocracia partidária e eleitoral, atendendo às demandas do ‘mercado das campanhas eleitorais’ com precárias condições para o debate de idéias, programas, projetos e a organização das classes populares.

Existe, segundo o ativista Ricardo Gebrim, um descrédito por parte dos setores mais conscientes da população em processos centrados nas lutas eleitorais. E, afirma que essas

formas tradicionais de apreciar a política [...]. A visão centrada nas instituições e processos formais que foi o centro da tática nas últimas décadas, já não responde mais [...]. A banalização do discurso político e a frustração com a experiência do PT se colocam como imensas barreiras.²³⁹

²³⁸ CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 34-5.

²³⁹ GEBRIM, Ricardo. *Paper sobre o instrumento político*. São Paulo. 2005, p. 11.

De certo modo, é um ciclo político, centrado na esperança petista que ora se encerra no advento de um novo ciclo da política. O ativista, Ricardo Gebrim, alerta sobre a frustração e o esgotamento deste ciclo, o que faz-se mais urgente construir novas formas de luta, para responder aos atuais desafios de organização do povo e de um projeto popular, haja vista, que as “massas já esgotaram suas crenças na institucionalidade burguesa”²⁴⁰ e no projeto capitalista.

A aposta no ‘*instrumento petista como meio para a transformação*’²⁴¹ tinha como elemento central, pelo menos no seu início, a tomada do poder pela via institucional (dentro dos marcos da democracia liberal), apoiado na ampla participação popular e com a organização do povo em núcleos para as mudanças estruturais do Estado. Ao longo dos anos, os governos petistas foram se alterando, se adequando e se moldando à burocracia estatal, como já explicitado.

Para a Consulta Popular, o posicionamento dos dirigentes do PT “de defesa do capitalismo estiveram presentes desde a fundação do partido”²⁴², somente foi ganhando mais evidência com a chegada ao governo, assim como, o conteúdo programático com matizes mais brandos e reformistas.

O ‘ciclo petista’ que foi uma das maiores apostas da esquerda brasileira para a superação do capitalismo nestas duas últimas décadas, está chegando ao seu final, sem concretizar a aposta dos trabalhadores. Este ciclo contribuiu para a ampliação da participação popular, mas não concretizou a autonomia participativa para as transformações e rupturas com o capitalismo. Este fato elevou a descrença dos militantes nos instrumentos políticos com viés eleitorais, ainda que estes apresentem programas com recorte sócio-político e econômico transformador. Mas, o que se torna mais visível é a decepção e descrença com tal instrumento partidário.

²⁴⁰ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., p.11.

²⁴¹ O PT como partido eleitoral não deixará de existir no espectro da política institucional. Deixa de existir como *instrumento de transformação*, e “cada vez mais divorciado do país real” e identificado com os instrumentos partidários da política tradicional eleitoral. (GEBRIM, 2006, p. 240).

²⁴² CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 21.

Outro elemento que favoreceu a descrença se deve a chegada do PT ao governo federal, confirmando as

inclinações que estavam presentes há vários anos e que, para muitos, já eram determinantes na trajetória do PT – inclinação ao oportunismo, à burocratização, ao pragmatismo, à corrupção – tornam-se irreversíveis. A elas, soma-se a adesão doutrinária a um neoliberalismo radical.²⁴³

A herança deixada pelo esgotamento deste ciclo da esquerda, principalmente a partir do esgotamento do ciclo PT, traz aspectos negativos e positivos para luta e para a construção de um novo ciclo político. O Movimento Consulta Popular explicita alguns destes aspectos:

a) nova possibilidade de construção de um *instrumento político* de massa, e neste caso é possível tomar como exemplo o próprio PT, que, em pouco tempo, agregou milhares de lutadores em torno de uma meta síntese, mesmo que esta não tenha se concretizado, mas a experiência é válida. Este novo instrumento deve ter uma referência concreta na classe;

b) um aspecto negativo foi o refluxo das massas e das lutas populares, e, por conseguinte a burguesia e os dominantes não precisaram recuar em seu projeto de dominação. Para as massas, o governo atual comprovou o conteúdo programático já alterado visivelmente nestes últimos anos, posto que, desde o seu nascedouro havia evidências de posicionamentos pró-capitalista. O que nos leva para o terceiro aspecto deste novo ciclo;

c) o conteúdo programático socialista de uma organização ou de um *instrumento político* não pode ser uma mera afirmação de objetivos e resoluções. Deverá afirmar-se no questionamento contundente das estruturas do sistema capitalista. Um exemplo curioso que ilustra é o custo político para “o atual PT livrar-se de resoluções contra a dívida externa e manter a palavra ‘socialismo’ em seu programa”²⁴⁴;

²⁴³ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p. 240.

²⁴⁴ CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 32.

d) o quarto aspecto aponta, fundamentalmente, para a esquerda social a possibilidade de construir um *instrumento político* não centrado na luta eleitoral. Um *instrumento político* que organize a luta e a discussão estratégica de um projeto para o Brasil e que tenha na sua base a superação do capitalismo e as suas estruturas de dominação, exploração e a ruptura com o poder de Estado burguês. O esgotamento do ciclo petista pode contribuir para a construção de algo novo.

A trajetória política no Brasil, nestes últimos anos, não alterou as relações de poder de Estado, ao contrário, favoreceu para que o capitalismo aprofundasse as desigualdades e a exploração dos trabalhadores. A organização da política na atual forma democrática, não proporcionou a reorganização socioeconômica com distribuição de renda, da propriedade privada e dos meios de produção. A democracia liberal, no caso brasileiro, não passa de um governo administrando os negócios das classes dominantes e do Estado burguês.

Esta forma de fazer política centrada em processos da democracia liberal pode agravar ainda mais as crises – dos governos, da própria democracia, dos valores, dos mecanismos de controle (partidos, conselhos,...), e agravar a crise de pensamento e de programa para a esquerda. Estas crises podem contribuir para a deformação sistemática do indivíduo como sujeito participativo, coletivo, como sujeito ativo, aumentando a apatia, a desesperança e a descrença com a coisa pública²⁴⁵.

O esgotamento de um ciclo e a possibilidade de construir um novo ciclo político à esquerda, é parte do desafio apontado pelo Movimento Consulta Popular a todos os movimentos sociais e atores políticos que se colocam em *marcha* juntamente com a classe trabalhadora. Neste novo ciclo a esquerda, necessariamente, deverá priorizar o ascenso das massas, a elevação da organização e da consciência na luta de classe.

Este novo ciclo, onde o “velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu, é tempo de muita incerteza”²⁴⁶ havendo apenas uma certeza para o MCP, o enfrentamento da pulverização da democracia representativa, da esquerda, das iniciativas políticas e populares da esquerda. Deve-se a tal situação, o fato de que cada agrupamento, setor, categoria procurará dar respostas, formular ‘certezas’ para responder aos desafios complexos da rearticulação da esquerda.

²⁴⁵ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p. 240-241.

²⁴⁶ CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 33.

O MCP considera que este novo ciclo não deve ser dedicado a construção de uma nova sigla partidária ou ‘juntar’ os indivíduos em uma sigla já existente. O novo ciclo deve servir ao objetivo de organizar o povo para a tomada do poder, para fazer as rupturas necessárias nas estruturas capitalistas e da democracia liberal. Para isso, será necessário vencer a pulverização da democracia, da participação política, as corrosões provocadas pelo capitalismo, vencer a atomização dos indivíduos e de modo especial lograr ‘juntar’ os indivíduos, setores e categorias na construção de um projeto popular para o Brasil²⁴⁷.

A pulverização da democracia representativa

O impulso modernizador internacional destas últimas décadas trazido pelas classes dominantes brasileiras é inegável, porém os interesses da burguesia interna e externa fazem da dominação do povo uma estabilidade tanto econômica quanto política. Para manter este *status* a burguesia utiliza-se de métodos ditos democráticos para manter a dominação.

A forma adotada mantinha o crescimento econômico pretendido pela classe dominante, que corroborava a partir da autocracia, do clientelismo e do fisiologismo, impedindo a difusão de procedimentos alternativos. Isso facilita a gerência do Estado a partir das necessidades dos dominantes²⁴⁸.

O Movimento Consulta Popular, afirma que

[...] o Estado burguês é um instrumento de dominação de classe. A gerência do Estado é uma necessidade da propriedade privada dos meios de produção e do capital que precisam do controle da estrutura do Estado para se desenvolverem com segurança. [...] Portanto, os legisladores burgueses não permitem a disputa democrática do aparato do Estado e somente da pequena parcela do poder é submetida a mecanismos eleitorais.²⁴⁹

²⁴⁷ GEBRIM, Ricardo. Op.cit., 2006, p.242.

²⁴⁸ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 31-32.

²⁴⁹ IBID.

“O Estado segue sendo o lugar de organização estratégica da classe dominante”²⁵⁰, do gerenciamento dos limites pré-estabelecidos e autorizados pela propriedade privada e, neste período pela democracia liberal. Portanto, a autorização para a participação se dá através dos instrumentos pré-determinados, como o sufrágio universal, conselhos, partidos e sempre dentro da ‘ordem’, das regras e da lógica do ideal democrático liberal.

O método da democracia liberal, para o MCP, mesmo que esvaziado e pulverizado do seu sentido político, ainda “é um meio de fazer política. Ainda que as parcelas de poder submetidas ao voto sejam cada vez menores e esvaziadas, elas ainda representam controle de poder político”²⁵¹ e não devem ser descartadas completamente neste momento.

Com o crescimento e o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora potencializado na emergência de uma oposição desde baixo (dos espoliados que passam a organizar-se como atores coletivos e em luta), a estabilidade e as regras do jogo dentro do método democrático liberal passam a ser questionados. As lutas se colocam com dois objetivos específicos: i) um mais a curto e médio prazo, obter conquistas mais imediatas, como melhores condições de trabalho, salário, condições dignas para viver e trabalhar; e ii) mais profundo e em longo prazo, a superação do modelo capitalista.

A emergência das massas foi controlada com a democracia representativa como forma ideal, para que o povo não conquistasse espaço político e poder. Por isso, não se pode argumentar que a burguesia é débil em seu projeto de dominação. Quando se inicia a luta em torno de alguma demanda de interesse do povo, logo, os dominantes no poder se articulam para fazer as reformas necessárias e, assim, diminuir a intensidade do movimento. Tudo em nome da democracia e da ordem.

O controle estabelecido pela burguesia sobre os instrumentos democráticos (partidos, sindicatos, conselhos,...) tem como centro a manutenção do poder e do *status quo* construído a partir da contribuição capitalista e mantendo o controle sobre as políticas, sociais, econômicas e, principalmente, de repressão sobre as lutas das classes populares.

Sob a forma de dominação das democracias formais, as classes dominantes apostam em um Estado que exerça papel de cooptação, marginalização,

²⁵⁰ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 45.

²⁵¹ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 31-32.

atomização, contenção e fracionamento dos processos de organização da luta popular, reservando a criminalização e a repressão aos setores que aceitam as condições de luta política que impõe.²⁵²

Pode-se até pensar que a burguesia escolheu este caminho por ser o único viável ou por estreiteza de visão, mas ao contrário, o projeto da burguesia era o desenvolvimento e a expansão e o capitalismo abriu esta possibilidade. A burguesia brasileira fez esta escolha com resquícios do colonialismo e do neocolonialismo de uma sociedade escravocrata e oligárquica. Estas características fazem parte do desenho e da formação do pensamento brasileiro.

As sucessivas crises do Estado e dos governos não se resolveram com a evolução do capitalismo e com a democracia liberal, visto que a decisão não cabe à democracia representativa, nem a cidadania e nem mesmo cabe à participação política, cabe, sim à esfera do poder econômico da classe dominante.

Com a formação e expansão do Estado burguês a forma de dominação se instrumentalizou com a polarização do poder político restritivo e concentrador de riquezas. E, como consequência favoreceu a pulverização da democracia e a baixa participação política. Somado a isso, a crise da esquerda brasileira provoca um grande desserviço a toda classe trabalhadora que passa a concentrar toda a sua luta em processos eleitorais que indiretamente e singularmente estimula e impulsiona o projeto de acumulação capitalista neoliberal²⁵³. A imposição de uma agenda neoliberal demarca os limites da alternância de governos, preservando o poder de Estado aos dominantes.

O Movimento Consulta Popular, afirma que “a dominação por meio das democracias representativas formais somente permite a alternância ‘democrática’ entre líderes e partidos que se submetem as regras do projeto neoliberal”²⁵⁴. A democracia representativa converteu-se em uma forma eficaz de dominação, impossibilitando que “as massas populares desenvolvam qualquer projeto alternativo que enfrente questões estruturais”²⁵⁵.

²⁵² CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 45.

²⁵³ IBID.

²⁵⁴ IBID.

²⁵⁵ IBID., p. 46.

A essência e a eficácia das democracias formais ou representativas tornaram-se ferramenta permanente de dominação alicerçada na ilusão e inculcada pelo Estado capitalista de que todos são cidadãos. A “crença na igualdade democrática de todos os cidadãos, de que todos são iguais perante a lei e que o Estado democrático de direito preserva os direitos de todos de maneira igualitária”²⁵⁶ é mais uma maneira de produzir consensos ilusórios.

Neste cenário, o movimento destaca duas experiências eleitorais que realizaram reformas antineoliberais e ações de enfrentamento às classes dominantes: Venezuela e Bolívia. A forma como tais governos chegam ao poder ocorre através de processos eleitorais tradicionais, mas estes governos passam a representar projetos populares que se “fortaleceram gradativamente ao longo dos anos [...]. Romperam com a banalização, figurando como exemplos pedagógicos”²⁵⁷, tanto pela ação como pelo discurso.

Em ambos os casos, Bolívia e Venezuela, utilizaram-se de instrumentos democráticos, como os plebiscitos, referendos e consultas populares para tomar as grandes decisões consultando todo o povo. Podemos ter ressalvas quanto a ambos os processos, mas merecem destaque pelo rompimento com a lógica da democracia representativa eleitoral, como o próprio MCP observa. A instabilidade ocorre devido à perda de poder por parte dos dominantes, mas por parte do povo, houve grande apoio às mudanças.

É viável “na prática, explicitar o outro mundo necessariamente possível, a partir da ação planejada de governos”²⁵⁸, que tem clareza de projeto em favor da classe trabalhadora e permite a participação política de todo o povo em decisões fundamentais para o Estado.

Comprovadamente, para o MCP, tais transformações em governos democráticos geram instabilidade para os interesses e altera os privilégios da classe dominante. Esta passa a se rebelar e criminalizar as ações do governo e das lutas das classes populares.

²⁵⁶ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 46-7.

²⁵⁷ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 33.

²⁵⁸ TRASPADINI, Rosangela Sperandio. Op.cit., 2009, p. 2.

Construção programática para o novo ciclo

A construção programática para este novo ciclo baseia-se em uma ação coletiva de construção do pensamento. Nestes últimos anos do MCP (1997 a 2009), houve uma intensa produção de documentos (cadernos e cartilhas), retratando todo o caminho percorrido com a contribuição de intelectuais clássicos, contemporâneos e dos ‘lutadores e lutadoras do povo’²⁵⁹.

Os eixos que compõem o programa de trabalho na compreensão do MCP para este novo ciclo político deve seguir: i) uma rígida elaboração teórica e formação política; ii) centrar em lutas e ações de massa, com capacidade de articular as forças sociais na luta de classe favorecendo a ampliação e autonomia participativa; iii) uma estrutura organizativa que priorize a organização e a busca de soluções para os problemas do povo; e iv) prezar pela unidade na luta, pelos valores e princípios revolucionários. Seguindo esta linha o MCP sugere cinco compromissos fundamentais programáticos, que são:

1. a defesa da **soberania nacional** por representar a determinação e a recuperação do Brasil para um grau suficiente de autonomia decisória;
2. compromisso com a **solidariedade** e a edificação de uma nação de ‘cidadãos’ com novas bases, “eliminando a exclusão social e as chocantes desigualdades na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura”²⁶⁰;
3. compromisso com o **desenvolvimento**, que se expressa no firme propósito de pôr fim à tirania do capital financeiro, à condição de país periférico e à imposição de medidas internas e externas que frustrem o capital;
4. **sustentabilidade** e o estabelecimento de um **pacto com as gerações futuras**, e, por isso, a necessidade de buscar um novo estilo de desenvolvimento, sem que este seja cópia de modelos socialmente injustos;

²⁵⁹ Lutadores e lutadoras do povo, assim são denominados os indivíduos, militantes, participantes do MCP. O pensamento é inspirado em clássicos – Rosa Luxemburgo, Lênin, Apolônio de Carvalho, Florestan Fernandes, Josué de Castro, dentre outros.

²⁶⁰ BENJAMIN, Cesar; et. al. (orgs.). *Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 150. (grifo nosso)

5. compromisso com a **democracia ampliada**, apontando para a ‘refundação’ do sistema político brasileiro com novas bases, amplamente participativas e plurais. Democracia “é método e meta, forma e conteúdo, processo e projeto”²⁶¹.

O MCP, em assembléias realizadas em 2005 e 2007, atualizou e reafirmou os compromissos de 1997 da *Conferência de Itaiaci*, com destaque sobre a necessidade de rearticular a esquerda no Brasil que se encontra fraturada e enfraquecida. Tarefa que deve ser cumprida neste novo ciclo político favorecendo a unidade das forças sociais e pautando a construção de um projeto popular.

Dentre os compromissos reafirmados, um deles se refere ao fortalecimento do poder contra-hegemônico, favorecendo que a sociedade e as estruturas do Estado funcionem de forma subordinada aos interesses da classe trabalhadora e não de grupos ou corporações econômicas, redemocratizando verdadeiramente todas as estruturas do Estado.

A obra de desconstrução da Nação está exposta, sem véus, aos olhos de todos. Todos percebem que o Brasil não conta com um governo que [...] represente os interesses do país no sistema internacional. O governo tornou-se um agente promotor da crise e da desigualdade, na medida em que escolheu representar, dentro do Brasil, os interesses dos países e grupos econômicos dominantes no sistema internacional.²⁶²

Esse quadro só será revertido com a ação, com a participação política dos trabalhadores organizados e fortalecidos pela identidade de classe dentro de um programa estratégico e articulado com um conjunto de ações políticas unitárias pensadas para alcançar à revolução brasileira. Para alcançar a revolução brasileira, o Movimento Consulta Popular, propõe outros dois compromissos que devem ser assumidos pelos ativistas como princípios e jamais de modo isolado: a *organização política* articulada com o *conhecimento da realidade*.

O movimento considera fundamental que a organização se dê na luta, ou seja, a organização seja uma decorrência das mobilizações ou da própria necessidade das classes. A

²⁶¹ BENJAMIN, Cesar. Op.cit., 1998, p. 151. (grifo nosso)

²⁶² CARTILHA Nº 6. *Carta da Assembléia dos Lutadores do Povo*. São Paulo: Expressão popular, 1999, p. 8.

“organização seja forja a partir da construção consciente dos indivíduos e de sua percepção como um coletivo amalgamado pelas mesmas idéias”²⁶³, daí deriva a necessidade de conhecer a realidade para desenvolver lutas sociais e políticas. A combinação entre teoria-prática e teoria da prática faz parte da luta social.

Democracia, contrapoder e projeto popular

*Na sombra de nossa rebeldia, descansarão as futuras gerações e o poder nos dará condições de entregar-lhes esta pátria livre, independente, democrática e solidária.*²⁶⁴

O Estado é a principal forma de organização política da classe dominante. Por isso, o centro estratégico, a conquista revolucionária do poder de Estado, segundo o MCP. E deve ser o objetivo primeiro numa luta em longo prazo e dentro de um projeto elaborado pelas forças populares.

Maximizar as crises do sistema capitalista deve fazer parte da construção do contrapoder. O modelo de desenvolvimento e o sistema capitalista constantemente entram em crise e, segundo o Movimento Consulta Popular, essas crises não são restritivas, somente, ao modelo econômico. Ao longo de décadas é possível verificar a fragilidade das democracias, como já mencionado em outro momento desta pesquisa.

As democracias liberais adotam o Estado como o centro organizador do poder e da sociedade, sendo que a especialidade dos dominantes é manter o poder concentrado²⁶⁵. Por isso, um primeiro passo na conquista do Estado e do poder popular é criar instabilidade no poder central favorecendo que os trabalhadores controlem os meios de produção. Neste sentido as crises podem favorecer esse processo de apropriação pelos trabalhadores.

²⁶³ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 72-73.

²⁶⁴ CARTILHA Nº 16. Op.cit., 2005, p. 12

²⁶⁵ IBID., 2007, p. 45.

A essência e a eficácia da democracia representativa estão na dominação que se alicerça no senso comum de que todos são iguais e esta ideia é, permanentemente, alimentada pelo Estado capitalista, via meios de comunicação de massa. Os meios de comunicação contribuem para a assimilação do senso comum que é transmitido pela crença de que todos são cidadãos democraticamente iguais – política, econômica, cultural, social e juridicamente – e com os mesmos direitos. E, ao mesmo tempo, estes meios de comunicação preconizam que o Estado democrático preserva estes direitos de maneira igual a todos sem distinção de classe.

O Movimento Consulta Popular procura acumular forças ou contribuir para a compreensão de que a superação destes limites da democracia representativa formal se faz necessário, pois os cidadãos não são iguais, justamente, porque a sociedade está organizada dentro de um sistema capitalista. Ao acumular força política o movimento acredita no desenvolvimento de uma ação para preservar as conquistas e direitos, as liberdades participativas, ao mesmo tempo, busca a radicalização e expansão do poder popular através dos mecanismos de democracia direta para superar os problemas imediatos do povo. Em longo prazo obter força suficiente para a superação do capitalismo, mas desde logo ir vivendo internamente uma prática de ‘democracia socialista’.

No campo político democrático, faz-se necessário reconhecer as debilidades da esquerda partidária que coloca como um fim o modelo de democracia representativa ‘eleitoral’ e não como um meio. Como vimos em capítulos anteriores, o ‘mercado eleitoral’ dificulta a construção de programas com recorte de classe, ideológicos. Portanto, a grande maioria dos partidos de esquerda já não corresponde, como método de organização dos interesses dos trabalhadores, e estão aprisionados no modelo democrático liberal.

Medidas fundamentais são necessárias para alterar o sistema político e retirar das mãos da classe dominante o poder de comando do Estado. Retirar o comando da classe dominante sobre áreas estratégicas e que fazem com que a sociedade funcione subordinadamente aos interesses daquela classe é, sem dúvida, um procedimento tático para a luta dos trabalhadores, afirma o MCP.

Democratizar é o centro. Democratizar o sistema político, a comunicação, a terra, o solo urbano, o capital, a riqueza e a cultura. Mas, para que isso tudo ocorra e tenha eficácia,

a formação política deve ser uma prioridade, pois assim, haverá “unidade entre a teoria e a prática, entre ação nas lutas sociais, políticas e o estudo”.²⁶⁶

O prolongamento da crise da democracia brasileira está relacionado com o prolongamento do poder da classe dominante sobre os instrumentos políticos e sobre o Estado. Para superar esta situação faz-se necessário fortalecer as bases do poder popular que se constrói na própria luta dos trabalhadores e no enfrentamento com os dominantes. O poder é elaborado, organizado na própria localização das forças sociais a disposição para o processo revolucionário.

A luta pelo poder é elaboração, organização e situação das forças que estão á disposição do movimento revolucionário. Para tanto se supõe a necessidade da definição estratégica e da formulação tática [...] o poder é domínio e consciência. [...] Construir o poder significa criar consciência e avançar sobre o domínio.²⁶⁷

Para o MCP, não há contradições entre a luta pela tomada do aparelho de Estado e a construção do poder popular. O poder popular é luta, é consciência da ação e transformação do poder. A classe dominante possui ambas: poder e consciência. O poder dos dominantes vem ora com as ideias, ora com a força através do aparato do Estado (leis, ou mesmo com a força coercitiva). Portanto, construir o poder popular significa criar consciência de classe, de lutadores nas massas e avançar na tomada e destruição do poder de Estado e do capitalismo. O poder popular ocorre na conquista do aparelho de Estado e no controle dos meios de produção pelos trabalhadores alterando o modelo capitalista e suas estruturas.

Nessa tarefa de construção do poder popular, a política de alianças, a unidade de toda a classe trabalhadora e das forças sociais é fundamental. O Movimento Consulta Popular, procura trabalhar em diversas frentes para responder a estas tarefas identificando os interesses classistas com horizonte estratégico para constituir as forças populares e o contrapoder. Neste horizonte, a construção de uma alternativa política programática é indispensável, isto é, construir um projeto alternativo com a participação de todos os setores

²⁶⁶ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p.77-8.

²⁶⁷ IBID., p.73.

e movimentos sociais unificados em torno do objetivo comum, a alteração do sistema capitalista a partir de um projeto popular socialista.

A construção de um projeto popular para o Brasil como um contrapoder²⁶⁸ tornou-se um dos temas centrais do movimento e ocupa grande parte dos debates promovidos pelos ativistas desde a sua origem. O projeto, segundo o MCP, deve estar umbilicalmente ligado com às lutas populares, com à participação de todo o povo, com às demandas e interesses destes. Diferentemente da burguesia brasileira que se mantém atada umbilicalmente com a burguesia internacional e “não tem um projeto próprio”²⁶⁹. À classe dominante, apenas reproduz aqui o projeto hegemônico do capital.

O projeto popular

O MCP define projeto popular como:

a força social organizada do povo brasileiro lutando para executar seu programa político [...] um programa revolucionário que contempla tarefas nacional, democráticas e populares que não foram historicamente cumpridas pela burguesia e somente poderão ser implementadas pelo proletariado que explicita, na tática e na estratégia, seu papel anticapitalista, anti-imperialista, anti-neoliberal e de horizonte socialista.²⁷⁰

O projeto popular possui tarefas nacionais e internacionais e visa um programa na defesa das causas feminista, indigenista, quilombola, em defesa da reforma agrária e urbana, da democracia da informação, da cultura, da educação. Deve ter posicionamento contrário a todas as formas de violência, opressão e desigualdade, defende o MCP.

A experiência da *Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil* para os ativistas da Consulta Popular tornou-se uma referência ímpar na construção do contrapoder e como

²⁶⁸ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 39.

²⁶⁹ IBID.

²⁷⁰ IBID., p. 39; 48-9.

espaço de organização programática para o projeto popular²⁷¹. Esta experiência pauta a construção do projeto popular alternativo para o Brasil em todos os sentidos, campos, setores da sociedade, das reivindicações sociais, políticas, econômicas, cultural, internacional e pela soberania.

Nos últimos anos, a experiência mais rica de construção de uma pauta de reivindicações sociais, econômicas e políticas se deu através da Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil, consolidadas no programa *O Brasil que Queremos*. Milhares de lutadores do povo, através de um intenso trabalho de base, discutiram democraticamente um programa amplo que enfrenta os principais problemas estruturais de nosso país.²⁷²

O projeto popular para o Brasil deverá contemplar a participação das bases populares, de todos os trabalhadores, deve, na visão do MCP, contemplar a horizontalidade o amplo campo de ação dos mais diferentes setores, categorias, e, definitivamente, participativo. Concretamente atuar para proporcionar a ampliação dos espaços de participação popular (movimentos sociais), na elevação da consciência e identidade de classe na construção do projeto e do poder popular, como contrapoder.

Todos estes elementos dispostos aqui devem ser parte integrante do projeto popular com o objetivo de dar concretude à ‘democracia socialista’ como prática para a revolução brasileira.

O Movimento Consulta Popular compreende ‘democracia socialista’, como:

momento da tomada e construção do poder, quando os trabalhadores, classe em ascensão, assumem de fato a direção do Estado, tomam para si o controle sobre os meios de produção e o capital e exercem influência e coordenação sobre a sociedade. É o momento que se impõe à contra-revolução [...] exercício pleno do poder dos trabalhadores.²⁷³

²⁷¹ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 47.

²⁷² IBID., p. 50. (grifos originais)

²⁷³ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 77.

A democracia socialista para ser posta em prática deverá garantir verdadeiramente, direitos e deveres iguais a todos com estruturas justas, solidárias, soberanas, sustentáveis, populares e que garantam o desenvolvimento pleno a todos os indivíduos²⁷⁴. E a ‘democracia socialista’, segundo o MCP, já pode ser vivenciado na prática de liderança, dos dirigentes e dos movimentos. Alguns exemplos:

- i) Construir as decisões coletivamente, envolvendo o máximo de militantes, quadros, indivíduos, lideranças, lutadores;
- ii) Debater as ideias programáticas expondo todas as diferenças, divergências sem anular ou impedir que as mesmas sejam expostas;
- iii) Avançar política-ideologicamente na confrontação das ideias, na formulação de propostas e na busca por respostas;
- iv) Possibilitar que através das decisões o consenso seja alcançado sem a exclusão de pessoas ou ideais, sem que este seja, ilusório ou falso;
- v) Favorecer para que todos os quadros dirigentes e líderes escolhidos sejam através dos critérios de merecimento, confiança e capacidade desde a base até as instâncias nacionais com uma prestação de contas das tarefas e com o controle de todos; e
- vi) Definir as tarefas e as ações coletivamente e, essencialmente, de modo unitário.

Por fim, o projeto e o poder popular devem prezar para que todo o povo participe politicamente, exercendo seu poder e esteja no comando do aparelho de Estado. Para isso a necessidade de desenvolver instrumentos e mecanismos que favoreçam tal participação. Para o Movimento Consulta Popular, o projeto alternativo deve considerar que toda a ação política necessariamente estará a serviço dos interesses do povo impulsionando, encorajando e colaborando na construção do contrapoder com autonomia participativa, a fim de superar a ordem social e piramidal imposta pelo capitalismo.

²⁷⁴ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 71-8.

A participação popular na construção democrática

A Consulta Popular defende que, para a superação do modelo democrático burguês e o próprio capitalismo, faz-se necessário elevar a consciência, a organização na construção do projeto e do contrapoder popular, ou seja, com participação política ativa. O princípio fundamental do acúmulo de força social está voltado para a organização e a participação da classe trabalhadora e das massas em ação, em movimento permanente contra os dominantes com o objetivo de superar o modelo capitalista, rompendo com a estrutura do Estado burguês.

A ampliação da participação política para além dos espaços eleitorais pode ser gerador de uma intervenção mais qualificada dos indivíduos no interior das esferas democrático-liberais e, especialmente, fora delas. A participação política, para o movimento Consulta Popular, deve-se dar prioritariamente de modo coletivo e organizado em categoria, setor e, essencialmente, em classe social.

A democracia liberal burguesa defende como modelo ideal a representação, a delegação e/ou participação controlada. Já a participação política na democracia socialista seguiria na contramão, ou seja, seria ampliada e autônoma com objetivo de superação do capitalismo²⁷⁵. A participação política como poder, “impõe à contra-revolução”²⁷⁶, onde o exercício do pleno poder será dos trabalhadores que orientarão “o rumo que trilhará a sociedade socialista”²⁷⁷.

O Movimento Consulta Popular aponta que a participação política, o poder e o projeto popular dentro da perspectiva da democracia socialista tenderiam a ascender na direção da tomada do poder de Estado com controle sobre a produção e a propriedade privada e promoveria uma equitativa distribuição da renda e riquezas.

²⁷⁵ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 71-8.

²⁷⁶ IBID., p. 77.

²⁷⁷ IBID.

Diante da argumentação do MCP, percebe-se o empenho na criação de um instrumento capaz de aglutinar a grande ‘*massa*’ de indivíduos, os ‘*quadros*²⁷⁸’ e os ‘*militantes*²⁷⁹’ que atualmente sentem-se órfãos politicamente de um instrumento político aglutinador verdadeiramente eficaz. O MCP coloca-se como um novo *instrumento* e busca constituir-se como este novo espaço alternativo de participação política e de vivência de experiências da ‘democracia socialista’.

No processo em construção de um novo *instrumento político*, o Movimento Consulta Popular não descarta os instrumentos tradicionais de participação e representação, mesmo os considerados esgotados e em crise – eleições e partidos – seguem cumprindo um papel de alternância de governo no modelo atual de democracia burguesa. Todavia, o sistema partidário e o eleitoral mais encenam do que representam efetivamente o interesse popular.

Haja vista a afirmação do ativista Frei Sergio Gørgen (membro da Consulta Popular), sobre as democracias e as eleições, que passam a fazer parte de uma cena política, de uma representação teatral.

Nas democracias modernas de índole exclusivamente representativas, os governantes tendem a considerar o poder como um bem próprio, transformando a representação política em representação teatral: eles encenam, perante o povo, a farsa da estrutura obediência à vontade eleitoral. As eleições, aliás, muito raramente exprimem a vontade popular por programas de governo. Elas exprimem, na maioria das vezes, a consagração de personalismos.²⁸⁰

Essa afirmação expressa, claramente os limites do atual modelo de democracia representativa que conseqüentemente abala a confiança entre representantes e representados,

²⁷⁸ Lideranças sociais com potencial de organização, articulação e mobilização social, política, cultural, econômica e que atuam junto a comunidades, favelas, bairros, escolas, universidades, acampamentos e assentamento da reforma agrária. São considerados os agentes diretos de formação, organização, articulação política para atuar na organização da sociedade civil.

²⁷⁹ Seriam os quadros em formação, que não atuam cotidianamente nas frentes, mas atuam como parte do movimento e contribuem na articulação da massa e nas mobilizações.

²⁸⁰ GÖRGEN, Frei Sergio. *Pra onde ir? A Crise e a Travessia da Esquerda Brasileira (texto para trabalho)*. Porto Alegre, 2005, p. 11.

assim, como abala o próprio sistema e pouco expressa conteúdo programático, mas certamente expressa os personalismos dos líderes (especialistas políticos).

Para alcançar as transformações o projeto popular deverá responder à: democratização da terra, do solo urbano, da informação, da cultura, do poder político. E, portanto, o MCP acredita na articulação, na mobilização e na organização dos indivíduos para a ampliação e autonomia participativa na política brasileira.

Acredita que, mesmo dentro do sistema atual, capitalista e neoliberal, é possível construir formas de participação política que leve a pequenas, mas significativas mudanças. Mesmo sem explicitar estrategicamente, o objetivo central, a transformação e a ruptura com o atual sistema capitalista e do Estado burguês. Acumular força nas lutas é o verbo.

Capítulo IV

*O Brasil vive um momento de crise muito grande. E mais do que nunca se faz necessário estimular a organização, aprofundar o debate e lutar para mudar esse jeito de fazer política.*²⁸¹

Participação com vistas à transformação e a construção do projeto popular para o Brasil

Abordamos no primeiro capítulo, os conceitos, definições, os impasses, as contradições e limites da representação e da participação política a partir do exame de formulações elaboradas por teóricos da democracia liberal. No segundo capítulo, procuramos apresentar elementos sobre as corrosões das estruturas do Estado burguês e do ideal democrático liberal de cidadania, participação e a representação política no Brasil.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos a estudar o ator social Movimento Consulta Popular que aponta diversos desafios para a luta dos trabalhadores na tentativa de superar o modelo de democracia liberal. Destacamos elementos sobre o Estado, poder e contrapoder, hegemonia capitalista, desafios para a ampliação e a autonomia participativa. A participação política, segundo o MCP, deve ser fortalecida sobre outros termos e articulada com as lutas populares para gerar o *empoderamento*²⁸² popular na construção de um projeto popular para o Brasil para a transformação e superação do sistema capitalista.

Neste quarto e último capítulo, apresentaremos uma análise sobre a democracia participativa como ponte e como ação popular na construção do projeto político para o

²⁸¹ CARTILHA Nº 11. *O Brasil precisa de um projeto popular*. São Paulo: Expressão Popular. 2001, p. 3.

²⁸² Cf. *nota 3* (deste trabalho).

Brasil. Projeto que tem por objetivo a destruição do atual modelo e a construção de algo novo *desde baixo e à esquerda*²⁸³.

Nossa opção de análise terá como balizamento os documentos e posicionamentos dos ativistas do MCP, de ideólogos que problematizaram esta temática sobre o projeto para o Brasil em vários momentos da história brasileira ou de outros processos revolucionários no mundo.

Para essa análise rerepresentaremos elementos sem a pretensão de oferecer respostas ou soluções. Florestan Fernandes afirma, que invariavelmente, as revoluções, sejam elas burguesas ou proletárias, têm o recorte de classe, evidenciam as relações de poder, as contradições sobre o poder do aparelho de Estado e do governo e o enfretamento das lutas dos ‘desde baixo’. Nossa análise parte destes pressupostos.

O Estado, a política e as relações de poder

Para tratarmos da participação política como um contrapoder e como empoderamento popular, necessariamente devemos nos remeter à importante tese presente no Manifesto Comunista sobre a luta de classe, a luta pelo poder e as lutas revolucionárias.

O homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.²⁸⁴

²⁸³ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Gerando o contrapoder, de baixo para cima e à esquerda ou de como mudar o mundo, revolucionando o poder, de baixo para cima*. Lutas sociais, 17/18. São Paulo: NEILS, 2007.

²⁸⁴ KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. Op.cit., 1998, p. 8.

A tese acima nos remete ao primeiro ponto de nossa análise: o Estado e as relações de poder. A ampliação plena da participação política provocará um abalo sobre as estruturas do Estado burguês daí travando-se um enfrentamento entre as classes dominantes e as dominadas, em particular as dos trabalhadores. Essas mudanças e transformações na estrutura do Estado significam uma ruptura, podendo levar a revolução, afirma Florestan Fernandes²⁸⁵.

O Estado é compreendido como um corpo administrativo burocrático a serviço da classe burguesa, a classe que está no poder e tem por finalidade manter a ordem e a estratificação social. Este Estado, segundo Engels e Marx²⁸⁶, não serve aos interesses dos trabalhadores.

O Estado liberal e neoliberal de caráter burguês não serve para os trabalhadores e para a construção do projeto popular para o Brasil. O Estado que serve para administrar a máquina pública, é regido e orquestrado pelo capital que mantém intactas as relações de poder a partir das desigualdades, das injustiças e da dominação de classe, “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”²⁸⁷.

V. I. Lênin²⁸⁸ nos apresenta a tese de que o Estado, necessariamente, precisa ser bem identificado, caracterizado e, em seguida, transformado e destruído, já que o Estado moderno representativo está sobre o domínio da classe política e econômica e se restringe à representar o senso comum, mas não as verdadeiras demandas e interesses da classe trabalhadora. O rompimento com o Estado revela-se como prática revolucionária.

A prática revolucionária altera profundamente as relações de poder provocando rupturas com o poder estabelecido. Por outro lado, as classes trabalhadoras e a organização do poder popular seguem a marcha da reconstrução da sociedade²⁸⁹. O MCP comunga desta linha ideológica quando defende a democracia socialista como perspectiva para a revolução brasileira.

²⁸⁵ LENIN, V. I. Op.cit., 2007. Florestan Fernandes ao prefaciar o livro *O Estado e a Revolução* de V. I. Lenin.

²⁸⁶ MARX, Karl & ENGLS, Friedrich. Op.cit., 1998, p. 10

²⁸⁷ IBID.

²⁸⁸ LENIN, V. I. Op.cit., 2007.

²⁸⁹ IBID., p. 10.

Um dos líderes, ativista e ideólogo do MCP confirma essa linha ideológica quando trata sobre as lutas dos trabalhadores.

[...] as lutas que os trabalhadores vão acumulando, em termos de capacidade organizativa, em termos de capacidade de mobilização, em termos de consciência da classe trabalhadora [...] esse acúmulo de força nesses três campos – organizativo, político e de massas – é que deverá gerar um amplo movimento de massas no Brasil que consiga derrotar politicamente a burguesia, romper a dominação burguesa que é feita hoje através das Leis do Estado, e implantar Leis de um Estado de outra índole: socialista.²⁹⁰

Incansavelmente, os trabalhadores têm percorrido etapas longas de luta para alcançar as transformações, ou como diz o MCP, pelo menos para alcançar uma democracia socialista. O desafio está principalmente na organização de todo o povo em classes e as classes populares em povo ligados pela identidade política, ideológica, pela consciência e pela organicidade.

Para o Estado burguês, dispersar as forças de grupos e setores coletivos é uma forma de fortalecer o sistema representativo. Com isso aumenta a atomização dos indivíduos, fragmentando as lutas e a própria identidade de classe, criminalizando-os na tentativa de manter a ordem. O neoliberalismo cumpre com êxito essa visão ideológica do isolamento a partir da retórica de cidadania.

Na luta contra a classe dominante, contra o imperialismo e em favor da transformação do Estado, destaca-se a construção do contrapoder social e dos novos movimentos antissistêmicos. Estes se contrapõem

ao poder do Estado e ao poder político hegemônico, se consolidam como reais poderes *alternativos, contrários, divergentes* [...] tornam-se

²⁹⁰ STÉDILE, João Pedro. Op.cit., 2002, p. 321.

contrapoderes inicialmente emergentes, depois alternativos e, finalmente, substitutivos do antigo poder dominante, estatal e político²⁹¹.

No processo de emergência de novos movimentos, Carlos Rojas chama-nos a atenção, sobre a importância política destes movimentos e processos alternativos e que realmente se constituam em um contrapoder frente ao poder estatal, político e econômico. O contrapoder deverá ser orientado “por *outra* lógica, *outra* dinâmica e *outra* perspectiva, radicalmente distinta dos poderes dominantes [...] claramente *anticapitalista*, igualmente implantadas de *baixo para cima e à esquerda*”²⁹².

Essa alteração das relações de poder ocorrerá com a unidade e a colaboração de movimentos realmente anticapitalistas e antissistêmicos, que transcendem as lutas de momentos conjunturais, eleitorais e efêmeros. A unidade dos movimentos que buscam realmente a construção de um poder desde os de baixo e à esquerda devem agir na base de sustentação deste novo, contribuindo na construção de “um Estado de outra índole: socialista”²⁹³, como afirma João Pedro Stédile.

Esse debate nos faz verificar que não basta romper com o Estado, mas é necessário construir um contrapoder, a partir da luta de massa para alterar as relações econômicas, políticas e social para sustentação necessária ao *novo*. Para chegar à concretude de um Estado de outra índole, a participação de todo o povo organizado, consciente e mobilizado será necessário. O Movimento Consulta Popular concorda com este desafio que também é apontado no processo da *Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil* quando trata da construção do projeto popular para o Brasil.

O Estado brasileiro com a redemocratização e com o avanço do neoliberalismo aprofunda o controle sobre os cidadãos que os define como iguais. Mas como vimos o capitalismo provoca as desigualdades e uns cidadãos podem ter mais direitos que outros. Esta forma de definir a cidadania é uma construção ideológica da classe dominante a qual os movimentos sociais devem desenvolver um processo de desconstrução, especialmente, quando se tratar do projeto popular.

²⁹¹ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Op.cit., 2007, p. 120. (grifos originais)

²⁹² IBID., p. 120-21. (grifos originais)

²⁹³ STEDILLE, João Pedro. Op.cit., 2002, p. 321.

Nesta perspectiva, o MCP considera a formação e o estudo necessidades para a luta. A formação e o estudo favorecem o papel protagonista de cada indivíduo na construção do projeto alternativo. Assim o indivíduo, ao desenvolver a ação e a luta, compreenderá a realidade e quem é o ‘inimigo’ e, principalmente, qual o significado de sua participação na luta e na construção do projeto alternativo, mesmo que ainda esteja inserido na democracia liberal e no Estado burguês.

O estudo e a “formação da consciência socialista é uma tarefa revolucionária²⁹⁴”, pois ao compreender a realidade nacional e internacional será possível alcançar o entendimento do ‘*quem somos*’ e da tarefa que cabe a cada ator protagonista.

Para lograr êxito na tarefa revolucionária, determinadas noções devem ser redefinidas ou ‘destruídas’ juntamente com o Estado. Entre elas, a de cidadania. Almeida²⁹⁵ inspirado em Poulantzas, nos alerta: o Estado exerce a função de reaglutinar os cidadãos como se pertencessem a uma coletividade singular, homogênea e soberana, ignorando as desigualdades provocadas pelo capitalismo.

No campo político-democrático liberal, a Nação também é apresentada como uma coletividade singular, soberana e homogênea, onde os indivíduos são fundamentalmente iguais e têm a mesma importância. Essa forma predominante de tratar todos como cidadãos traz consequências e dificulta a organização dos indivíduos. Mas “o fato é que não é de maneira alguma verdade [...] que o peso de cada eleitor seja ‘exatamente’ igual”²⁹⁶.

Essas ideias não nascem isoladamente, mas fazem parte da ideologia no processo de dominação e é onde reside a força dos dominantes. Ilse Gomes Silva chama a atenção, para o fato de que “um dos maiores impedimentos para a democracia participativa é o papel desempenhado pelo Estado na manutenção das desigualdades sociais”²⁹⁷ e na manutenção deste modelo.

A representação política dos iguais numa democracia contribuiu para a minimização das lutas, favorece a baixa participação e aumenta o antagonismo entre as classes. Na luta de classes facilmente se identifica a divisão entre os detentores dos bens e meios de produção e

²⁹⁴ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 77.

²⁹⁵ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Op.cit., 1995, p. 4. (Versão digital).

²⁹⁶ SADER, Emir. *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Expressão popular. 2005, p. 93.

²⁹⁷ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 16

os detentores da mão-de-obra assalariada, dos trabalhadores. Esse antagonismo não é facilmente visível ou reconhecido no falso discurso da igualdade e da estabilidade apregoada pelos democratas-liberais.

Nesta perspectiva se faz importante a afirmação de Florestan Fernandes, prefaciando, em 1978, o livro *Estado e a Revolução*, quando argumenta que o povo não pode reformar o Estado, a propriedade privada, ou mesmo as estruturas do Estado, mas sim destruí-lo estabelecendo um novo sistema. Não sendo possível reformá-lo. Afirma Florestan, o “proletariado deve primeiro conquistar o Estado burguês para, em seguida transformá-lo e destruí-lo”²⁹⁸. O “exercício pleno do poder dos trabalhadores [...] orienta o novo rumo que trilhará a sociedade socialista”²⁹⁹ participando e exercendo, hoje, as práticas da democracia socialista.

A política e a representação democrática

O século XX e os anos de 1980 foram marcados por episódios emblemáticos para a política mundial. A queda do Muro de Berlim, o fim da URSS, o fim das ditaduras na Argentina, no Brasil e em outros países, são acontecimentos que marcaram este *novo* tempo de reabertura, de redemocratização liberal e de intensa participação política no mundo capitalista e globalizado.

O capitalismo globalizado triunfara sobre o socialismo, tornara-se irreversível [...] com a promessa de que todos poderiam se integrar à sociedade de consumo e prosperidade sob democracias liberais em um mundo pacificado ecoava em uníssono.³⁰⁰

Esses acontecimentos mundiais geraram modificações emblemáticas e marcaram “o estabelecimento da grande indústria e do grande mercado mundial, a burguesia conquistou,

²⁹⁸ LENIN, V. I. Op.cit., 2007, p. 15. (Prefácio de Florestan Fernandes).

²⁹⁹ CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 77.

³⁰⁰ LEITE, José Correa. Op.cit., 2005, p. 247.

finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno”³⁰¹. O Estado representativo moderno, por sua vez, tornou-se hegemônico e exemplo de democracia para o mundo.

Esse modelo de democracia liberal, ganha força com a globalização e com o neoliberalismo. Esse modelo de democracia, idealizado por Schumpeter, nos dias atuais, não é mais a alternativa para responder às necessidades dos Estados às contradições, os limites e as fragilidades estão em evidência. Esse modelo de democracia liberal generalizou o sufrágio universal e esvaziou “o poder que o direito do voto carregava, deslocado pelos novos poderes dos senhores dos mercados globais”³⁰², ou seja, a grande burguesia dominante.

Ilse Gomes Silva nos adverte que o mecanismo de participação política na democracia liberal está presente na competição “entre duas ou mais ‘empresas políticas’ que, através dos votos, qualificam-se ao governo”³⁰³. E está relacionado com o potencial e a “capacidade do grupo de interesses em mobilizar seus recursos de poder e de participar com vantagens no mercado competitivo de bens políticos”³⁰⁴.

Nesta mesma linha, José Correa Leite nos alerta sobre a apatia política somada a processos eleitorais inócuos que não favorecem as mudanças sociais, o que vemos é a própria desqualificação dos sujeitos e da política. A política é pressionada “tanto pela nova ordem internacional como pelas mutações societárias, a política se desqualifica perante grande parte da população, provocando temores”³⁰⁵, temores estes reforçados pela própria crise da democracia liberal.

V. I. Lênin já nos chamava a atenção para este modelo de representação política, afirmando que, o “Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital”³⁰⁶. E completa:

³⁰¹ KARL, Marx & ENGELS, Friedrich. Op.cit., 1998, p. 10.

³⁰² LEITE, José Correa. Op.cit., 2005, p. 255.

³⁰³ SILVA, Ilse Gomes. Op.cit., 2003, p. 14.

³⁰⁴ IBID., p. 15.

³⁰⁵ LEITE, José Correa. Op.cit., 2005, p. 255.

³⁰⁶ LENIN, V. I. Op.cit., 2007, p. 30.

nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar o poder [...] É preciso notar que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia.³⁰⁷

Esse modelo de democracia, através do sufrágio universal, faz o povo crer numa partilha falsa do poder político, econômico e social. Modelo colocado pelos liberais como sendo capaz de proporcionar ao povo a satisfação de suas necessidades e a solução para os problemas sociais, econômicos e acabar com as desigualdades. Quando o povo percebe que o seu voto é uma pequena peça no jogo do mercado eleitoral, só faz aumentar a apatia e a descrença sobre a política, como já apresentado. O poder do Estado existe para reprimir, “é uma força especial de repressão”³⁰⁸ e para controlar as classes e os indivíduos para que participem, sim, mas dentro da ordem burguesa.

A classe dominante no Brasil, tem se utilizado da democrática liberal, inclusive por meio do discurso participativo como forma de impedir por todos os meios o fortalecimento ou a consolidação de espaços verdadeiramente democráticos participativos ativos e decisórios. Por outro lado, a burguesia utiliza o poder e o aparelho do Estado para controlar e criminalizar as lutas antissistêmicas³⁰⁹ que afloram na sociedade.

É neste contexto que se aprofunda a crise da classe política com pequenas variantes e é semelhante entre os países na América Latina e no mundo inteiro. A classe política que está no comando do poder dos Estados já “*não* representa a ninguém mais que a si mesma, havendo perdido todo o nexos ou conexão importante”³¹⁰ com a sociedade, com as forças reais nos diferentes setores, grupos ou alguma ligação para a construção de um projeto. Essa classe copiou projetos da burguesia internacional e aqui o aplicou, sem a preocupação de construir algo junto com o povo, evidentemente, que se isso, por ventura, ocorresse não seria a classe dominante no poder.

³⁰⁷ LENIN, V. I. Op.cit., 2007, p. 32.

³⁰⁸ IBID., p. 33-5.

³⁰⁹ Em referência à luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, organização membro do Movimento Consulta Popular desde a fundação e um dos movimentos sociais mais importantes, pois daí surge boa parte da ramificação do MCP nos estados brasileiros (BUZZETTO, 2002).

³¹⁰ ROJAS, Carlos Antonio A. Op.cit., 2007, p. 122. (grifos originais)

O ativista Frei Sérgio Görden³¹¹ faz uma análise do sistema representativo brasileiro mostrando que este é um sistema em crise. O autor argumenta em sua análise o visível abalo de confianças no sistema eleitoral, nos partidos políticos e nos próprios representantes. Para que este sistema representativo funcione deverá haver um grau mínimo de identificação entre a grande massa e os representantes. Essa identificação está abalada. Basta observar o baixo apoio da população para com os parlamentos nos diversos níveis (municipal, estadual ou federal).

A credibilidade é um dos fatores de sustentação entre votantes e votados no mercado dos especialistas. Os indivíduos

precisam acreditar no sistema, acreditar que ele ofereça possibilidades real de as representar e corresponder a seus anseios, acreditar [na] capacidade de impedir a desonestidade, ou acreditar pelo menos que as pessoas que compõe o referido sistema estão se esforçando para fazer o melhor que podem em benefício da maioria.³¹²

Sendo que o abalo de confiança está nos dois principais instrumentos de acesso ao sistema representativo: os partidos que ofertam os especialistas e o voto dos eleitores. O nexo de confiança entre os que participam votando e os que estão competindo no mercado eleitoral estão em processo de crise e abalados, simultaneamente.

Para que o sistema representativo se sustente, além da credibilidade, deverá contar com outros fatores ou malhas de sustentação, que são: a capacidade de resposta aos problemas práticos, senso comum tolerante, força simbólica e moral e a alternância do poder de governo. Há sinais visíveis de desgaste nas estruturas formais de sustentação política da democracia representativa e no caso brasileiro, basta observarmos os fatores citados, afirma Görden.

[...] há um processo de desgaste no sistema representativo do Estado Brasileiro – seja nas pessoas que o compõem, seja nas estruturas formais que o mantém. E se isso é verdadeiro, então pode estar em movimento um

³¹¹ Ativista, ideólogo e membro do Movimento Consulta Popular.

³¹² GÖRGEN, Frei Sergio. Op.cit., 2005, p. 12.

processo de deterioração de suas principais malhas de sustentação, que por suas interações com o conjunto da estrutura podem criar possibilidades de transformações estruturais em tempo mediano. Isto irá acontecer quando a percepção pública estiver sendo afetada em alto grau, de maneira contínua [...] e em amplas camadas da população.³¹³

Essa malha de fatores, complexos e interativos são essenciais para a sustentação das estruturas do sistema de representação política nas sociedades modernas e para a democracia liberal, pois são fundamentais para

manter em pé a estrutura de classes, a exploração econômica, a exclusão social, os privilégios da elite, a concentração do capital, o controle do poder econômico com a adesão, sem revoltas, ou, pelo menos, com a apatia dos pobres e explorados.³¹⁴

No combate às estruturas sustentadas pelo capitalismo e suas facetas, personagens e instrumentos, por exemplo, os movimentos sociais antissistêmicos, foram constituindo-se, coletiva ou isoladamente para enfrentar o sistema capitalista e as amarras da democracia representativa tradicional.

Um fator evidente na crise da democracia representativa vem da profissionalização dos espaços e do sistema representativo tradicional (eleições e partidos), juntamente com a burocracia estatal. Tanto a profissionalização como os representantes, ou mesmo a burocracia estatal não apresentam formas ou canais efetivos e ou eficazes de controle social³¹⁵.

Em outras palavras, os partidos e os parlamentares utilizam sua representação (delegação recebida do povo através do voto) como símbolo ou como canal para os seus interesses particulares. Esses profissionais da política democrática liberal se apresentam

³¹³ GÖRGEN, Frei Sergio. Op.cit., 2005, p. 12.

³¹⁴ IBID., p. 11.

³¹⁵ IBID., p. 12.

como mediadores entre a sociedade, o governo e o poder de Estado. Poderíamos dizer que são os *mercadores da democracia*.

Como *mercadores da democracia* liberal, os políticos tradicionais, cada vez mais, governam para si próprios: barganham cargos, acusam-se, confraternizam, trocam de papel, fazem de tudo para se perpetuar no poder político. A esquerda, por sua vez, se acomodou em uma intervenção quase exclusivamente institucional, tornando-se, ela mesma, parte de um sistema de poder distanciado do povo.

Com a crise da representação política tradicional é possível observar a crise da esquerda partidária brasileira, como destacado pelo MCP ao mostrar, o fim de um ciclo político. Parte da esquerda partidária brasileira deixou-se absorver pelas ofertas do *mercado eleitoral* e passou a lutar por objetivos breves (eleições e cargos), minimizando a importância de programas, da luta pela superação do modelo capitalista, pela emancipação e autonomia das massas. O que prevalece quase que, exclusivamente, são as carreiras individuais, o estrelismo, a incoerência e a esperteza.

Assim, parte da esquerda partidária, torna-se incapaz de promover transformações profundas na sociedade. Passa a ignorar a prática que a constituiu como ator na cena política, esquecendo-se que

quem exercer esse poder político e estatal de mando, deve fazê-lo *obedecendo ao povo*, respeitando suas exigências e demandas principais, velando sempre pelo cumprimento dos interesses e acatando, todo o tempo, a vontade específica dessas vastas classes e grupos sociais subalternos.³¹⁶

A crítica de Aguirre Rojas à respeito do representante que deve mandar *obedecendo ao povo*, nos remete a análise sobre a democracia tradicional onde as funções do mando e as funções da delegação estão deslocadas e fragilizadas pelos fatores, já apresentados, apatia, descrédito, desconfiança entre os governantes e governados³¹⁷.

³¹⁶ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Op.cit., 2007, p. 124. (grifos originais)

³¹⁷ IBID.

É possível comprovar pelo exposto que as velhas estruturas políticas estão corrompidas, os especialistas e os burocratas estão viciados pela máquina estatal, portanto, não é possível reformá-las. Deve-se “*eliminar* as velhas formas de exercício da política – para instaurar um *novo* modo de administrar os problemas coletivos da comunidade e uma forma nova de [gestar] os assuntos políticos”³¹⁸. Ou seja, construir um contrapoder popular a partir de *novas* relações e instrumentos sociais não capitalistas.

Para gerar um *novo* modo de fazer política os pressupostos devem ser de outra índole. Mais do que preparar um projeto e um contrapoder para a tomada do poder político,

trata-se de *revolucionar radicalmente* o modo de conceber e exercer a política, desmistificando, por exemplo, a absurda ideia de que política é uma atividade complexa, sofisticada e reservada a um pequeno grupo de pessoas altamente qualificadas que, usualmente, são membros das elites dominantes.³¹⁹

A política é uma atividade “simples e elementar, que pode ser exercida e realizada”³²⁰ por qualquer indivíduo, sem necessariamente ser um especialista político. Deve-se procurar “transcender a idéia política como algo reservado à certos tempos específicos”³²¹ ou espaços privilegiados, como no caso dos processos eleitorais ou dos conselhos consultivos, ou ainda aos parlamentos e os palácios. Construir o contrapoder popular, ‘desde baixo’ e à esquerda, através da lutas e com a participação política do maior número possível de indivíduos das classes dominadas.

Na busca pela construção do contrapoder e do projeto popular, deve-se identificar mais uma crise, a de prática e coerência política dos líderes que se corromperam dentro da democracia liberal representativa. A crise de prática e coerência política ocorre na medida em que os militantes se transformam em burocratas, líderes se transformam em chefes no mercado eleitoral, mesmo no caso da esquerda partidária. Diante do povo, a rotina remunerada se torna inimiga da ousadia e da criatividade.

³¹⁸ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Op.cit., 2007, p. 125. (grifos originais)

³¹⁹ IBID.

³²⁰ IBID.

³²¹ IBID., et.seq.

O lugar do militante, para o Movimento Consulta Popular, que almeja transformações profundas e rupturas, antes de tudo, é estar junto ao povo, compartilhando sua vida, cultura e esperanças. Deverá também, trabalhar junto com o povo para desenvolver suas melhores características, aquelas que fortalecem a construção de um projeto popular e de um contrapoder³²².

Este momento *novo* de construção de uma nova prática de participação na política e de construção do projeto popular não será fácil para os trabalhadores, pois a classe dominante, na iminência da perda do poder, irá agir com as clássicas formas repressivas já conhecidas historicamente. Visto que, todos esses processos ocorrerão dentro da atual estrutura de democracia e do próprio capitalismo, as forças populares devem estar preparadas para o enfrentamento.

A tarefa dos movimentos sociais, e, neste caso, do Movimento Consulta Popular se faz mais necessária e urgente. Os movimentos sociais, em sua luta cotidiana, devem atuar para desmascarar, descortinar as ilusões constitucionais da democracia representativa liberal, de caráter opressivo, dominante e coercitivo. Os movimentos sociais unitariamente, hão de revelar a falácia do modelo liberal de democracia e do sistema capitalista apresentado como um modelo de igualdade de participação e de decisão de todos os cidadãos.

Não basta, no entanto, descortinar e expor as falácias da democracia representativa liberal. Será preciso apresentar as alternativas para a construção, efetiva do projeto popular. A proposta deverá ser clara autônoma e que a participação política dos trabalhadores seja respeitada e deverá estar preparada, organizada para a luta. Pois o processo de deterioração do sistema representativo prosseguirá irreversivelmente numa ascendente crise. Conclui-se, portanto, que a organização política e a consciência das massas são fundamentais para o enfrentamento e destruição deste modelo político de Estado democrático liberal em franca falência.

³²² CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 61-70.

Projeto popular para o Brasil

O Movimento Consulta Popular considera que o elemento diferenciador deste período histórico e do início deste novo ciclo, está inscrito na possibilidade de construir, frente à crise política da democracia representativa e do Estado burguês, um projeto popular para o Brasil como alternativa de poder ou de contrapoder. Outro elemento que contribui para a construção desta alternativa é o próprio esgotamento do ciclo da esquerda modelada no ciclo petista e no atual governo.

No terreno da luta eleitoral, o cenário atual é profundamente desalentador. As eleições municipais de 2008 confirmaram a ausência de debate sobre projetos políticos para a sociedade brasileira e o processo despolitizador das campanhas e dos embates eleitorais.³²³

A burguesia brasileira, com uma formação social, política e econômica umbilicalmente ligada à burguesia internacional, não desenvolveu um projeto autônomo para o Brasil, como já abordado pelo MCP. Aplicaram aqui políticas fortemente enquadradas no âmbito comercial e financeiro internacional, como as do Consenso de Washington (1989), ou nacional desenvolvimentista³²⁴, mas sempre reproduzindo fortes padrões de dependência. A burguesia brasileira não tem interesse em atender os problemas reais do povo. Aliás, “não tem interesse e não pode implementar qualquer medida que atenda aos problemas estruturais”³²⁵.

A construção do projeto popular deverá ter uma ligação direta com os problemas do povo. Em outros termos, “o projeto popular é a força social organizada do povo brasileiro lutando para executar seu programa político”³²⁶. A tarefa de construção do projeto popular será o resultado da participação e da ação política dos oprimidos e levará à uma

³²³ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 39.

³²⁴ CARTILHA Nº 7. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Expressão popular. 1999.

³²⁵ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 39.

³²⁶ IBID.

transformação profunda. Todo esse processo deverá ser dirigido pelos trabalhadores organizados para o enfrentamento da contra-ordem e do contrapoder³²⁷.

O desafio atual é colocar em cena o projeto popular enquanto força social e política, que possa evidenciar as debilidades resultantes deste longo período de defensiva e de descenso das lutas de massa e que restringiu a participação popular a processos eleitorais consultivos³²⁸. Colocar o projeto na praça é desafiar o sistema democrático tradicional e capitalista. O projeto popular tem como tarefa prioritária desestabilizar o sistema capitalista, a democracia liberal e a burguesia.

Para que o projeto alternativo popular entre em cena será necessário preparar ou constituir a unidade das forças sociais dentro de uma política de aliança, simbolicamente representada no processo da *Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil*³²⁹. Importante ressaltar que processos como os plebiscitos, referendos e consultas populares, instrumentos do atual modelo, podem contribuir no processo de formação e como parte da luta pela transformação.

Em sua essência, o projeto popular deve estar baseado em um plano político estratégico de desenvolvimento a partir das necessidades e problemas do povo. Quanto aos processos democráticos (eleitorais), não significa disputar, mas utilizar-se destes para fazer um amplo debate político para consolidar e elevar a consciência e a organização das massas³³⁰ para responder os desafios vindouros na luta pela transformação e revolucionária³³¹.

E, por fim, o projeto popular precisa proporcionar a ruptura com o modelo capitalista, imperialista e neoliberal e antidemocrático.

³²⁷ CARTILHA Nº 20. Op.cit., 2009, p. 30-40.

³²⁸ IBID., p. 41.

³²⁹ IBID., p. 47. (A Assembléia Popular é processo que articula mais de 40 movimentos, organizações, entidades, pastorais na construção de um programa político identificado como: 'O Brasil que Queremos'. www.assembleiapopular.com.br)

³³⁰ TRANSPADINI, Roberta Sperandio. Op.cit., 2009.

³³¹ IBID.

A democracia socialista

A democracia socialista, para o Movimento Consulta Popular, compreende-se como a tomada e a construção do poder pelos trabalhadores, os quais assumem de fato a direção do Estado, tomam para si o controle dos meios de produção.

Trata-se do momento da tomada e construção do poder, quando os trabalhadores, classe em ascensão, assumem de fato a direção do Estado, tomam para si o controle sobre os meios de produção e o capital e exercem influência e coordenação sobre a sociedade.³³²

É o momento da efetivação do projeto popular. Cabe a afirmação de Rosa Luxemburgo³³³ sobre os movimentos sociais, sindicatos e partidos. Trazendo para nosso debate, especialmente, os movimentos sociais nos dias de hoje, teriam a tarefa de dirigir o verdadeiro ‘assalto’³³⁴ ou de prepará-lo para uma luta emancipatória com o empoderamento e autonomia da classe trabalhadora.

O Movimento Consulta Popular comunga desta afirmação, tanto que se coloca o debate sobre o projeto popular e a organização do povo no centro de suas ações, lutas e organização popular, tendo como perspectiva a revolução.

Para que a democracia socialista seja concretizada, destacam alguns aspectos na luta e na organização das massas: o estabelecimento de novas relações políticas; a criação de um terreno favorável que conduza à ampliação e à autonomia da participação de todos na vida política; e, que as massas estejam organizadas e com consciência elevada para agir na conquista e tomada do poder do Estado e político.

No prefácio do livro *Estratégia e Tática*, Ricardo Gebrim³³⁵ insiste no aspecto formativo, pois só assim o homem terá condições de identificar o momento histórico no qual vive-se, elaborar planos definir objetivos e traçar estratégias. É fundamental “identificar em

³³² CARTILHA Nº 19. Op.cit., 2007, p. 77.

³³³ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. São Paulo: Expressão popular. 1999.

³³⁴ IBID., p. 80-94.

³³⁵ HARNECKER, Marta. Op. cit., 2006. (Ricardo Gebrim ao prefaciar o livro *Estratégia e Tática*).

cada momento histórico qual o inimigo principal a ser derrotado”³³⁶, pois todos os que lutam precisam ter clareza porque estão lutando.

Os indivíduos precisam ter clareza sobre o projeto e compreender a tática e a tarefa revolucionária sejam nas lutas cotidianas (momentâneas) ou em mediano prazo. E mais prolongadas, como a participação em movimentos sociais que tem objetivos de transformações profundas, de superação e destruição do Estado capitalista e substituição do modelo de democracia liberal pelo poder político popular.

A participação política na luta do povo deve criar as condições necessárias para a tomada do poder do Estado, afastando, portanto, as possíveis concessões reformistas. Assim, demarcar e romper com as práticas da política democrática liberal, com a falsa esperança que o Estado burguês e as classes dominantes queiram alimentar.

Novas formas de participação com um conteúdo anticapitalista e classista podem ser criadas e incorporadas na própria luta de classes, na luta pela ampliação e pela autonomia participativa. Por isso, a mobilização social se faz tão necessária, pois pode criar estes novos espaços participativos e de contrapoder, fortalecendo o projeto popular com o objetivo de fazer a revolução brasileira.

A participação política na construção do projeto popular

A participação política atuará como um espaço de poder real dos indivíduos e dos trabalhadores favorecendo o projeto popular. As novas relações políticas, na medida em que as lutas pela transformação avançam passam a encontrar terreno favorável para a ampliação e autonomia revolucionária. O que, sem dúvida, exigirá de todo o movimento social um esforço de organização desde baixo, isto é, das classes populares.

Para a construção do projeto popular a participação política é extremamente importante e necessária em várias frentes e de diversos modos. Uma das formas reside no fortalecimento de pequenos espaços de participação política, especialmente os movimentos

³³⁶ HARNECKER, Marta. Op. cit., 2006, p. 7. (Ricardo Gebrim ao prefaciar o livro *Estratégia e Tática*).

sociais, núcleos de estudo, sindicatos e mesmo no caso dos partidos políticos, todos os espaços que possibilitam a quebra dos tentáculos do modo operante do capitalismo e retire as massas da apatia, são importantes.

O movimento revolucionário do proletariado e seus aliados populares tem no parlamento e no sindicato oportunidades táticas de elevar a consciência da luta de classes das camadas e frações populares ainda hesitantes e sob hegemonia das idéias liberal-burguesas.³³⁷

Outra forma de participação e – porque não dizer? – uma das mais importantes, a dos movimentos sociais, onde se travam as lutas contra o modelo democrático e evidenciam-se fortemente as contradições do Estado burguês e do sistema capitalista. As lutas antissistêmicas, antiimperialistas e anticapitalistas colocam em xeque o ideal democrático liberal e o próprio poder dominante. Contra essa participação os dominantes reagem utilizando o aparelho de coerção e controle do Estado. Aumentando, assim os conflitos e as tensões políticas.

No momento em que os conflitos e as tensões ocorrem, a formação política se torna um diferencial. Neste sentido, nos alerta o Movimento Consulta Popular. Evidentemente, não estamos adotando a concepção liberal de que as massas são incapazes e precisam ser educadas, mas justamente ao contrário, estamos adotando uma visão libertadora, ou seja, a da formação que liberta a capacidade participativa, de ação e de compreensão da realidade. O indivíduo passa a agir como protagonista e organizadamente em conjunto com a massa, consciente de seu papel e do inimigo a enfrentar. Todo este processo participativo é diferente de uma participação (do voto) para a alternância de um governo, é o exercício pleno do poder popular com objetivo claro, a ruptura do modelo liberal, a revolução.

O exercício pleno da participação política de todo o povo, seja através das formas já descritas (movimentos sociais, sindicatos, partidos, orçamento participativo, plebiscitos populares,...) pode desestabilizar o discurso dominante de igualdade e de cidadania. Com a participação política, com o contrapoder popular é possível colocar em xeque o poder dominante. Como bem observado por diversos autores e, propriamente pelo Movimento

³³⁷ CARVALHO, Horácio Martins de. Op.cit., 2002b, p. 257.

Consulta Popular, a participação política, o projeto popular, ou mesmo a revolução proletária, não será atingida pelas urnas, ou seja, por processos eleitorais.

Devemos ter a consciência de preparar a classe trabalhadora sabendo que essas mudanças, que são necessárias, não serão dadas de mão beijada, nem na base do voto, nem de uma maneira simplista e fácil, devagarinho – ‘um ano elegemos vereador, outro ano elegemos prefeito e um dia, sem que a burguesia se dê conta, nós estamos no poder’. Eu duvido que desse jeito cheguemos ao poder. No máximo chegaremos a administrar algumas prefeiturinhas.³³⁸

A forma de atingir a burguesia é com a inversão do poder e com a tomada e destruição do Estado burguês e do sistema capitalista³³⁹. A radicalização da democracia participativa passa pelas ações de resistência e das lutas antissistêmicas. A participação e a própria revolução não é uma aventura: “é um produto da atividade coletiva dos trabalhadores, a principal força produtiva dentro do capitalismo e a única força realmente revolucionária no seio da sociedade burguesa”³⁴⁰.

Dentro desta realidade participativa, nos marcos da democracia liberal, é fato que o capitalismo oculta as formas políticas de dominação e que o poder político é sobredeterminado pelas relações de classe³⁴¹. Na esfera das relações e do poder, o Estado aparece como:

instância do interesse geral, assegurado, por meio da garantia da ‘propriedade privada’, a liberdade entre os cidadãos. Ele não aparece como um aparelho fundamental para a reprodução das condições políticas de dominação de classe, mas como o poder público puro e simples, a serviço do interesse geral de uma comunidade construída por indivíduos-cidadãos iguais e competitivos.³⁴²

³³⁸ STÉDILE, João Pedro. Op.cit., 2002, p. 321-2. (grafia original)

³³⁹ FERNANDES, Florestan. *Nós e o Marxismo*. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

³⁴⁰ IBID., p. 39.

³⁴¹ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Op.cit., 2007.

³⁴² IBID., p. 66-7.

Portanto, o Estado oculta as relações de poder, oculta as formas mais eficazes de participação política e favorece o aprofundamento das desigualdades provocadas pelo capitalismo. Lembramos que a Nação e a cidadania constituem pilares políticos ideológicos fundamentais para a reprodução da dominação burguesa e são utilizados como ferramentas para desqualificar a participação e as lutas das classes populares.

Na democracia moderna e no processo de participação política ficam evidentes os “múltiplos processos de corrosão da cidadania, no centro e na periferia de um capitalismo que tendencialmente se transnacionaliza”³⁴³. Para o capitalismo os cidadãos sejam proprietários ou não dos meios de produção, participam com os mesmos direitos da vida pública, o que sem dúvida, é uma forma ideológica de dominação.

Os movimentos sociais ao defenderem a ampliação e a autonomia participativa observam e traçam rumos estratégicos para o enfrentamento, ruptura com o capitalismo e com o neoliberalismo no mundo, que cada dia se transnacionaliza para manter a dominação sobre os indivíduos, sobre as classes populares e sobre o Estado.

³⁴³ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Op.cit., 2007, p. 68.

Considerações finais

Nesta pesquisa, procuramos demonstrar que, já no plano teórico, as formulações liberal-democráticas, mesmo quando elaboradas por seus grandes autores, apresentam sérios limites à participação popular. As instituições e mecanismos políticos defendidos pela liberal-democracia são limitados e agem conforme o poder dominante. As “permissões” para a participação política devem ocorrer dentro da ordem e dos limites da democracia representativa, pouco estimulando ou gerando autonomia ou ampliação participativa para os dominados.

Indo além, constatamos que o Brasil, assim como tantos outros países que adotaram o receituário da democracia liberal juntamente com o neoliberalismo, enfrenta certo esgotamento do modelo de democracia representativa tradicional. É neste contexto, agravado pela atual crise do capitalismo, que se apresentam desafios profundos para as classes populares e para os movimentos sociais. Desafios que podem ser traduzidos na busca e na indicação das alternativas para um novo tipo de organização e estruturação do poder, inclusive (e especialmente) no plano das instituições políticas.

No enfrentamento desses desafios, procura-se construir um contrapoder ou o empoderamento dos indivíduos e movimentos das classes dominadas, combatendo as engrenagens estruturais de um tipo de democracia e de participação historicamente reféns do capitalismo.

O material analisado neste trabalho contribuiu para constatar que há um processo em curso de ampliação e autonomia da participação política para além das esferas e do modelo, até então conhecido, da democracia representativa tradicional.

Lutas contra-hegemônicas podem favorecer o processo de avanço participativo com vistas à transformação social, contribuindo para a construção de um contrapoder e de mecanismos de participação política a partir de outros parâmetros. Com esta preocupação, o Movimento Consulta Popular, a Assembléia Popular, o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra, juntamente com outros movimentos sociais, têm tomado para si esta desafiante tarefa da formação, do trabalho de base, da construção de proposta para o projeto popular para o Brasil em profunda ligação com o povo e à esquerda.

Tais movimentos trabalham com a perspectiva de que, partir da ampliação e da autonomia participativa, é possível aglutinar forças sociais para o desenvolvimento de instrumentos políticos de luta unitária e geradores de um projeto popular com um programa em profunda ligação com o povo para alcançar as transformações necessárias para uma sociedade de outra índole: socialista.

Nesta mesma perspectiva, tanto a formação como a elevação da consciência das massas devem ocorrer dentro de um processo de luta e de ações coletivas que façam avançar o propósito primeiro: ruptura com o poder de Estado e transformá-lo, não reformá-lo.

Bibliografia

I. Livros, capítulos e artigos

- ALMEIDA, Lucio Flávio R. “Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões”. *Lutas Sociais*, 17/18. São Paulo: NEILS, 2007.
- _____. “Nacionalismo e democracia: para um reexame da questão nacional”. *Lutas Sociais*, 2. São Paulo: NEILS, 1997.
- _____. “Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo”. *Lutas Sociais*, 1. São Paulo: NEILS, 1995.
- _____. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. *As redefinições do nacionalismo populista no Brasil*. Campinas/SP: Dissertação de mestrado – Unicamp, 1984.
- ARBEX, José Jr. & VIANA, Nilton (org.). *É preciso coragem para mudar o Brasil*. Entrevistas do Brasil de Fato. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- ASSEMBLÉIA POPULAR. *O Brasil que Queremos*. Caderno da Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- AVELAR, Lucia & CINTRA, Antonio Octávio (org.). “Participação Política”. In. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung & UNESP, 2004.
- AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BENEVIDES, Maria V. M. *A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BENJAMIN, César, et. al. (org.). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 9ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Volume 2, 6ª edição. Brasília: UnB, 1994.

- BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política*. Volume I. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *Teoria da organização*. Volume III. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Centro de documentação e informação da Câmara dos Deputados. Brasília, 2003.
- BUZETTO, Marcelo. *O antiimperialismo na luta do MST: questão agrária e questão nacional na construção de um projeto popular para o Brasil*. São Paulo: Dissertação de mestrado – PUC, 2002.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Representação política*. São Paulo: Ática, 1988.
- CARVALHO, Horácio Martins. “Tática reformista, estratégia revolucionária”. In. STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, longo caminho*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.
- CHAUI, Marilena. “Representação e participação?” In. *Cultura e democracia o discurso competente e outras falas*. 11ª edição revisada. São Paulo: Cortez, 2006.
- DAGNINO, Evelina. “Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil”. In. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____ et tal. (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Unicamp & Paz e Terra, 2006.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia*. 1ª edição reimpressa. São Paulo: EDUSP, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Nós e o marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- FURTADO, Celso. “A Alca é o fim da soberania”. In. ARBEX, José Jr & VIANA, Nilton (orgs.). *É preciso coragem para mudar o Brasil*. Entrevistas do Brasil de Fato. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GEBRIM, Ricardo. “Brasil: o Movimento Consulta Popular”. In. SCHULETE, Chistiane & HILDEBRANT Cornelia. *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*. São Paulo: Expressão Popular & Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.
- GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI - antigos e novos atores sociais*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HARNECKER, Marta. *Estratégias e tática*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios 1875-1914*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ITERRA. *O MST e a pesquisa*. Caderno do Iterra. Veranópolis/RS, 2001.
- LEITE, José Correa. *As invenções da política: sobre a existência da política e suas transformações*. São Paulo: tese de doutorado – PUC/SP, 2005.
- LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LOPES, Walson. *Da negação à integração: um estudo da trajetória política do Partido dos Trabalhadores (1979-2002)*. São Paulo: dissertação de mestrado – PUC/SP, 2009.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MACIEL, Marco. “Aprimorar a democracia”. *Folha de S. Paulo*, 21/01/2009.
- _____. “Democracia: passado, presente e futuro”. *Folha de S. Paulo*, 25/02/2009.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Ciências Sociais* nº 29, ano 10, 1995.
- MARCOS, Subcomandante Insurgente. Apud Carlos Antonio Aguirre Rojas. *Lutas Sociais*, 17/18. São Paulo: NEILS, 2007.

- MARICATO, Erminia. “Nunca fomos tão participativos”. *Sem Terra*. Ano X, Nº 43 Jan-Fev. São Paulo, 2008.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista, 150 anos depois*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- NEGRI, Antonio & HARTDT, Michael. *Império*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- O'DONNELL, Guillermo. “Accountability horizontal e novas poliarquias”. *Lua Nova*, Nº 44 - Instituições. São Paulo: CEDEC, 1998.
- _____. “Teoria democrática e política comparada”. *Dados*, vol. 42, nº 4, 1999.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERUZZOTTI, Enrique & SMULOVITZ, Catalina. *Controlando la política. Ciudadanos y médios em las nuevas democracias Latinoamericanas*. Buenos Aires: Temas, 2002.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Graal & Paz e Terra, 2000.
- PRZEWORSKI, Adam, et. tal. “O que mantém as democracias”. *Cultura e Política*, nº 40/41, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Coleção os pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “Gerando o contrapoder, de baixo para cima e à esquerda ou de como mudar o mundo, revolucionando o poder, de baixo para cima”. *Lutas Sociais*, 17/18. São Paulo: NEILS, 2007.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Emir. *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *O neoliberalismo acabou?* Artigo disponível no blog do autor. Consultado em 20/04/2009. São Paulo, 2008.
- SAES, Décio Azevedo Marques. “Cidadania e capitalismo (uma abordagem teórica)”. *Coleção de Estudos Avançados - USP*, 8. São Paulo, 2000.

- _____. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Estado e democracia ensaios teóricos*. Campinas/SP: IFCH – Unicamp, 1998.
- _____. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. “Plano de reforma agrária parou no Palocci”. In. ARBEX, José Jr & VIANA, Nilton. *É preciso coragem para mudar o Brasil*. Entrevistas do Brasil de Fato. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SÁNCHEZ, Félix. *Orçamento participativo teoria e prática*. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2002.
- SARTORI, Giovanni. “A teoria da representação do Estado representativo moderno”. *Estudos Políticos*, 22. Belo Horizonte, 1962.
- _____. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). *Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução”. *Debates OSAL*. Ano V, nº 15, 2004.
- _____. *Reinventar a democracia*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 2002.
- SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e a participação na ‘reforma do Estado’*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Participação popular e “reforma” do Estado brasileiro nos anos 1990: contradições e impasses*. São Paulo: tese de doutorado - PUC/SP, 2001.
- SOUKI, Lea Guimarães. “A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil”. *Civitas & Ciências Sociais*, volume 6, nº 1. Porto Alegre, 2006.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- TATAGIBA, Luciana. “Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil”. In. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TRANSPADINI, Roberta Sperandio. “Brasil-Venezuela: o nacional burguês *versus* o nacional popular”. *Brasil de Fato*, ano 7, nº 320. São Paulo, 2009.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

II. Material impresso do Movimento Consulta Popular

CARTILHA Nº 1. *Projeto popular para o Brasil*. São Paulo: Consulta Popular, 1997.

CARTILHA Nº 2. *História política do Brasil 1960-94*. Cronologia resumida dos principais fatos e das organizações partidárias. São Paulo: Consulta Popular, 1999.

CARTILHA Nº 3. *História, crise e dependência do Brasil*. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

CARTILHA Nº 4. *Trabalho de base*. 5ª edição. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

CARTILHA Nº 5. *O neoliberalismo ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres*. São Paulo: Consulta Popular, 1999.

CARTILHA Nº 6. *Carta da assembléia dos lutadores do povo*. São Paulo: Consulta Popular, 1999.

CARTILHA Nº 7. *O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americano*. São Paulo: Consulta Popular, 1999.

CARTILHA Nº 8. *A política dos Estados Unidos para o mundo e o Brasil*. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

CARTILHA Nº 9. *Valores de uma prática militante*. 2ª edição. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

CARTILHA Nº 10. *Um passo à frente na Consulta Popular*. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

CARTILHA Nº 11. *O Brasil precisa de um projeto popular*. São Paulo: Consulta Popular, 2001.

CARTILHA Nº 12. *A conjuntura internacional e a política dos Estados Unidos*. São Paulo: Consulta Popular, 2002.

CARTILHA Nº 14. *A política externa dos Estados Unidos da Segunda Guerra Mundial a 2002*. São Paulo: Consulta Popular, 2005.

CARTILHA Nº 16. *Documentos básicos*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARTILHA Nº 17. *Os núcleos*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CARTILHA Nº 19. *Resoluções da 3ª assembleia nacional*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARTILHA Nº 20. *Resoluções sobre a tática - 2ª plenária nacional*. 1ª edição. São Paulo: Consulta Popular, 2009.

CONSULTA POPULAR. *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*. Marcha popular pelo Brasil. Brasília, 1999.

_____. *Algumas teses sobre a questão política do Brasil para aprofundar*. Goiânia, 2005.

_____. *Questão política do Brasil para aprofundar*. Coletânea de textos. Goiânia, 2005.

GEBRIM, Ricardo. *Paper sobre o instrumento político*. São Paulo, 2005.

_____. *A questão política do Brasil, para aprofundar*. Coletânea de textos. São Paulo, 2005.

GÖRGEN, Frei Sergio. *Pra onde ir? A crise política e a travessia da esquerda brasileira*. Texto para trabalho. Porto Alegre, 2005.

III. Páginas da internet

Assembleia Popular – www.assembleiapopular.com.br

Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br

Carta Maior – www.cartamaior.com.br

Movimento Consulta Popular - www.consultapopular.org.br.

Fórum Social Mundial – www.forumsocialmundial.org.br

Reforma Política – www.proreformapolitica.com.br

Rede Jubileu Sul Brasil <http://www.jubileubrasil.org.br>

ANEXOS

Anexo 1:

a. Plebiscito popular sobre a Dívida Externa e o FMI – realizado no ano 2000.



Resultado Final Nacional

Perguntas	Não	%	Sim	%	Branco	%	Nulos	%
1 - Sobre o acordo com o FMI	5.646.862	93,6	280.44	4,6	76.574	1,3	26.451	0,5
2 - Sobre a auditoria da dívida	5.765.954	95,6	182.462	3,0	57.954	1,0	23.959	0,4
3 - Sobre a dívida interna	5.768.563	95,7	158.995	2,6	80.481	1,3	22.290	0,4

b. Plebiscito popular sobre a Área de Livre Comércio das Américas – realizado de 1º a 07 de setembro de 2002.

Pergunta 1: O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

Pergunta 2: O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?

Pergunta 3: O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?



PLEBISCITO NACIONAL SOBRE A ALCA - RESULTADO FINAL - 2002

ESTADOS	N.º DE MUNICÍPIOS	N.º VOLUNTÁRIOS P/URNAS	URNAS APURADAS	TOTAL VOTANTES	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL P1 BRANCO	TOTAL P1 NULO	TOTAL P2 SIM	TOTAL P2 NÃO	TOTAL P2 BRANCO	TOTAL P2 NULO	TOTAL P3 SIM	TOTAL P3 NÃO	TOTAL P3 BRANCO	TOTAL P3 NULO
Acre	9	150	22	12.333	145	12.104	84	0	484	11.843	6	0	464	11.856	13	0
Alagoas	102	272	136	96.472	418	95.864	140	50	1.286	94.955	195	36	210	96.032	190	40
Amapá	10	168	84	16.404	130	16.207	46	21	288	16.069	29	18	90	16.264	30	20
Amazonas	27	744	186	88.527	736	87.384	253	154	1.659	86.000	760	108	324	84.661	3.425	117
Bahia	375	4.000	2.000	770.067	4.175	763.174	1.499	1.219	11.463	755.340	2.059	1.205	2970	763.825	2.281	991
Ceará	116	3.600	1.800	436.187	2.740	431.655	969	823	6.378	427.233	1.871	705	1.693	432.358	1.479	657
Distrito Federal	15	942	471	91.397	2.542	88.010	633	212	9.812	80.686	707	192	1.337	89.158	731	171
Espírito Santo	58	6.100	3.035	380.975	2.758	377.376	445	396	9.363	370.227	1.019	366	1.540	378.952	110	373
Goiás	92	2.744	1.372	219.406	2.969	215.037	811	589	9.441	208.446	1.040	479	1.646	216.051	1.182	527
Maranhão	184	2.752	1.376	263.388	1.221	260.767	386	1.014	2.804	259.068	529	987	714	261.165	529	980
Mato Grosso	110	2.240	1.120	138.710	2.570	135.246	584	310	6.112	131.407	862	329	1.340	136.134	952	284
Mato G. do Sul	72	2.800	700	147.043	2.275	143.752	542	474	5.656	140.140	821	426	1.170	144.466	994	413
Minas Gerais	551	9.030	6.001	1.302.025	12.751	1.282.038	4.480	2.756	41.781	1.250.866	6.787	2.591	7.589	1.284.782	7.219	2.435
Pará	91	4.458	2.401	275.798	1.685	273.062	568	483	4.146	270.415	792	445	1.097	273.470	818	413
Paraíba	142	5.000	1.200	224.528	1.611	222.246	363	308	3.886	219.837	498	307	1.072	222.502	661	293
Paraná	306	7.500	2.500	706.009	5.762	697.534	1.759	954	20.384	682.206	2.573	846	3.101	699.100	3.005	803
Pernambuco	150	2.400	800	226.884	1.503	224.143	657	581	4.960	220.512	818	594	964	224.508	858	554
Piauí	101	2.310	770	108.103	896	106.699	261	247	2.027	105.337	536	203	560	106.805	567	171
Rio de Janeiro	62	4.176	1.392	742.254	14.276	722.498	3.628	1.852	41.385	691.887	7.027	1.955	10.580	722.179	8.169	1.326
Rio Grande do Norte	120	900	450	104.565	1.021	102.915	457	172	2.935	100.904	553	173	592	103.210	610	153
Rio G. do Sul	369	12.183	4.213	600.058	11.291	584.764	3.093	910	28.907	566.092	4.190	869	5.415	589.125	4.721	797
Rondônia	53	4.056	1.352	171.893	1.206	170.227	327	133	3.575	167.643	533	142	693	170.476	618	106
Roraima	12	220	25	12.085	95	11.963	6	21	217	11.831	5	32	55	11.996	2	32
Santa Catarina	210	10.776	2.694	531.764	5.009	524.697	1.501	557	14.370	514.828	2.057	509	2.502	526.417	2.323	522
São Paulo	457	27.315	9.105	2.342.344	33.769	2.290.406	8.886	9.283	106.131	2.214.805	12.228	9.180	18.151	2.301.644	13.376	9.173
Sergipe	60	3.489	1.163	186.194	1.130	184.492	273	299	3.190	182.411	355	238	671	184.873	415	235
Tocantins	55	535	107	38.730	593	37.964	117	56	1.397	37.120	162	51	329	38.183	174	44
TOTAL	3.909	120.860	46.475	10.234.143	115.277	10.062.224	32.768	23.874	344.037	9.818.108	49.012	22.986	66.869	10.090.192	1.100	21.630
					%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
MÉDIA DE VOTOS POR URNA			220,21		1,13	98,32	0,32	0,23	3,36	95,93	0,48	0,22	0,65	98,59	0,01	0,21

c. Plebiscito popular sobre a Companhia Vale do Rio Doce – realizado no ano de 2007.

1. Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?
2. O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?
3. Você concorda que a energia elétrica continua sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até oito vezes mais que as grandes empresas?
4. Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?

					PLEBISCITO POPULAR NACIONAL PLANILHA DE APURAÇÃO DE VOTOS POR ESTADO - FINAL NACIONAL															
Estado	Municípios	Voluntários	URNAS	TOTAL DE VOTANTES	PERGUNTA 1				PERGUNTA 2				PERGUNTA 3				PERGUNTA 4			
					SIM	NÃO	BRANCO S	NULOS	SIM	NÃO	BRANCO S	NULOS	SIM	NÃO	BRANCO S	NULOS	SIM	NÃO	BRANCO S	NULOS
Acre	15	215	50	15469	149	14053	11	15	219	13727	19	15	99	13807	19	13	69	13815	17	18
Alagoas	78	1346	263	23092	224	28150	19	64												
Amapá	8	225	45	9299	56	11156	6	7												
Amazonas	49	1350	287	48165	342	47645	25	41	176	28924	49	44	176	29024	50	29	198	29002	51	28
Bahia	140	2900	567	234080	2762	101963	242	226	2109	84791	564	2319	63	96939	344	189	767	88798	579	2148
Ceará	163	1792	388	163926	2336	288455	227	271	1399	143629	317	216	632	144495	279	214	615	144457	351	201
Distrito Federal	36	1120	220	34456	1676	32602	171	7	1451	22086	298	0	752	22860	223	0	657	22931	247	0
Espírito Santo	20	285	55	9991	106	9873	9	3	63	7772	4	4	44	7792	6	1	631	7795	9	2
Goiás	108	1125	199	54752	1197	47775	99	902	785	29716	180	68	464	30679	175	55	313	29802	180	55
Maranhão	54	2120	217	32418	530	32641	254	193	704	30913	69	188	274	31341	68	209	264	31340	79	188
Mato Grosso	128	2095	470	137008	5267	131304	191	499	2326	49719	370	140	1267	50804	367	117	986	51158	284	127
Mato Grosso do Sul	120	1366	319	87037	1329	57365	96	38		28230				28230						
Minas Gerais	173	25040	7637	529022	21680	498618	1080	634	5553	215365	1820	867	3222	218349	1402	597	2958	218703	1447	431
Pará	70	4465	1506	287584	37147	240698	1881	4726	20988	257254	1919	4480	19905	258285	1929	4329	16424	260662	3020	4372
Paraíba	60	1237	160	30183	207	29939	20	17	362	29715	47	59	217	29903	22	41	186	29931	45	21
Paraná	116	1668	417	111050	3782	111718	235	146	2405	47578	434	132	1646	48215	374	111	1115	48579	547	102
Pernambuco	162	1049	183	83202	1051	82008	41	102												
Piauí	137	3560	840	62579	1137	89742	20	20					625	57907	20	20				
Rio de Janeiro	228	3047	751	178709	5804	170341	1331	279	3613	81995	11453	279	1873	83920	11208	505	1546	83969	11289	228
Rio Grande do Norte	189	2164	637	35741	1260	40545	65	63	1034	31323	366	57	249	8553	54	27	138	8664	57	24
Rio Grande do Sul	221	10885	1612	263921	7997	253806	1265	853	9708	243193	1793	683	3895	249830	1320	332	4925	248293	1637	494
Rondônia	3	665	83	16693	341	15887	83	382	390	15815	89	399	174	16070	80	371	166	16053	105	369
Roraima	10	240	48	7645	105	7225	8	7	97	7248			31	7314			80	7225	15	
Santa Catarina	157	15079	2031	257287	4749	251353	487	779	5340	233061	841	598	2470	236089	795	582	2253	236182	943	562
São Paulo	571	16928	5394	947648	78732	864090	3002	2362	72543	671698	28709	3802	62208	683547	28727	3049	95331	1075086	28709	3043
Sergipe	32	2160	270	47172	1389	44177	366	152	693	20874	95	22	346	21226	93	19	235	21339	91	19
Tocantins	108	821	125	21346	313	20651	5	0	47	1858	0	0	43	1854	0	0	43	1854	0	0
Brasileiros na Venezuela	1	5	1	63		63	0	0	0	63	0	0	0	63	0	0	0	63	0	0
Total Geral	3.157	104.952	24.775	3.729.538	Total Perg.01:				Total Perg.02:				Total Perg.03:				Total Perg.04:			
					181668	3523843	11239	12788	132005	2296547	49436	14372	100675	2377096	47555	10810	129900	2703931	49702	12432
					4,9%	94,5%	0,3%	0,3%	5,3%	92,1%	2,0%	0,6%	4,0%	93,7%	1,9%	0,4%	4,5%	93,4%	1,7%	0,4%
					3.729.538				2.492.360				2.536.136				2.895.965			

Anexo 2

Composição e membros fundadores do Movimento Consulta Popular em 1997:

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores; Central dos Movimentos Populares – que reúne inúmeros movimentos de moradia das favelas e dos cortiços; e organizações ligadas a diversas Igrejas, como Pastorais Sociais, Pastoral da Juventude – popular, rural, estudantil e do meio popular, Pastoral dos Migrantes, Pastoral Operária, Pastoral da Mulher Marginalizada, Cáritas Brasileira, Movimento Evangélico Progressista, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, Comissão Pastoral da Terra; e organizações do meio estudantil, como União Nacional dos Estudantes, Central Única dos Trabalhadores e inúmeros sindicatos filiados, como de Trabalhadores Rurais, Federação de Metalúrgicos, sindicatos de professores entre outros; Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais, Instituto de Políticas Alternativas para o Conesul, Grito dos Excluídos, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Associação de Rádios Comunitárias.

Anexo 3

- a) **Em 1997** - Estados da Federação envolvidos na construção do Movimento Consulta Popular (ano da fundação): Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe.

- b) Estados que não tem processo organizativo do Movimento Consulta Popular: Tocantins, Roraima, Acre, Amapá, Maranhão, Goiás, Piauí e Mato Grosso, em 2009.

- c) **Em 2009** - Estados que continuam na estrutura organizativa do Movimento Consulta Popular: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe.

Anexo 4

Organicidade do Movimento Consulta Popular

Assembléia Nacional (onde são discutidas as teses políticas da organização), Coordenação Nacional (indicada pelos representantes presentes na Assembléia, cujo objetivo é, também, definir os rumos da organização e a aplicação das definições em Assembléia).

Os representantes, para participar da Assembléia são escolhidos nos núcleos, nas coordenações estaduais, e abrindo-se para convidados nacionais e internacionais, que não necessariamente façam parte do movimento, ou que poderão fazer. A coordenação nacional é responsável pela articulação entre as redes, movimentos, pelas ações e lutas e pelas mobilizações nacionais e internacionais.

Assembléia Estadual (onde teses são apresentadas e são debatidos os encaminhamentos definidos em âmbito nacional, ou seja, na Assembléia nacional). A Coordenação Estadual tem os mesmos objetivos da coordenação nacional, só que no âmbito regional.

Os Núcleos locais são espaços onde todos podem participar. Têm por objetivo o debate das teses, propõem, analisam a realidade e planejam coletivamente lutas e ações de mobilização. Está é a instância principal de estudo e elaboração teórica.

Além destes espaços, há os grupos de assessoria especializada (professores, intelectuais e pessoas que contribuem nas mais variadas áreas do conhecimento). Também são promovidos cursos formativos, seminários e eventos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)